



# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 146

PORTO VELHO-RO, SEXTA-FEIRA, 4 DE SETEMBRO DE 2015

ANO IV

### SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA .....	Capa
SEC. DE PLAN. E MOD. DA GESTÃO .....	2932

### TAQUIGRAFIA

#### ATA DA 40ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

Em 26 de agosto de 2015

Presidência dos Srs.  
**Maurão de Carvalho - Presidente**  
**Edson Martins - 1º Vice-Presidente**

Secretariado pelo o Sr.  
**Lebrão - 1º Secretário**

(Às 09 horas e 12 minutos é aberta a Sessão)

**DEPUTADOS PRESENTES:** Adelino Follador (DEM), Aécio da TV (PP), Ailton Gurgacz (PDT), Alex Redano (SD), Cleiton Roque (PSB), Dr. Neidson (PT do B), Edson Martins (PMDB), Ezequiel Júnior (PSDC), Glaucione (PSDC), Hermínio Coelho (PSD), Jesuíno Boabaid (PT de B), Laerte Gomes (PEN), Lázinho da Fetagro (PT), Lebrão (PTN), Leo Moraes (PTB), Lúcia Tereza (PP), Luizinho Goebel (PV), Maurão de Carvalho (PP), Ribamar Araújo (PT), Saulo Moreira (PDT) e Só Na Bença (PMDB).

**DEPUTADOS AUSENTES:** Jean Oliveira (PSDB), Marcelino Tenório (PRP) e Rosângela Donadon (PMDB).

#### MESA DIRETORA

Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**  
1º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**  
2º Vice-Presidente: **HERMÍNIO COELHO**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**  
2ª Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**  
3º Secretário: **ALEX REDANO**  
4ª Secretária: **ROSÂNGELA DONADON**

#### SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - *Carlos Alberto Martins Manweiler*  
Divisão de Publicações e Anais - *Róbison Luz da Silva*

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia  
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

**O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente)** - Havendo número legal, sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 40ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

**O SR. LEBRÃO (1º Secretário)** – Procede à leitura da ata da Sessão Ordinária anterior.

**O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente)** – Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo observação, dou-a por aprovada.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura do Expediente recebido.

**O SR. LEBRÃO (1º Secretário)** – Procede à leitura do Expediente recebido:

#### EXPEDIENTE RECEBIDO

- **OFÍCIO Nº 1590/2015 – DETRAN**, encaminhando cópia de informações prestadas ao Ministério Público do Estado de Rondônia.

Lido o Expediente recebido, Sr. Presidente.

**O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente)** – Passemos às Breves Comunicações.

No prazo de cinco minutos sem Apartes, o ilustre Deputado Adelino Follador.

**O SR. ADELINO FOLLADOR** – Senhor Presidente, Senhores Deputados, o pessoal aqui presente, imprensa. Para nós usarmos a Tribuna mais uma vez... tivemos a reunião da Comissão de Educação, hoje de manhã, agora, às 5 horas da tarde nós temos também a Comissão de Agricultura. A reunião da Comissão era às 8 horas e 30 minutos, hoje, mas nós

mudamos, não é Presidente? para às 5 horas e 30 minutos. Quem quiser, os Deputados que quiserem se fazer presente, a EMATER estará fazendo uma explanação sobre os Programas, sobre o Planejamento da EMATER ainda para este ano. Também eu quero dizer que eu assisti o jornal, hoje cedo, em nível nacional, e fiquei muito satisfeito porque São Paulo, ontem, a Câmara de Vereadores derrubou também do Plano Estadual de Educação, a questão de gênero. Foi aberta uma discussão, graças ao apoio da sociedade, a pressão da sociedade, igrejas, toda população, São Paulo parece que deu só dois votos favoráveis. O restante, todos foram, aprovaram sem essa questão tão, uma palavra tão complexa que veio à discussão nos últimos tempos, nem imaginávamos que existia isso, que alguém ia pensar nisso e graças a Deus, inclusive todas as capitais, as maiores capitais, agora, foi aprovada sem essa palavra: "gênero". Respeitando as famílias, respeitando as pessoas que quando nascem, e nascem as crianças, nascem homem, nasce mulher e não nasce um ser qualquer. Depois, quando a pessoa crescer, ele pode optar, ninguém é contra, mas graças a Deus... Então, parabeno também as instituições, os pastores, os padres, a igreja que se manifestaram e a sociedade, os políticos sempre respeitam a sociedade. Então, eu quero deixar aqui registrado isso. Mas também, Presidente, venho a esta Tribuna, já falei hoje na Comissão de Educação com o nosso Presidente, Deputada Lúcia Tereza, o Deputado Ribamar que estava presente, o Deputado Aécio da TV, nós estamos muito preocupados com a situação dos repasses do Governo Federal. Eu estive nas escolas na semana passada, fazendo visita em várias escolas, e os Programas Federais PNAE, PNAC, vários programas, desde o ano passado os diretores não estão recebendo esse recurso, e agora não tem previsão. Têm diretores que recebiam por ano cento e trinta mil, outros noventa mil e já, inclusive o ano passado, como tem sempre, há muito tempo, nunca falhou o repasse desses recursos. Os diretores fizeram compromisso e hoje estão sem condições de cumprir porque esses programas não estão sendo, o recurso não está sendo repassado pelo Governo Federal. E hoje de manhã, assistindo a televisão, mais uma vez um programa, eu levanto cinco horas da manhã e assisto a todos os programas locais e também em nível nacional. Eu ouvi que Vilhena fechou, a IFRO de Vilhena fechou definitivo. Estava em greve parcial, e eles, alguns alunos que frequentavam, algum professor que ia, o nível da escola, do estudo tinha baixado muito e o diretor reuniu e fechou. E lá em Ariquemes também, todos os IFROs do Estado de Rondônia estão em greve, está todo mundo preocupado porque a ideia e as comunicações que se a gente vê na imprensa, são de que haverá um corte de 30%. Mas as portarias ainda que oficializam o 70%, ainda não foram assinadas. Então, o Governo Federal através do Ministério da Educação, está deixando uma instabilidade muito grande nas escolas federais. E eu gostaria de fazer um apelo mais uma vez à bancada federal que cobre isso porque tem, nós temos alguns cursos que iam abrir agora nesse segundo semestre, foram suspensos até ter uma decisão. E a gente está preocupado porque hoje, além de estar em greve, também o INSS há tanto tempo... ontem estive aqui também o pessoal do Judiciário, estamos preocupados.

Cacaulândia nunca teve greve de professores municipais. A primeira vez, eu fui Prefeito 12 anos, meu vice que foi o ex,

foi mais 08 anos e lá nunca houve greve desde o começo daquele município e agora está 100% em greve. E a situação, ontem, inclusive dois Vereadores acabaram brigando na Câmara junto com os grevistas e isso é o clima que está nos municípios, por quê? Porque diminuiu esse mês, dizem o recurso federal, mais de trezentos mil reais, Deputado Lebrão. Para um município pequeno é muito e aí acaba o Prefeito não podendo dar o aumento, a reposição salarial porque não tem dinheiro. Se der, já está em 57% a Folha, vai para 59% e ele vai ter problema. Por outro lado, também, o Prefeito, a meu ver, também não planejou porque deu o aumento para outras categorias a mais do que podia dar e deixou a Educação sem dar, ou sem ter uma negociação com eles. Então, eles também têm razão. Eu faço um apelo ao Prefeito, aos Vereadores que sentem e tentem organizar porque os pais estão preocupados.

Para concluir, senhor Presidente, os pais estão preocupados, porque os filhos têm que estudar e estão sem estudar. E eu estou preocupado com a situação do nosso país, porque o povo mora nos municípios e cada vez mais vai diminuindo os recursos para os municípios e lá mora a população, lá se faz a maior parte das estradas, Saúde, Educação. O Governo Federal não está mais passando, algumas creches que estavam em construção também estão sem repasse. E agora as exigências, não conseguem, os municípios não conseguem cumprir. Então, eu quero deixar a nossa preocupação com o país nessa situação. Precisamos que o Congresso Nacional monte, decida, traga uma opção para poder melhorar essa situação. Nós não podemos nos omitir, nós não podemos fazer de conta que não existe, dizer que não existe crise. Nós vimos aí o desemprego, está cada vez mais aumentando e alguma coisa tem que ser feita. A Presidente da República, junto com o Congresso Nacional têm que trazer uma solução a curto e médio prazo, senão nós vamos ter muitos mais problemas.

Obrigado.

**O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente) –** Próximo Deputado.

No prazo de até 05 minutos, sem Aparte, o Deputado Lazinho com a palavra.

**O SR. LAZINHO DA FETAGRO –** Bom dia, senhor Presidente.

Cumprimento todos os membros desta Casa, o público presente, os nossos colaboradores, parceiros que nos ajudam a tocar esta Assembleia.

Acho que o momento é bastante oportuno e o Deputado que me antecedeu entrou num tema bastante importante hoje, para nós analisarmos o que acontece no nosso país, sem deixar de levar em consideração o que está acontecendo no mundo, hoje, primeiro nós temos que admitir, e o Governo já o fez, o Governo Federal, o Governo do Estado, o Governo dos municípios de que nós vivemos um momento de crise e que essa crise, precisa ser dito, Deputado Dr. Neidson, é uma crise mundial. E quando se falava que a crise é mundial, e só era apontado aqui no Brasil porque o Brasil estava em crise dado as circunstâncias políticas e econômicas do país, muita gente não imaginava o que estava acontecendo fora do Brasil. E essa semana ficou claro para nós, o mundo vive uma crise e não é de agora. O mundo vive uma crise na economia, Deputado Dr.

Neidson, que é absurda e que o Governo brasileiro precisa reconhecer, a oposição brasileira precisa reconhecer e ter responsabilidade com o nosso País. Nós não podemos imaginar que uma economia igual a da China possa cair, num dia, mais de 8%. E se compararmos a queda da economia na China, no Japão, na Europa, nos Estados Unidos com a do Brasil nessa semana, nós ainda estamos muito acima do que foi falado. Nós tivemos uma queda de 3.5%. A economia na China, mais de 8% numa semana. Então, eu estou dizendo isso aqui, que nós precisamos, principalmente a classe política brasileira precisa ter responsabilidade com o povo brasileiro quando trata nessa questão da economia. Não é culpa do povo brasileiro, não é culpa dos governos brasileiros, não é culpa dos governos dos Estados, se o mundo vive em cima de papéis. A economia nos Estados Unidos, vive em cima de papéis. A economia lá na China, hoje reflete erros cometidos também há dois, três anos. Nós vivemos numa crise de desemprego no nosso Brasil. Hoje, ontem 6, 7% de desempregados. Mas eu também fui pesquisar na Espanha. O desemprego na Espanha passa de 20%, o desemprego nos Estados Unidos, passa de 10%, o desemprego na Europa, num contexto geral da Europa, passa de 18%. A crise existe, portanto, nós temos a responsabilidade política de tentar, numa união de forças, fazer com que o Brasil possa voltar a crescer novamente, pelo menos no ritmo que estava há oito, nove anos. E justamente há oito, nove anos, foi quando o Brasil conseguiu resistir o maior impacto da crise econômica mundial. Então, é muito sério, nós imaginarmos que hoje o nosso país, que ainda é um país em crescimento, que vive numa conjuntura bastante desigual com os países de primeiro mundo. Quando nós imaginamos que numa família, nós somos obrigados a cortar gastos, o Governo também é obrigado a cortar gastos, os Governos municipais, os Governos estaduais e o Governo federal tem que cortar gastos.

Essa semana, foi anunciado, pela Presidente, o corte de dez ministérios. Tem que cortar, tem que cortar porque a máquina precisa ser enxugada para que não aconteça um disparate. E assim também é na família. A população brasileira precisa entender isso, a oposição brasileira precisa entender isso. Período de eleição passou, e nós não podemos viver quatro anos de campanha eleitoral. Quem ganha eleição, tem obrigação de administrar. Nós ganhamos a eleição e temos a responsabilidade e obrigação com este Estado, e assim também com o Governo Federal e com os municípios.

Era isso que eu tinha, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente)** – Encerrado as Breves Comunicações, passaremos ao Grande Expediente. Não há oradores inscritos.

Encerrado o Grande Expediente, passaremos às Comunicações de Lideranças.

Não há oradores inscritos.

Encerradas as Comunicações de Lideranças, passaremos à Ordem do Dia.

Solicito ao senhor secretário que proceda à leitura das Proposições recebidas.

**O SR. LEBRÃO (1º Secretário)** – Procede à leitura das Proposições recebidas.

## APRESENTAÇÃO DE MATÉRIAS

- **PROJETO DE LEI DO DEPUTADO JEAN OLIVEIRA** - Institui a Vinculação às Receitas de origem dos Royalties pela utilização de Recursos Hídricos, no âmbito do Estado de Rondônia.

- **REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE HABITAÇÃO E ASSUNTOS MUNICIPAIS** - Requer à Mesa Diretora que seja encaminhado ao Senhor Evandro César Padovani, Secretário da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento e Regularização Fundiária – SEAGRI, solicitação de informações sobre regularização fundiária urbana.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LEBRÃO** - Indica ao Senhor Governador do Estado à necessidade de encascalhamento na linha 22 e seus Ramais, Linha 01-02-03-04-05-06-07, com aproximadamente 17 km, e limpeza na linha 23 BR 319, sentido Humaitá, no município de Porto Velho/RO.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAERTE GOMES** - Indica ao Poder Executivo Estadual a necessidade de construir uma Ponte sobre o Rio Urupá, 70MT, na 6ª Linha pelo Travessão do KM09 que liga o Município de Teixeirópolis e Urupá ao município de Ji-Paraná.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAERTE GOMES** - Indica ao Poder Executivo Estadual a necessidade de celebrar Convênio de Sinalização Vertical e Horizontal com o município de São Miguel.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAERTE GOMES** - Indica ao Poder Executivo Estadual a necessidade de celebrar Convênio de Sinalização Vertical e Horizontal com o município de Ji-Paraná.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO SÓ NA BENÇA** - Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, que interceda junto ao Departamento de Estradas de Rodagem – DER sobre a necessidade de executar obras de recapeamento e pavimentação asfáltica no município de Parecis/RO.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO SÓ NA BENÇA** - Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, que interceda junto ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER, sobre a necessidade de recuperação da estrada da Capa 11 até a Linha 80, localizada no município de Parecis.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO SÓ NA BENÇA** - Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, que interceda junto a Secretaria de Estado de Segurança, Defesa e Cidadania – SESDEC, sobre a necessidade urgente da construção de um posto policial no município de Parecis.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO SAULO MOREIRA** - Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, com cópia para o Departamento de Estradas e Rodagens de Transporte – DER, a necessidade da operação tapa buracos na RO 140 a partir da BR 364 até o município de Cacaulândia.

Lida as Matérias, Senhor Presidente.

**O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente)** – Senhores Deputados, Líderes, solicito que indique os nomes dos Parlamentares que farão parte da composição das seguintes Comissões: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o desaparecimento de crianças. É aquela Comissão que foi criada pelo Deputado Jesuíno e precisa que seja indicado. É das crianças que foram desaparecidas no hospital público, conveniado no Estado de Rondônia. E “Comissão Especial destinada a conhecer, acompanhar e promover estudos que viabilizem a criação de Políticas Públicas às comunidades indígenas do Estado de Rondônia”. Então, eu queria que os interessados em participar desta Comissão que eles coloquem o nome, o nome à disposição. Caso contrário, eu vou ter que indicar, eu mesmo vou colocar Vossas Excelências para fazer parte desta Comissão. Faltam dois membros, mas só um vai fazer a investigação do desaparecimento das crianças, da criança que sumiu do hospital e os outros vão fazer parte da comissão da comunidade indígena. Os Deputados que têm interesse... uma Comissão de Inquérito é do Ministério Público e a outra é do Deputado Jesuíno.

Próxima Matéria, Secretário.

**O SR. LEBRÃO (1º Secretário)** – VETO PARCIAL Nº 006/15 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 110 - Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 094/15 de autoria do Poder Executivo que acrescenta dispositivos à Lei nº 950, de 22 de dezembro de 2000, que Institui o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA”.

**O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente)** – Votação única e nominal. Veto Parcial de nº 006/15 a fim de solicitar ao líder do Governo que encaminhe o voto.

Solicito ao Deputado Luizinho, o Deputado Cleiton Roque, vice-líder do Governo que se posicione no Projeto, no Veto.

**O SR. LEBRÃO (1º Secretário)** – Convocar os Deputados para que venham ao plenário, porque está prejudicada a votação, só tem 12 Deputados em plenário e é votação nominal e precisa de números.

**O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente)** – O painel já está aberto.

**O SR. LEBRÃO (1º Secretário)** – Solicito ao líder do Governo que encaminhe o voto.

**O SR. LUIZINHO GOEBEL** – Pela manutenção do Veto.

**O SR. DR. NEIDSON** – Questão de Ordem, Senhor Presidente?

**O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente)** – Pois não, Deputado.

**O SR. DR. NEIDSON** - Só registrar a presença do ex-presidente do PT do B, o Senhor Miguel Queiroz e o Valter Queiroz que estão aqui presentes.

**O SR. AÉLCIO DA TV** – Presidente, está com problema, a gente está votando e não está aparecendo no painel.

**O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente)** – A assessoria técnica para regularizar, para que os Deputados possam votar.

#### VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Júnior	- sim
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Herminio Coelho	- ausente
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- ausente
- Deputado Laerte Gomes	- sim
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Léo Moraes	- ausente
- Deputada Lúcia Tereza	- ausente
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- sim
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputada Rosângela Donadon	- ausente
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só Na Bença	- sim

**Com 15 votos favoráveis está mantido o Veto.  
Vai ao Expediente.**

Próxima Matéria, senhor Secretário.

**O SR. LEBRÃO (1º Secretário)** – VETO PARCIAL Nº008/15 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 118. Veto parcial ao Projeto de Lei 056/15 de autoria do Poder Executivo que “altera a redação dos Artigos 1º, 3º e 4º da Lei nº 3.278, de 13 de dezembro de 2013”.

**O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente)** – Em discussão e votação o Veto Parcial 008/15.

**O SR. JESUÍNO BOABAID** – Presidente, quero discutir esse Veto.

**O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente)** – Para discutir, o Deputado Jesuíno Boabaid.

**O SR. JESUÍNO BOABAID** - Esse veto é referente ao Bairro Portelinha. Inclusive têm muitos moradores aqui, que trata sobre uma área que está sendo doada lá para o Estado para construção de casas, e essas pessoas, é um pedaço bem curto, inclusive já tem um Parecer favorável pela rejeição do Veto pela própria CCJ. Não existe nenhum prejuízo por parte do Estado. Ontem, já teve uma discussão do Bairro Universitário aqui, onde o Governo fez um compromisso, é mais uma problemática. Então, a gente pede que seja rejeitado esse Veto.

**O SR. LÉO MORAES** – Só assim para colaborar, Presidente, com o Deputado Jesuíno Boabaid em relação a esse Veto. Diz respeito àquela área de desapropriação ali no antigo Parque de Exposições. Lá nós temos uma comunidade muito antiga que é a comunidade do Portelinha, que fica por dentro do Bairro Nacional. É uma pequena fatia dessa propriedade e que certamente eles não serão remanejados para essa terra. Então, a ideia é o quê? Mantê-los ali, Deputado Dr. Neidson, e fazer a desapropriação de todas as outras centenas de famílias que serão contempladas, e se manter a Portelinha naquela região, porque não terá prejuízo algum para os moradores de lá.

**O SR. LUIZINHO GOEBEL** – Questão de Ordem, Presidente? Eu quero de antemão, parabenizar a preocupação do Deputado Jesuíno e também do Deputado Léo Moraes que tem conhecimento de causa. Portanto, a justificativa que o Governo nos traz é que há uma área para ser regularizada como um todo, até porque o próprio Governo está repassando essa área para a construção de mais casas populares. E neste caso, não tem como desmembrar esse terreno, tirando só a parte de onde já tem esses moradores. Então, a proposta do Governo, aqui, tenho que falar, Deputado Jesuíno, Deputado Léo, Deputados, em nome do Governo em relação ao compromisso que o Governo está assumindo. A gente mantém o Veto e automaticamente, Deputado Cleiton Roque, Deputado Laerte, Deputado Só Na Bença, Deputado Lebrão e todos os Deputados, automaticamente, a partir do momento que o Governo regularizar toda esta questão, ele já vai entrar fazendo a regularização daquelas pessoas que têm casa. Porque dentro do próprio bairro, onde o Deputado Jesuíno defende, existem também terrenos que ainda não foram construídos. E se não foi construído, automaticamente a pessoa também não tem o direito, porque o direito é para quem está morando, é o que assegura o direito à casa, da moradia. Então, nessa caso o encaminhamento que nós temos do Governo, é para a manutenção do Veto, com o compromisso do Governo, Deputado Jesuíno, Deputado Léo, principalmente vocês que são da capital, e que encamparam essa luta, o compromisso do Governo é que vencida essa etapa, automaticamente o Governo já coloca a equipe responsável pela regularização para regularizar essas áreas já ocupadas, construídas com moradores. Então, essa é a proposta que eu trago aqui em nome do Governo do Estado de Rondônia. E acima de tudo, Deputado Jesuíno, eu sei muito bem da sua preocupação, repito aqui mais uma vez, nós temos o compromisso com Vossa Excelência de fazer com que o Governo cumpra aquilo que está assumindo publicamente, através das minhas palavras, porque simplesmente estou repassando, como líder do Governo instituído, repassando esse compromisso que foi assumido pelo Governo do Estado de Rondônia. Por quê? Porque o Governo tem a preocupação também de trazer moradia para a nossa população. Tanto que a prova é que foram construídos em torno de vinte mil unidades habitacionais em praticamente todos os municípios de Rondônia. E se o Governo está fazendo isso, eu acredito piamente que ele não vai retirar quem já tem a sua casa, porque a política do Governo é construir casa, é doar casa e é por isso que eu acredito e é nessa linha que eu peço que os Pares sigam.

**O SR. DR. NEIDSON** – Deputado Luizinho, Vossa Excelência tem algum documento assinado pelo Governo fazendo esse compromisso? Já conversaram com a população lá do Portelinha para ver se eles querem esse compromisso também? Nós aqui já tivemos uma Audiência Pública do Bairro Dilma Rousseff, estava presente o Deputado Jesuíno, o Juiz Federal, foi feito um acordo nesta Casa, nós temos a Ata e não foi cumprido pelo Governo. Então, só de palavra, de boca... não tem como se confiar neste Governo.

**O SR. LEBRÃO** – Questão de Ordem.

Deputado Dr. Neidson, hoje, o Deputado Luizinho é instituído líder do Governo, outorgado para falar em nome do Governador. Eu entendo então, eu quero já de antemão, senhor Presidente, solicitar cópia do áudio, do vídeo, da Taquigrafia desse pronunciamento do Líder do Governo para que sirva como documento instituído também para que a Assembleia Legislativa possa impetrar um Mandado de Segurança contra o Governo caso não seja cumprido esse compromisso feito pelo líder do Governo.

**O SR. JESUÍNO BOABAID** – Deputado Lebrão, na minha ignorância, na minha ignorância no direito, como é que a Assembleia está doando para o Estado, para uma Secretaria, a Secretaria, está lá, especifica, 'para construção de imóveis para servidores públicos'? O Estado não pode regulamentar para essas pessoas que se encontram... ele vai ter que mandar um novo projeto de lei para cá para desmembrar, gente! Isso aqui é uma falta de respeito, novamente. Eu sei da sua situação, também, Deputado Luizinho Goebel, uma situação dessas não podemos aceitar que o Estado faça. Isso é uma prova da falta de compromisso. Isso é igual como foi feito no Bairro Universitário, vem um outro que assumiu depois da Doutora Quílvia aqui e falou 'não, eu não tenho nem terra para doar'. E essas pessoas que investiram tudo, vão ficar de novo ao léu, jogadas, com mais de 15 anos ali, para que o Estado venha... quem foi lá na Portelinha sabe, no Bairro Nacional, é bem lá no fundo mesmo. Não tem necessidade de o Estado manter essa questão do espaço territorial todinho, separar não vai ter nenhum prejuízo. Eu voto NÃO, mas eu estou votando com o povo. Esta Casa tem que tirar os problemas, porque toda vez que o Estado faz uma situação dessa, como foi com a reforma administrativa, nós temos que estar aqui e desfazer a lambança do Governo. Então, quem vota SIM não está votando com o povo. Tem que votar com o povo, gente! A gente tem que parar e pensar, raciocinar. É isso que estamos fazendo, a gente chega amanhã ou depois, uma campanha política, não... É por isso que hoje esta Casa está começando a criar uma nova cultura. Existe hoje esse programa, eu faço questão de dar publicidade, de colocar isso às claras porque só assim chegaremos numa democracia mesmo. Tudo que é problema vem para cá. E nós como legisladores, temos que colocar, temos que fazer o papel de Executivo, fazer esse tipo de questão, moradia, Saúde, Educação. 'Não, eu falei que era assim, mas não foi'. Eu sei da boa intenção, Deputado Luizinho, mas infelizmente eu não acredito. Como foi falado, quem teve que disponibilizar Emenda para manter o pessoal lá do Dilma Rousseff, fomos nós dois, Deputado Dr. Neidson, não foi o Estado. A hora que foi feito aqui o acordo 'não, eu não fiz isso

aqui não, isso aqui chega lá com os Deputados'. Então, pedimos, isso é consciência, vamos votar, NÃO. Tira essa carga, como o Deputado Lebrão falou aqui, a gente vai fazer áudio, vídeo, aí é a sua palavra, olha a disposição, eu vou ter que entrar com uma ação para manter algo que Vossa Excelência falou aqui em nome do Governo. É isso que eu estou falando, uma ação judicial, uma indisposição aqui dentro mesmo. E eu não quero isso, jamais eu quero ir contra meus Pares aqui, jamais! Mas é um problema que eu também... não posso deixar o povo jogado assim. Então, eu peço novamente sensibilidade, vote NÃO, para a gente, pelo menos isso não vai ter nenhum prejuízo para o Governo, isso aqui não tem prejuízo para o Governo, não tem.

**O SR. LUIZINHO GOEBEL** – Então, eu quero primeiro dizer, Deputado Dr. Neidson, que a nossa palavra aqui tem fé pública. Portanto, o Governo, eu estou instituído neste momento da liderança do Governo e naturalmente que eu sou obrigado a acreditar no compromisso que o Governo do Estado tem feito conosco. E eu espero e tenho certeza que o Governo respeita este Parlamento, respeita esta Casa e por isso que eu venho aqui e afirmo do compromisso que o Governo tem. E concordo com essa questão quando o Deputado Jesuíno fala de que temos que votar com o povo, naturalmente que temos, tanto que este projeto, eu fui uma das pessoas que por duas vezes, por duas vezes, também instituído da função de líder, tirei de pauta o projeto, porque senão já teria sido votado há muito tempo atrás. E a meu pedido nós tiramos de pauta para que pudéssemos discutir, pudéssemos nos inteirar de fato do problema. Agora, quando a gente fala de votar com o povo, talvez não é esse momento votando, é que a gente está beneficiando, Deputado Ribamar, as pessoas que neste momento podem se sentir prejudicadas. Porque se nós votarmos aqui pela rejeição do veto, o governo vai argüir, na própria justificativa já fala da inconstitucionalidade. Então, o Governo vai argüir essa questão.

**O SR. JESUÍNO BOABAID** – Olha, Deputado, não é inconstitucional. Não é inconstitucional, quem dá o direito para o Governo é outra coisa, aí é inconstitucional. Quem autoriza a doação é esta Casa, então, como é que é inconstitucional?

**O SR. LUIZINHO GOEBEL** – Deputado Jesuíno.

**O SR. JESUÍNO BOABAID** – Como é inconstitucional? O que é isso? Para com isso! Aí não, é um argumento, falar..

**O SR. LUIZINHO GOEBEL** – Eu quero dizer que com a sua proposta, e o senhor tem que reconhecer isso, que com a sua proposta o senhor está tirando uma parte de um terreno que é do Estado.

**O SR. JESUÍNO BOABAID** – Tirando, não. Estou mantendo no Estado.

**O SR. LUIZINHO GOEBEL** – Nós não temos essa prerrogativa. O senhor está tirando. O Governo está apresentando uma proposta

**O SR. JESUÍNO BOABAID** – Tirando não, estou mantendo no Estado.

**O SR. LUIZINHO GOEBEL** – A terra é do Estado. O senhor está tirando uma parte...

**O SR. JESUÍNO BOABAID** – A terra é do Estado.

**O SR. LUIZINHO GOEBEL** – Uma parte que o senhor está tirando é do Estado.

**O SR. JESUÍNO BOABAID** – Deputado Luizinho, eu não estou tirando, não estou tirando, é do Estado o terreno, ele está querendo doar para a SEAS, para a construção. É do Estado.

**O SR. LUIZINHO GOEBEL** – Eu vou encerrar a minha proposta. O encaminhamento que eu recebo do Governo, é pela manutenção do Veto, com o compromisso do Governo de regularizar, e já deixando claro aqui que se caso o Veto for rejeitado o Governo vai entrar judicialmente e eu tenho quase que certeza que naturalmente a Justiça vai dar um parecer favorável ao Governo do Estado. Por quê? Porque a propriedade é do Governo e quem tem que fazer gestão sobre a propriedade é o Governo do Estado, incontestavelmente. Então, o meu encaminhamento, dentro de Rondônia, é pela manutenção do Veto, ou seja, voto SIM.

**O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente)** – O painel está aberto.

#### VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- não
- Deputado Aécio da TV	- não
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- sim
- Deputado Dr. Neidson	- não
- Deputado Edson Martins	- sim
- Deputado Ezequiel Júnior	- sim
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Herminio Coelho	- não
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- não
- Deputado Laerte Gomes	- não
- Deputado Lazinho da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Léo Moraes	- não
- Deputada Lúcia Tereza	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- sim
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- abstenção
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputada Rosangela Donadon	- ausente
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só Na Bença	- sim

**Com 11 votos 'sim', e 07 votos 'não' está mantido o Veto.**

**Vai ao Expediente.**

Próxima Matéria, senhor Secretário.

**O SR. LEBRÃO (1º Secretário) VETO PARCIAL 011/15 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 131** - Veto Parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 001/15, de autoria do Poder Executivo que “reestrutura a Agência de Regulação de Serviços Públicos do Estado de Rondônia – ASPER e dá outras providências”

**O SR. EDSON MARTINS** – Questão de Ordem, Presidente?

**O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente)** – Eu só gostaria de registrar e agradecer a presença do ex-prefeito de Presidente Médici, o Zé Ribeiro, que também é Presidente do Território de Cidadania, Território Central, nosso amigo ex-prefeito de Presidente Médici, Zé Ribeiro. Muito obrigado pela sua presença. Também o Vanir Cavalheiro e demais pessoas que compõem o plenário. Muito obrigado pelas presenças.

**O SR. JESUÍNO BOABAID** – Questão de Ordem, Presidente?

**O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente)** – Pois não, Deputado.

**O SR. JESUÍNO BOABAID** – Só para informar ao povo do Portelinha que foi mantido o Veto. Então, infelizmente hoje a gente não conseguiu. Teria que ter 13 votos e agora vocês estão reféns do Estado. Se o Estado amanhã desabrigar eles, ou seja, desapropriar eles, passou pelo crivo desta Casa. E pode ter certeza que eu vou pedir a Ata, vou mandar para os senhores a Ata, e vou guardar também. Chega de assumirmos compromisso aqui e o Governo ficar de uma forma tranquila. Hoje, novamente, nós, esta Casa, se responsabilizando por algo que não era nossa responsabilidade. Tudo bem. Foram 11 votos a 07. Mas conseguimos.

Eu agradeço a todos que votaram pelo ‘não’, que votaram realmente a favor dessa comunidade.

Muito obrigado.

**O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente)** – Aí, Deputado Jesuíno, fica o compromisso do Governo do Estado, estão aqui as pessoas presentes, que são as pessoas que estão sendo prejudicadas, o Deputado Luizinho está com essa missão. E em poucos dias, se não for resolvido, Deputado, nós vamos fazer uma reunião e cobrar o compromisso do Governo de cumprir mais esse compromisso com essa comunidade. Esse é o compromisso da Casa, hoje, que está se afirmando aqui. O Deputado Jesuíno fez a sua parte, em defender o Projeto, mas com certeza conseguiu também, Deputado Jesuíno, essa negociação ficar em aberto para que venha atender essa comunidade, não deixar ela como está.

Próximo Projeto, Mensagem 031, Veto Parcial 011/15.

Em discussão.

Eu vou pedir a Assessoria que feche o vidro aí, para que não deixe esse vidro mais aberto, porque não pode acontecer isso que está acontecendo. Gente, é só vocês terem paciência, o compromisso do Governo é de resolver. O Deputado Jesuíno está certo em defender o Projeto, ele entende, e vocês, nesse primeiro momento, entendem que era importante votar, defender o Projeto. Mas está aqui o compromisso do Governo. O Governo entende que, vai, está assumindo o compromisso

através do líder, e nossa Casa vai cobrar do Governo para que cumpra com essa responsabilidade com vocês. Então, no primeiro momento, às vezes, nós não entendemos, mas o compromisso fica aqui de dar todo o apoio a fim de que se cumpra com vocês esse compromisso do Governo do Estado.

**A SRA. LÚCIA TEREZA** – Questão de Ordem, Senhor Presidente?

**O SR. LAZINHO DA FETAGRO** – Questão de Ordem, Presidente?

**O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente)** – Deputada Lúcia Tereza, depois o Deputado Lazinho.

**A SRA. LÚCIA TEREZA** – Eu vou pedir a Vossa Excelência que determine a abertura dos vidros. Eu vou confiar, por gentileza...

**O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente)** – Não, Deputada, deixe assim. Deputada, às vezes, no momento... Deputada Lúcia, há momentos que as pessoa se estressam, ela não entende...

**A SRA. LÚCIA TEREZA** – Não, não. Pode confiar.

**O SR. JESUÍNO BOABAID** – Mas por que vai fechar, Deputado Maurão? Presidente, por que vai fechar? Todo mundo está passivo disso. Se o cara agredir verbalmente, cabe a cada Deputada entrar com uma ação. Agora, isso aqui é o povo.

**A SRA. LÚCIA TEREZA** – Como é que é, Deputado Jesuíno?

**O SR. JESUÍNO BOABAID** - Se alguém agredir...

**O SR. LAZINHO DA FETAGRO** – Vamos respeitar a Questão de Ordem, Deputado Jesuíno, por favor.

Presidente, eu acho que nós precisamos, em primeiro lugar é comum que nós possamos aqui, dentro desta Casa, um respeitar o voto do outro. É a primeira coisa. Isso tudo está acontecendo por causa de conversa depois da votação. Eu acho que aqui todo mundo tem o mesmo direito, todo mundo tem opinião. E eu quero pedir para o Deputado Jesuíno, por favor, Deputado, não é coisa que se faça, porque esta Casa tem autonomia para tomar decisão. E cada Deputado tem o direito de dar o seu voto. Essa, não é a primeira vez que acontece isso, de expor os companheiros aqui dentro, de expor esta Casa. Quero pedir respeito para cada um dos Pares desta Casa. Que cada um respeite o voto porque o compromisso está firmado. Se o Governo não cumprir, esta Casa vai para cima do Governo e vai fazer cumprir esse compromisso. Agora, não dá para expor os companheiros da forma como aconteceu aqui e outras vezes como já aconteceu. Não aceito isso. Não exponho os companheiros e respeito cada um que está aqui.

Muito obrigado.

**O SR. JESUÍNO BOABAID** – Questão de Ordem, Presidente?

**O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente)** – Pois não, Deputado.

**O SR. JESUÍNO BOABAID** – Eu estava conversando com a Deputada Lúcia Tereza. Aqui é uma conversa entre eu e ela, ela me perguntou uma situação. Deputado Lazinho, o senhor vota, qualquer um vota como quer. Eu não estou preocupado não, cada um vota como quer. Agora, fechar o vidro aqui porque quer, porque uma situação, eu estou passivo disso, todo mundo está passivo disso. No momento eu estava conversando com a Deputada Lúcia. Eu posso conversar como eu quero com ela. Se ela se sentir prejudicada, se sentir magoada comigo, a gente conversa. Aqui é uma Casa Legislativa. Eu falo da forma que eu quero.

**O SR. HERMÍNIO COELHO** – Questão de Ordem, Presidente?

**A SRA. LÚCIA TEREZA** – Questão de Ordem, Presidente?

**A SRA. LÚCIA TEREZA** – Eu peço a Vossa Excelência que abra o vidro, abra o vidro mesmo.

**O SR. HERMÍNIO COELHO** - Eu queria também pedir para abrir o vidro, porque, primeiro, o rapaz não ofendeu a nossa Deputada. Ele não ofendeu ninguém. Quem está aí é um povo de bem. Eu também peço que abra os vidros. E outra coisa, Deputado Lazinho, aqui eu não vejo, o Deputado Jesuíno, muitas vezes, fica, talvez ele não fique contente com os colegas, da forma que os colegas votam porque também aqui se vota a favor desse Governo de qualquer jeito e a gente sabe que não dá para confiar nesse Governo. Não dá para confiar nesse Governo. E eu não vi o Deputado Jesuíno ofender nenhum Deputado e também não vi o cidadão, a pessoa que falou ali, ela não falou, não ofendeu a Deputada Lúcia. Por isso, Deputado Maurão, abra os nossos vidros. Fica feio para a Assembleia se a Assembleia não... Nós não temos que ter medo do povo, nós temos que... Na época da eleição nós vamos lá pedir os votos deles, ninguém tem medo deles. Agora, na época do mandato nós vamos ficar com medo do povo?

**O SR. RIBAMAR ARAÚJO** – Questão de Ordem, Senhor Presidente?

**O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente)** – Pois não, Deputado.

**O SR. RIBAMAR ARAÚJO** – Todo mundo sabe da minha posição. Eu sempre fui um defensor intransigente do povo, principalmente das classes mais sofridas e humilhadas da sociedade.

Nesse momento eu quero hipotecar meu apoio ao companheiro Deputado Lazinho, ele está correto. É a segunda vez que alguém protesta nesta Casa contra alguém que quer jogar Deputado contra o povo.

Obrigado.

**O SR. JESUÍNO BOABAID** – O vidro... Presidente, o senhor vai abrir o vidro?

**O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente)** – Eu vou por em votação. Já que uns querem que abra e outros não, eu vou pedir... o pedido da Deputada Lúcia. Em votação. Os Deputados

que querem que abra o vidro ficam de pé, se manifestem, ficam de pé, os que querem.

**O SR. JESUÍNO BOABAID** – Quem quer que fique aberto?

**O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente)**- Que fique aberto...

**O SR. JESUÍNO BOABAID** – Pode abrir o vidro, Presidente.

**A SRA. LÚCIA TEREZA** – Questão de Ordem, Presidente?

**O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente)** – Pois não, Deputada.

**A SRA. LÚCIA TEREZA** – Com tanta coisa importante, gente...

**O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente)** – Deputada Lúcia, eu vou pedir para abrir hoje, mas vou pedir à assessoria que nos próximos dias deixe fechado, porque já é a segunda vez que acontece isso, uma hora alguém está ali, joga alguma coisa num Deputado, e aí vai ficar ruim. Está certo que o clima não foi para isso.

**A SRA. LÚCIA TEREZA** – Excelência, Questão de Ordem, por caridade.

**O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente)** – pois não, Deputada.

**A SRA. LÚCIA TEREZA** – Não para ser boazinha, para receber palma, porque eu não vivo disso. Mas às vezes é a única maneira que as pessoas têm de se expor, de expelir a vontade, a necessidade. Então, eu acho mais justo que a gente fique junto com o povo, nem por isso eu vou concordar. Eu não sabia que o Governo já tinha feito um trato. Mas o Deputado falou que vai cumprir o trato de por em outro local e aí nós vamos ter o compromisso de perseguir para que ele faça isso. Agora, eu vou pedir para o senhor, se a gente não ficar perto do povo, puder ficar perto do povo é porque estamos falando em línguas diferentes. Isso é um direito, Excelência, e eu peço que esta Casa continue sendo de fato democrática, independente das rusgas entre companheiros. Isso é outro problema. A comunidade não pode pagar por vontades contrárias e ideologias diversas nossas.

Muito obrigada, Excelência.

**O SR. LAERTE GOMES** – Presidente, isso é Matéria superada. Vamos passar para a próxima.

**O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente)** – Veto Parcial 011/15.

Em discussão. Deputado Laerte, para discutir o Projeto.

**O SR. LAERTE GOMES** – Senhores Deputados, senhoras e senhores Deputados, esse Projeto, senhor Presidente, é um Projeto da Criação da ASPER da qual nós fomos relator na CCJ, nós ouvimos o Secretário de Planejamento, foi convocado,



o Presidente da Agência, Deputado Léo, na CCJ com os demais colegas. Discutimos melhorias no texto, eles encaminharam as melhorias.

Discutimos, Deputado Lazinho, acordado com o Governo, com o Chefe da Casa Civil Emerson Castro, e com o Secretário de Planejamento uma Emenda que trata da manutenção da fiscalização de rodoviárias, de balanças pelos servidores do DER, pelos próximos quinze anos, que já o fazem isso desde o início. Nós temos funcionários, servidores do DER que já estão nessa função há vinte e cinco, vinte sete anos, Deputado Airton. Então, eles nos procuraram em Ji-Paraná, quando lá na Sessão Itinerante, conversaram com os Deputados, foi um acordo, Deputado Cleiton Roque, foi um acordo, o Deputado Adelino sabe disso, um acordo do Governo com esta Casa, um acordo do Governo com a CCJ para nós colocarmos em votação essa Emenda. E o Governo, creio eu, que através da Assessoria Jurídica, vetou e eu queria pedir aos colegas Deputados, tem mais de seis servidores nessa situação, e em nome deles, que nós derrubássemos o Veto desse Projeto, senhor Presidente. Tenho certeza, os próprios Deputados aqui da base, os nossos colegas entendem isso, porque isso foi um acordo. E acordo, Deputado Adelino, tem que ser cumprido, acordo tem que ser cumprido. Não precisa ser feito, mas depois de feito tem que ser cumprido. Eu queria pedir isso, Deputado Maurão, aos Nobres colegas, inclusive, Presidente, com o seu voto para nós derrubarmos o Veto.

**O SR. ADELINO FOLLADOR** – Senhor Presidente, Questão de Ordem?

**O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente)** – Pois não, Deputado.

**O SR. ADELINO FOLLADOR** – Eu quero também endossar as palavras do Deputado Laerte, que houve um compromisso do Governo, foi por um período, acho que de quinze anos, até quinze anos, manter esse pessoal que já está na fiscalização, senão eles não vão ter função nenhuma. Esse pessoal já é concursado efetivado há muito tempo. Então, houve esse acordo, para manter esses funcionários trabalhando. Então, foi criado e nós concordamos na época, mas desde que não abandone aquele pessoal que está tanto tempo na fiscalização. O Deputado Airton, conhece, na rodoviária de Ariquemes tem três, lá em Monte Negro tem um, todas as rodoviárias têm esses fiscais já efetivos, nas balanças tem e eles não podem, esses concursados, não estão dizendo aqui que nenhum dos portariados, está dizendo os concursados e são pessoas antigas. Nós temos que ter respeito a esse pessoal antigo. E o Governo, na época, através da Casa Civil assumiu o compromisso que fizessem a Emenda. Eu acho que é um Projeto importante, para não abandonar esse pessoal que tanto se doou, e que já estão próximos a se aposentar.

Obrigado.

**O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente)** – Deputado Léo, eu gostaria que Vossa Excelência falasse com a assessoria sobre o seu Projeto.

Ainda para discutir o Projeto, o Deputado...

**O SR. LUIZINHO GOEBEL** – Questão de Ordem, Presidente?

**O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente)** – Pois não, Deputado.

**O SR. LUIZINHO GEBEL** – Pela maioria, encaminhamos o voto pela derrubada do Veto.

**O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente)** – Então, encaminha 'não', não é? Votação aberta.

**O SR. ADELINO FOLLADOR** – Obrigado, líder.

**O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente)** - Votação aberta.

**O SR. LAZINHO DA FETAGRO** – Compromisso tem que ser cumprido, e esse é um compromisso para ser cumprido.

**O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente)** – O encaminhamento é não.

**O SR. LAERTE GOMES** – Deputado Jesuíno, Vossa Excelência é um defensor, Deputado Jesuíno e Deputado Hermínio defensores da população, vote com a consciência.

**O SR. HERMÍNIO COELHO** – Nós não votamos, Deputado Laerte...

**O SR. JESUÍNO BOABAID** – Eu não voto por orientação de líder de Governo, Deputado Laerte, o senhor tem maioria aqui para derrubar o Veto.

**O SR. HERMÍNIO COELHO** – Nós não votamos sob orientação do Governo.

**O SR. ADELINO FOLLADOR** – Não tem orientação do Governo, a orientação...

**O SR. LAERTE GOMES** – Vossa Excelência Deputado Jesuíno, votou a favor dessa Emenda na CCJ e votou a favor do Projeto aqui no plenário.

**O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente)** - Vou proclamar o resultado.

**O SR. LAERTE GOMES** - Questão de Ordem.

O Deputado Jesuíno e o Deputado Hermínio, estão votando com o Governo. Quero que fique gravado e registrado aqui, que o Veto é do Governo. Eles estão votando com o Governo, quero que fique registrado aqui.

**O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente)** – Ficar registrado, o Deputado Hermínio e o Deputado Jesuíno estão votando com o Governo, a base do Governo está votando contra.

**O SR. HERMÍNIO COELHO** – Eu não consigo entender como é que o líder do Governo e a base aliada do Governo vota contra o Governo. Se vocês estão votando contra o Governo, nós vamos

votar a favor, não tem problema nenhum nós votarmos a favor do Governo.

**O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente)** – Vou proclamar o resultado.

#### VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- não
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Airton Gurgacz	- não
- Deputado Alex Redano	- não
- Deputado Cleiton Roque	- não
- Deputado Dr. Neidson	- não
- Deputado Edson Martins	- não
- Deputado Ezequiel Júnior	- não
- Deputada Glaucione	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- não
- Deputado Lazineiro da Fetagro	- não
- Deputado Lebrão	- não
- Deputado Léo Moraes	- ausente
- Deputada Lúcia Tereza	- não
- Deputado Luizinho Goebel	- não
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- abstenção
- Deputado Ribamar Araújo	- não
- Deputada Rosângela Donadon	- ausente
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só Na Bença	- não

**Com 03 'sim', 14 'não', uma abstenção. Está rejeitado o Veto.**

**O SR. RIBAMAR ARAÚJO** – Questão de Ordem, Senhor Presidente. Vamos pedir para respeitar o voto dos colegas.

**O SR. JESUÍNO BOABAID** – Quem está faltando com o respeito aqui? Eu não estou vendo, a gente vota como quer. Eu não estou entendendo, agora toda hora vai ter essa questão de respeito aqui, é? Então, vamos mudar o Regimento ou o Deputado, a gente vota como quer, se votar, me abster, não votar. Eu estou votando 'sim' porque eu quero.

**O SR. EDSON MARTINS** – Questão de Ordem, Presidente?

**O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente)** – Pois não, Deputado.

**O SR. EDSON MARTINS** – Senhor Presidente, eu gostaria de registrar a presença do meu amigo, ex-deputado desta Casa, grande Deputado Paulo Moraes. Muito obrigado, Paulo Moraes. Presidente, eu gostaria de aproveitar essa Questão de Ordem, eu sei que está encerrando a votação e os Deputados devem retirar. Mas eu estive juntamente com o Deputado Dr. Neidson e o Deputado Jesuíno em São Paulo, onde nós fomos representar a Assembleia Legislativa, o Poder Legislativo de Rondônia, em uma reunião lá na Assembleia Legislativa de São Paulo, onde

ficou acertado, Presidente e Senhores Deputados e Deputadas, que no próximo dia 14 de outubro haverá uma grande mobilização em Brasília, eles pediram que gostaria que colocasse os 1.059 Deputados Estaduais de todo o país lá em Brasília para que nós pudéssemos reivindicar a aprovação da PEC 47. A PEC 47 altera a Constituição, onde ela traz a competência para os Estados, em legislar sobre a Matéria fundamental e importante para o desenvolvimento do Estado. Nós temos uma federação que a lei, as leis às vezes são impostas. O Governo Federal, às vezes, cria Programas, passa os encargos para os Estados e para os municípios, mas não repassam os recursos. E os Estados, com certeza, estão perto da insolvência, muitos Estados, muitos municípios, que não estão conseguindo pagar a Folha. Eu acho que é a pior situação, talvez, que foi dito lá, o Estado do Rio Grande do Sul e essa PEC 47 vai devolver a autonomia às Assembleias Legislativas em legislar sobre Matérias importantes para o desenvolvimento dos Estados. Foi muito discutido lá, Deputado Ribamar, Deputado Dr. Neidson, Senhores Deputados, que às vezes os Estados se acham limitados a aprovar Título de Cidadão Honorífico, aprovar orçamento, colocar nomes em ruas e avenidas e às vezes aquela matéria fundamental e importante para o desenvolvimento do Estado, o Estado não tem a competência de legislar. Uma delas, eu diria, é a criação de novos municípios. Nós sabemos da necessidade de Rondônia em criar mais alguns municípios, nós já temos a Ponta do Abunã que está aqui a mais de 300 quilômetros da sede do município e precisa realmente devolver essa autonomia aos Estados, às Assembleia Legislativas para legislar sobre Matérias de tamanha relevância. E também lá aconteceu a eleição do novo Presidente, de uma nova Diretoria e Presidente de Colegiados de Assembleias Legislativas, onde nós elegemos o Fernando Capez, que é o Presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo para ser o Presidente desse colegiado. Eu também indiquei o meu nome, eu fiquei com o meu nome ali para o Conselho Fiscal também dessa diretoria de sete nomes que foram eleitos. A Vice-Presidente é a Celina, uma Deputada distrital de Brasília. E foi muito importante essa reunião, Deputado Dr. Neidson, Deputado Ribamar e o Deputado Jesuíno, que participaram lá, com certeza eles puderam perceber a relevância, temas importantes para o nosso País que foram discutidos ali, mas eu acho que o fundamental deles realmente é essa marcha a Brasília que ficou acertado, ficou em Ata e vai chegar esse pedido aqui para a Assembleia Legislativa, para que todos os Deputados pudessem no dia 14 de outubro estar em Brasília, realmente reivindicar o fortalecimento dos Estados e das Assembleias legislativas de todo o País.

obrigado.

**O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente)** – Obrigado, Deputado.

Próxima Matéria, Senhor Secretário.

**O SR. LEBRÃO (1º Secretário)** – Não há mais Matérias, Senhor Presidente.

**O SR. ALEX REDANO** – Sr. Presidente, me permita rapidamente, só reforçar um convite, já foi entregue a todos os gabinetes, sobre a Audiência Pública, sobre a questão da

faculdade FIAR. Em Ariquemes, principalmente o Deputado Adelino, Deputado Saulo, o pessoal da região, Deputado Ezequiel, mas enfim, todos os Deputados foram convidados para Audiência Pública, sexta-feira, às 9 horas da manhã, em Ariquemes. É um caso já concreto que está acontecendo lá numa faculdade tradicional, faculdade a mais de 30 anos e está feito o convite.

Quero registrar a presença do Vereador Menudo, de Nova Brasilândia. Obrigado, companheiro.

Obrigado senhor Presidente.

**O SR. JESUÍNO BOABAID** – Presidente, Questão de Ordem? Não existe mais nenhuma Matéria para ser tramitada aqui, se colocarem qualquer Matéria sem Parecer, eu quero que justifique conforme o regimento, saber por qual motivo estão sendo colocadas essas Matérias em ordem e toda a Matéria que for colocada eu estou pedindo vista. Tem que justificar todas. Eu já estou logo antecipando meu voto, todas, sem exceção, vai ter vista, todas.

**O SR. LÉO MORAES** – Senhor Presidente, eu gostaria de agradecer a presença do Vereador Joãozinho de Alto Paraíso, assim como Paulo Moraes Júnior, que é meu irmão e meu velho, meu pai que está aí presente.

**O SR. JESUÍNO BOABAID** – Outra coisa, também, está descumprindo o Regimento por qual motivo? Então, eu peço a assessoria, que justifique para o Presidente, porque ele tem esse papel de colocar Matérias de ordem, que não esteja tramitando. Agora, Comissão tem que funcionar, aplicando o artigo que tem disposto dizendo que toda a Matéria tem que ser de grande relevância, tem que ser uma Matéria que não puder ser votada. Então, colocar a Matéria agora sem... tem que ter justificativa plausível, não da forma que está. Tem que passar para as Comissões. Para que tem Comissão?

**O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente)** – Concordo com Vossa Excelência Deputado Jesuíno, as Comissões são justamente para funcionar, para ser discutida, debatido todos os Projetos.

**O SR. LUIZINHO GOEBEL** – Questão de Ordem, Presidente?

**O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente)** - No caso, o Deputado Líder, Deputado Luizinho está pedindo Aparte, já vou conceder, Deputado Luizinho. E já justificando, o Projeto que nós estamos colocando em pauta, que está vindo da Comissão de Justiça, são contrapartidas de convênios do Governo Federal, se não aprovar hoje nós podemos perder esses convênios.

Com a palavra, Deputado Luizinho.

**O SR. LUIZINHO GOEBEL** – Presidente, gostaria de agradecer primeiramente a Vossa Excelência que está dando essa oportunidade de fazer a justificativa para os demais Pares, para ver se realmente acatamos a inclusão na pauta dessas Matérias. Temos a primeira Matéria que é um projeto do Deputado Jesuíno que Institui e disciplina o programa de incentivo a especialização e exercício do mandato Parlamentar. É um Projeto importante, eu acredito que o Deputado...

**O SR. HERMÍNIO COELHO** – Questão de Ordem, se colocar, se não tiver o Parecer das Comissões, eu vou pedir vista do Projeto do Deputado Jesuíno.

**O SR. LUIZINHO GOEBEL** – Então, vamos aguardar o Projeto do Deputado Jesuíno para daqui a pouco. Nós temos o outro Projeto, portanto nós temos que justificar. Eu gostaria, principalmente da professora, Deputada Lúcia Tereza a senhora que é a Presidente da Comissão de Educação, é um projeto de um remanejamento de superávit financeiro no valor de quatorze milhões e quarenta e cinco mil reais, que é para a SEDUC, que é para a manutenção da estrutura da SEDUC, desde folha de pagamento às despesas que nós temos na SEDUC. O porquê da urgência? Porque precisa, é um recurso que é repassado do Governo Federal e que quando entra, o Governo tem que esperar entrar para poder mandar mensagem para a Assembleia, e precisa ser com urgência. Então, se o Projeto for tramitar nas Comissões, não dá tempo, Presidente, para fazer o pagamento de servidores da educação e manutenção da estrutura educacional do Estado de Rondônia.

**A SRA. LÚCIA TEREZA** – Questão de Ordem, Senhor Presidente?

**O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente)** – Pois não, Deputada Lúcia.

**A SRA. LÚCIA TEREZA** - Ninguém mais do que nós queremos que pague. Se fosse tanta urgência tinha mandado pelo menos a Presidente e Comissão de Educação e de Justiça. Deveria ter sido avisada pelo menos ontem. Isso aqui virou brincadeira, virou brincadeira, não existe um porquê. Tomara que no relatório das Comissões, alguns Deputados façam, 'eu não fiz nada, só votei em plenário, eu não analisei, eu não analisei'. Deputado Lazinho, eu estou pedindo, nós precisamos saber dessas coisas. Eu não vou votar contrário ao pagamento, mas estou votando contrariada. Eu peço que passe pela Comissão. Já havíamos falado de que terça-feira nós iríamos analisar e passar para a Comissão de Finanças, entendeu, Deputado Cleiton, vice-líder do Governo? Eu peço que respeite, não a Deputada, mas que respeite os trâmites do Regimento desta Casa, eu peço, já está avisado, terça-feira a gente já vai fazer uma reunião com a Comissão de Finanças, Educação e tudo, para realmente aprovar, mas nós queremos saber porque, se vai ficar gente para receber, nós precisamos saber. Então, gente, não vai morrer ninguém, não é questão de morrer não, questão de morrer, é uma UTI que tem que ser alocada na hora, está entendendo? Esse negócio da Secretaria de Educação mandar e todo mundo se compadecer porque é educação, como se nós fôssemos a represa de tudo, eu estou pedindo que passe pela Comissão, líder, que ele respeite o trâmite. Agora, não é possível sem passar pela Comissão, Deputado Laerte. Quem ficou até agora sem receber pode ficar até terça-feira, nós queremos saber. Eu peço a compreensão, e que vá para a Comissão, Sr. Presidente. Porque senão não faz sentido ter Comissão aqui e eu não vou por colegas na berlinda e nem vou expor, mas isso é ridículo.

**O SR. AÉLCIO DA TV** – Questão de Ordem, Presidente.

**O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente)** – Deputado Aécio.

**O SR. AÉLCIO DA TV** - Eu acho que cada caso é um caso, temos que avaliar as urgências de alguns projetos, quando se trata, às vezes, de remanejamento, de coisas urgentes, até se entende, Deputado Luizinho, como líder Vossa Excelência me entende. Eu acho que existem urgências. Nós tivemos um caso aqui a semana passada que o Deputado pediu vista de um projeto e se tratava de servidor, se tratava da área de segurança. Então, essas urgências, essas emergências têm que ser levadas em consideração. Eu acho extremamente importante as Comissões, as Comissões têm funcionado muito bem, os próprios servidores da Casa têm dito sempre isso, que nunca funcionou tão bem como funciona hoje. Eu sou uma pessoa que participo ativamente das Comissões, mas eu acho que existem alguns casos, em todos os Parlamentos, não é só aqui, isso é na Câmara Federal, no Senado, em vários lugares das Câmaras Municipais, conforme a emergência, às vezes a coisa precisa dar um Parecer aqui rapidamente. Então, eu acho que tem que haver um equilíbrio em todos os aspectos, eu acho que não adianta trabalhar com retaliação, não adianta. Eu acho que a gente tem que ter equilíbrio, acima de tudo equilíbrio vai ajudar em tudo. Então, eu sou favorável que se passe, se tiver tempo pela Comissão, mas se for uma coisa de emergência, de urgência, caso de servidor, caso de compromisso nesses remanejamentos, eu acho que pode ser relevado, sim.

**O SR. LUIZINHO GORBEL** – Deputado Aécio, só justificar, eu concordo plenamente com o que falou a Deputada Lúcia Tereza, também concordo com o que falou o Deputado Aécio. Portanto, Deputada Lúcia, a única questão que a gente está debatendo é porque esse repasse é Federal. Infelizmente, o superávit desse repasse chegou só neste momento e por azar é em fechamento de mês. Então, eu gostaria que a senhora e eu tenho certeza da sua responsabilidade das Comissões, eu estou lhe parabenizando porque a senhora quer que passe nas Comissões, mas nesse caso a gente poderia votar, porque aqui todo recurso que tem aqui é votado, na grande maioria, só para manutenção da máquina, não tem nenhum Projeto novo.

**O SR. JESUÍNO BOABAID** – E onde está explicando isso aí, Deputado? Me dá aqui, onde é que está mostrando, onde que está justificando isso aí? Se o senhor me provar que está sendo feito isso, eu voto agora. Onde é que está justificando que é para pagamento disso ou daquilo? Ah, para com isso!

**O SR. LUIZINHO GOEBEL** – O projeto, Deputado Jesuíno, o senhor pode ler à vontade, ele é público, Vossa Excelência pode ler.

**O SR. JESUÍNO BOABAID** – Vossa Excelência falou que estava especificando para compra, para pagamento, não sei o que. Então, me prova aí agora. Se provar, porque as Comissões de Constituição e Justiça, Finanças é para analisar esse tipo de questão. É por isso que questionamos. Inclusive, tem situações aqui que já estão cobrando a participação das Comissões, a atuação das Comissões. Eu vi ontem uma propositura do Deputado Adelino muito boa, salutar. Inclusive, eu quero até,

quando passar na Comissão de Constituição e Justiça fazer uma Emenda que é de suma importância para as Comissões, aí vem agora 'remanejo de superávit', vai para cá, vai para lá e ninguém sabe para onde que vai, na verdade. É esse ponto que a Deputada Lúcia está convicta, está falando, eu somo com a sua ideia, viu Deputada? a senhora tem que realmente pedir e analisar esse documento de forma tranquila, sem pressão nenhuma. Colocar aqui, vota, vai... Não. Para quê? Antes votava dessa forma, não tinha nem Comissão. Votava aqui em Plenário. 'Como vota?'. Pronto, acabou.

**A SRA. LÚCIA TEREZA** – Questão de Ordem, Senhor Presidente?

**O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente)** – Pois não, Deputada.

**A SRA. LÚCIA TEREZA** – Deputado Luizinho, vossa Excelência viu? Poderia ter evitado tudo isso, essa perda de tempo, nós discutindo. Eu sou voto vencido, porque Educação toca, sensibiliza todo mundo. Não é assim... Isso não é...

**O SR. LEBRÃO** – Questão de Ordem, Senhor Presidente?

**O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente)** – Pois não, Deputado.

**O SR. LEBRÃO** – Quem quiser pedir vista, peça vista. Isso é um direito Regimental.

**A SRA. LÚCIA TEREZA** – Só existe um Deputado aqui? Não, líder.

**O SR. EDSON MARTINS** – Presidente, eu só gostaria de dizer, votação aqui, regime de urgência, Deputado Jesuíno, não é a primeira vez, e também não será a última. Quando o Deputado Jesuíno disse do remanejamento, é superávit, é convênio, é recurso, repasse do Governo Federal, é importante e eu acho que é um direito do Deputado também de pedir vista. Eu acho que deveria colocar em votação. Se o Deputado entender que ele deve pedir vista para tirar a dúvida dele, é um direito dele, assegura o direito dele de pedir vista para que ele possa analisar. Mas não se trata de nenhum remanejamento, é superávit de arrecadação. É um projeto de convênio do Governo Federal e tem pressa, é importante. Na Comissão ou não, não vai diminuir o repasse do Governo Federal, o valor do convênio, Deputada Lúcia. Mas se o Deputado quiser tirar a dúvida, que ele também peça vista e tire a dúvida, que possa ser votada na próxima Sessão. Eu acho que é um direito do Deputado e precisa ser assegurado.

**O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente)** – Encerro a Ordem do Dia.

Passemos às Comunicações Parlamentares.

Não há oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus, encerramos a presente Sessão, e convoco Sessão Extraordinária para daqui um minuto.

Solicito ao senhor Secretário para anunciar as Matérias a serem apreciadas na Sessão Extraordinária.

**O SR. LEBRÃO (1º Secretário)** – Projeto de Lei 136/15, Poder Executivo/Mensagem 144; Projeto de Lei 135/15, do Poder Executivo/Mensagem 143; Projeto de Lei 144/15, do Poder Executivo/Mensagem 158; Projeto de Lei 155/15, do Poder Executivo/Mensagem 167; Projeto de Resolução 020/15, do Deputado Jesuíno Boabaid.

**O SR. JESUÍNO BOABAID** – O meu, eu quero que retire de Pauta, Presidente.

**O SR. LAERTE GOMES** – Senhor Presidente, o Projeto da redução do querosene vai ser votado agora? Da alíquota do querosene? Está na Pauta?

**O SR. MAURÃO DE CARVALHO (Presidente)** - Está incluído, Deputado.

Está encerrada a Sessão.

**(Encerra-se esta Sessão às 10 horas e 38 minutos)**

**ATA DA 26ª AUDIÊNCIA PÚBLICA  
PARA DEBATER ACERCA DO MÉTODO  
APAC, ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO  
E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS EM PORTO VELHO**

Em 6 de Agosto de 2015

**Presidência do Sr. LÉO MORAES – Deputado**

(Às 14 horas e 50 minutos é aberta a sessão.)

**O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias)** – Senhoras e senhores, boa tarde. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo a requerimento do excelentíssimo senhor deputado estadual Léo Moraes, realiza Audiência Pública objetivando discutir sobre assuntos relativos ao método APAC, Associação de Proteção e Assistência aos Condenados em Porto Velho.

Convidamos para compor a Mesa o Excelentíssimo Sr. Deputado Léo Moraes, que é proponente desta Audiência Pública. O Excelentíssimo Sr. Deputado Durval Ângelo Andrade, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Excelentíssimo Sr. Marcos Rocha Secretário de Estado da SEJUS. Excelentíssima Senhora Andréa Waleska Nucini, Promotora de Justiça, representante do Ministério Público do Estado de Rondônia. A excelentíssima senhora Aiko Daniele Vieira Araki, Promotora de Justiça de Execução Penal em Ji-Paraná. Sr. Valdeci Antônio Ferreira, Presidente da Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados. Delegado Júlio Ugalde, representante da SESDEC, a Secretaria de Segurança, Defesa e Cidadania do Estado de Rondônia. E a senhora Regineth Medeiros, Presidente da APAC. Lembro as Senhoras e aos Senhores que dentro de instantes estarão presentes também o excelentíssimo senhor deputado Maurão de Carvalho, Presidente da Assembleia e o excelentíssimo Sr. Daniel Pereira, Vice-Governador do Estado de Rondônia.

**O SR. LÉO MORAES (Presidente)** – Invocando a proteção de Deus, e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública com o objetivo de discutir sobre assuntos relativos ao método APAC, Associação de Proteção e Assistência aos Condenados em Porto Velho.

**O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias)** – Convidamos a todos para de pé cantarmos o Hino Céus de Rondônia, letra de Joaquim de Araújo Lima e música de José de Melo e Silva.

**(Execução do Hino Céus de Rondônia)**

**O SR. LÉO MORAES (Presidente)** – Boa tarde a todos que participam dessa Audiência Pública com intuito e propósito de discutirmos o método APAC, em assistência aos nossos apenados. Gostaria de cumprimentar ainda que ausente o excelentíssimo Sr. Maurão de Carvalho, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia; cumprimentar de uma forma muito afetuosa o excelentíssimo Sr. Daniel Pereira, Vice-Governador do Estado de Rondônia; cumprimentar Excelentíssimo deputado Durval Ângelo de Andrade da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, é um grande prazer tê-lo conosco deputado, sintase realmente em casa, e fique a vontade e que esses ares lhe traga tantas outras vezes aqui para ver implantado e acompanhar a efetivação do método APAC no Estado de Rondônia. Gostaria de saudar e cumprimentar a presença da Deputada Rosângela Donadon que certamente se desdobrou para estar presente aqui, haja vista que o reduto eleitoral é lá no Cone Sul, a 700 quilômetros daqui, isso demonstra o interesse pela matéria e nós ficamos muito lisonjeados com a sua participação, Deputada Rosângela. Gostariamos de cumprimentar o Exmº Sr. Marcos Rocha, Secretário de Estado da SEJUS; a Exmª Sra. Dra. Andréia Waleska Nucini, Promotora de Justiça representando o Ministério Público do Estado, assim como a Exmª Sra. Dra. Eiko Danieli Vieira Araki, Promotora de Justiça de Execução Penal de Ji-Paraná. Saudar da mesma forma o Exmº Sr. Valdeci Antônio Ferreira, Presidente da Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados; ao Dr. Delegado Júlio Ugalde, representando neste ato a Secretaria de Segurança, defesa e Cidadania, e a Sra. Regineth Medeiros, Presidente da APAC, que conheço o seu engajamento, a sua luta em relação a essa matéria tão importante para o Estado de Rondônia.

**O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias)** – Sr. Deputado, queremos ainda agradecer ainda o ofício enviado pela Secretária de Estado de Educação Adjunta que não pode comparecer a esta audiência pública em virtude de compromissos anteriormente agendados. Registrar a presença de Dom Antônio Possamai, bispo emérito da Diocese de Ji-Paraná, obrigado por sua presença, do Sr. Alonso Joaquim da Silva, Presidente do Conselho Penitenciário Estadual – COPEN, Exmºs Srs. Vereadores Valmir Passito - Presidente, Roberto Ferreira – Vice-Presidente da Câmara Municipal de Chupinguaia, Sr. Dorvalino Garbellini, Secretário Executivo da vice-governadoria, Dra. Alessandra Garcia, Promotora de Justiça de Execução Penal em Porto Velho, Exmº Sr. Leandro da Costa, Promotor de Justiça do Ministério Público, Padre Miguel Fernandes Ramos Moura, Paróquia São João Bosco, Sra.

Conceição Rúbia Lima, representando a Secretaria de Estado de Planejamento, Sr. João Batista Nogueira, Coordenador da fábrica artefato de cimento na Colônia Penal, Exmº Sr. Vereador Júnior Siqueira, Câmara Municipal de Porto Velho, Sr. Jovencio Leite, Coordenador Geral do projeto Homem e Natureza Sustentável, Major PM Ramiro, representando a Polícia Militar de Rondônia, Sr. Juscelino Rodrigues de Moraes, encarregado de Segurança Operacional representando a INFRAERO, Sra. Irma Garcia Bueno, Presidente do Conselho de Execução Penal, Sr. Luiz Marques, Presidente da Associação Cultural e de Desenvolvimento do Apenado e Egresso, Sra. Maria Madalena dos Santos, Secretária da APAC, Sr. Ruslan Magalhães de Abreu, Diretor do Conselho de Segurança do Setor 16, acadêmicos do curso de Serviço Social da UNIR, Professor Tarcisio Ramalho, Diretor da Escola Madeira-Mamoré, advogada Dulce Cavalcante, representando a OAB, Exmºs Srs. Vereadores Geferson dos Santos e Elias Andrade da Câmara Municipal de São Francisco do Guaporé, e Professora Joelma Oliveira, Escola Madeira-Mamoré.

**O SR. LÉO MORAES (Presidente)** – Gostaria mais uma vez de agradecer a presença de todos aqui presentes; agradecer as autoridades também militares assim como as civis, é um grande prazer discutir esse tema, certamente sou mais um a aprender e espero esgotar a parte do conhecimento do Método APAC - Associação de Proteção e Assistência aos Condenados que já é uma realidade no Estado de Minas Gerais, por conta disso o deputado tem rodeado, na verdade circulado vários Estados, a fim de apresentar esse projeto de grande valia, um projeto social que certamente entregará a sociedade pessoas, cidadãos na sua plenitude, e a gente tem uma grande e longa discussão, doutora, nessa temática que não é tão simples quanto muitos imaginam. Na verdade a lógica hoje que um dia espero e não tão distante será invertida é a lógica da sociedade, do senso comum, do cidadão médio, infelizmente acabar por ter um discurso reacionário, um discurso muito mais fácil de se levar, que a pessoa que pratica um crime, um delito tem que ficar mesmo à margem da sociedade, para não dizer outras coisas que tantas vezes nós vemos na televisão quanto a violência, quanto pessoas que se vingam com as próprias mãos. Nós temos que ter um senso muito aguçado que é o senso de justiça e não senso de vingança onde as pessoas tomam a frente com o próprio interesse, certamente o final, o desfecho será trágico, eu imagino que isso passa por uma série de discussões, dentre elas a própria redução da maioria penal. Nós tivemos uma audiência que, inclusive, foi da bancada federal para discutir a violência contra jovens, negros, eu até inserir pobres, gays, todas as pessoas que certamente já são esses guetos que são marginalizados no dia a dia, no cotidiano brasileiro, e naquela feita eu questionei justamente isso, nós queremos discutir, deputado, nós queremos discutir a violência contra jovens, negros e pobres, mas ao passo nós estamos aqui falando de uma grande contradição onde as mesmas pessoas querem discutir isso são as pessoas que estão reduzindo a idade penal, colocando para 16 anos, e quem estarão lá nesses presídios? Essas mesmas pessoas que corresponde a mais de 90% da comunidade carcerária do nosso país. Então a gente tem que fazer uma reflexão profunda, nós temos que realmente nos debruçarmos, nos dedicarmos acerca dessa matéria e

certamente o Método APAC pode ser através deste evento um divisor de águas para a questão carcerária de Rondônia. Digo isto com muita tranquilidade na frente do Secretário de Justiça, na frente do Secretário de Justiça Adjunto que nós, assim como todo país, sofremos gravíssimos problemas na realidade nos espaços físicos tanto de atendimento que agora a SEJUS, me parece que já fez até a licitação na questão de material para os agentes penitenciários trabalharem. Porque eles, sim, como a gente fala a Comissão de Direitos Humanos é para todos, para todos os humanos o direito. Eu sei que toda a sociedade é direita desde que tenha o incentivo para tal. Nós precisamos imediatamente de coletes, de bala de motim, rádio HT, de iluminação, nós precisamos gerar dignidade a partir da premissa que a pessoa que lá está em alta situação de stress, que é o agente penitenciário, ele consiga trabalhar com a maior tranquilidade, que ele consiga recuperar a alta estima como toda pessoa rondoniense, isso é muito importante nós discutimos. E também, nunca, logicamente, legislar ou fiscalizar com a venda nos olhos. Nós sabemos que ainda estamos participando os Tratados Internacionais, constantemente a Corte Internacional vem aqui para saber a respeito da unidade do Urso Branco, nós sabemos que não está bom, mas sinto que paulatinamente tem melhorado, e que tem que melhorar muito, tem que melhorar muito. Porque faço visitas nas Unidades Socioeducativas e o que eu vejo me chama muita atenção. O que nós enxergamos hoje, infelizmente, são masmorras, são masmorras que não tem como ressocializar, que não tem como reeducar, e não tem como colocar aquele cidadão no direito de suas ações com total juízo do que está fazendo, não. Quando se fala que é uma faculdade, que é uma universidade do crime, infelizmente, é a nossa realidade. A pessoa entra lá para furtar um extrato de tomate e sai, infelizmente, um criminoso de marca maior. Sem querer entrar na retórica demagógica muitas vezes e oportunista, mas é isso o que acontece, é o que acontece. Então nós temos que discutir isso e que o Executivo Estadual que em muitas áreas de atuação tem se destacado, ele olhe com muito bons olhos a questão da implementação do Método APAC. E, dizer, e em nome do Presidente da Assembleia Legislativa onde nós fizemos e eu participei de uma visita de cortesia das autoridades aqui nominadas há pouco na Presidência da Assembleia, e ele colocou a Assembleia Legislativa à disposição. Isso quer dizer que nós vamos trabalhar, vamos trabalhar de modo intenso a fim de conseguirmos adequar a legislação. Tem que saber da LEP, da Lei de Execuções Penais, tem que fazer algumas alterações e rever alguns dispositivos. E eu espero, e eu torço, sei que irá acontecer porque o Presidente de fato irá trabalhar para que nós consigamos implantar o Método APAC aqui. E fica desde já a minha disposição, o meu interesse em conhecer, Deputado, em conhecer, Deputado Durval Ângelo Andrade, em conhecer os Métodos APACs já constituídos no Estado de Minas Gerais, que pode ser Santa Luzia e tantas outras que vocês já mencionaram. Nós poderemos, inclusive, levar outros Deputados, porque certamente isso será uma válvula ou talvez, um mote propulsor dessas mudanças que nós tanto precisamos, afinal a pessoa se sensibiliza quando vê a mudança. Aqui o Método APAC ainda que de forma superficial nós conseguimos acompanhar, que diz respeito a ressocialização, a reeducação, mas como? Parece que sem

vigília, sem guarda, parece que sem grades, mas com educação, mas com ocupação, com aproveitamento da iniciativa privada dentro dessas Unidades. Isso é muito importante, essas sinergia tanto dos apenados como da iniciativa privada muito bem regida pelo Poder Público. É isso que nós esperamos que aqui aconteça nas terras de Rondon como bom rondoniano e amazônida que sou, eu tenho certeza, que nós deixaremos esse mandato muito melhor do que quando nós entramos. Assim nós rogamos também, ao Poder Público estadual. E eu agradeço a participação de todos vocês.

**A SRA. VAGNA VIEIRA (Mestre de Cerimônias)** – Senhor Presidente, gostaríamos de registrar a presença do doutor Marcos Amaral, Secretário de Estado Adjunto da SEJUS, e da Excelentíssima senhora Deputada Rosângela Donadon.

**O SR. LÉO MORAES (Presidente)** – E nós vamos passar a palavra às autoridades aqui listadas já deixando à disposição a fala na nossa Tribuna para que fique registrado nos Anais da Casa de todos os interessados que se manifestem, que é importantíssima, afinal, Audiência Pública é para nós fazermos dessa maneira, ouvir a todos, todos que tem interesse a fim de no final termos uma liberação e o encaminhamento. E mais uma vez parabenizar, se eu não me engano já parabenizei no início, agora desse semestre deste trabalho legislativo, que em fim abriram as janelas aqui do Plenário em contato com a galeria, isso é importantíssimo, certamente nós conseguiremos daqui em diante atender melhor os reclames da população.

Passar a palavra nesse momento à senhora Regineth Medeiros que é Presidente da APAC. Senhora Regineth a senhora pode utilizar a tribuna, a senhora tem um tempo de cinco minutos. Por favor.

**A SRA. REGINETH MEDEIROS** – Boa tarde senhoras e senhores, Deputados, autoridades presentes, na pessoa aqui do nosso vice-governador Daniel Pereira, representando nosso Governador; e também o Presidente da Casa da Assembleia Legislativa, deputado Maurão, mas também aqui com o nosso presidente da Comissão de Direitos Humanos, tenho a imensa satisfação e todos os demais presentes. Tenho a imensa satisfação com o presidente discorrer sobre o método APAC - Associação e Proteção de Assistência aos Condenados, especificamente Porto Velho, onde o Ministério Público do Estado de Rondônia, teve a imensa participação em sua criação jurídica. Ainda em dia 13 de outubro de 2014, realizou-se em suas dependências a primeira Audiência Pública para tratar deste método, com a sua presença do Doutor Valdeci, e hoje aqui presente, também, pela segunda Audiência Pública com o Deputado Durval Ângelo, o que me deixa orgulhosa por estar presente desde o início do surgimento da APAC em Porto Velho. Agradeço particularmente ao Ministério Público do Estado, na pessoa do seu Procurador Geral de Justiça, Dr. Airton Pedro Marins Filho, aqui representando a Dra. Andréia, aqui a Diretora do CAOP e também a Dra. Eiko aqui na Mesa presente. Agradeço também imensamente a Assembleia Legislativa na pessoa do Presidente da Casa, o Deputado Maurão, ao Governador do Estado, a SEJUS, a SEPOG e a nossa Diretoria aqui de Porto Velho, que eu não seria nada, eu não estaria aqui falando, agradecer diretamente ao vice-presidente, o Elias Rodrigues e

toda a Diretoria, a pessoa também como diretora, mais conhecida como Branca que trabalha aqui na Assembleia Legislativa, o João, enfim, o nosso Assessor Jurídico o Evaldo, e todas as pessoas que estão também independentes de ser diretor ou não que estão nos acompanhando e trabalhando, ajudando para que aconteça que nós estamos presentes aqui neste momento, porque tudo isso é um passo a passo, se nós estamos nesta Audiência Pública, nós estamos seguindo o método APAC. Eu sempre falo, nós temos que seguir aquilo que está sendo, que nós aprendemos, aquilo que nós estamos discutindo, nós estamos avaliando para ver da melhor forma possível, para nós não fugirmos do método apaqueano, que inclusive, hoje, nós estamos aqui com a presença do nosso Presidente para tirar todas as dúvidas, ele vai falar melhor sobre a APAC, sobre os elementos da APAC, os doze elementos, ele vai explicar melhor, ele que é o nosso Presidente da FBAC – Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados. Gostaria também de agradecer a minha família, que há dez anos, houve alguns problemas, a perda da minha sogra e o meu esposo, ele sempre vem falando sobre o método APAC, eu sempre ouvia muito falar sobre presos na minha casa, eu sempre ouvi falar sobre o Conselho da Comunidade e hoje, eu sou Conselheira também, gostaria de agradecer a presença da nossa Presidente, a dona Irma, é uma pessoa que também está nos ajudando muito, colaborando, juntamente também com o nosso Presidente lá da ACUDA, que é o Luiz, que eu pedi para ele, fiz o convite pessoalmente que é importante quando nós falamos de apenados, de ressocialização, de humanização, não importa o que já teve, o que tem, o que já aconteceu, vamos continuar, nós somos mais um, nós somos uma soma, nós estamos juntos aqui e outros que possam vir e outros que possam somar também com mais ACUDA, mais APACs, que isso eu não tenho dúvida que isso vai acontecer como já está acontecendo em Ji-Paraná, em Vilhena e outras cidades que virão também no decorrer do tempo, conforme avaliação e análise da FBAC que sempre vai estar nos acompanhando. Gostaria aqui de agradecer ao Dom Benedito, o nosso administrador da Arquidiocese de Porto Velho, o padre Fontenelle o administrador da Catedral, Dom Antônio Possamai, Dom Moacyr Grechi, Dom Miguel da Igreja São João Bosco, Padre Miguel da Igreja São João Bosco, Padre Jorge da Igreja Nossa Senhora das Graças, Irmã Letícia – Paulinas, e também da Pastoral Carcerária. Gostaria de agradecer a Ritinha também, que é uma parceira, que é uma irmã, a Dulce, a Dra. Dulce que aqui presente está também, que é a nossa representante pela OAB também, muito obrigada doutora. Gostaria de agradecer aqui também, o João Leandro da Assembleia Legislativa, o Arildo, Secretário Geral da Assembleia, que se não fosse ele nós não teríamos acontecido nosso Seminário, muito obrigada Arildo e toda a sua equipe. Ao Cerimonial da Assembleia Legislativa, a Madalena e de coração como eu já disse, agradecendo ao meu vice-presidente, e os pastores também das igrejas evangélicas que eu não vou citar aqui denominações, como tem da Madureira, da Assembleia de Deus, enfim, tem muitas pessoas nos apoiando. Mas o que eu queria também agradecer a dona Maria pelas orações, que quando eu preciso, eu telefono para ela, ela faz as suas orações, eu independente de ser católica, eu te agradeço muito dona Maria e eu, a senhora pode contar comigo e que eu estou aqui

para ouvir a senhora como a outras mães de apenados que estão aí precisando de ajuda. Nós vamos precisar muito da senhora, como de toda a Comunidade de Porto Velho, sem vocês não existiria APAC hoje aqui, que já existe juridicamente, nós não somos nada, nós não vamos trabalhar se não tiver a comunidade de Porto Velho, as autoridades é muito presente, mas nós precisamos. Eu só queria agradecer muito obrigada de coração e eu conto com vocês, com toda a população porque eu vou precisar para existir APAC. Muito obrigada.

**A SRA WAGNA VIEIRA (Mestre de Cerimônias)** – Presidente, gostaríamos de registrar a presença da Irmã Letícia Marion, da Pastoral da Carcerária.

**O SR. LÉO MORAES (Presidente)** – Vamos passar a palavra agora para a Exm<sup>a</sup>. Dra. Sra. Eiko Danieli Vieira Araki, que é Promotora de Justiça de Execução Penal em Ji-Paraná, por favor, Doutora a palavra está com a senhora.

**A SRA. EIKO DANIELI VIEIRA ARAKI** – Boa tarde a todos, é um prazer comparecer a esta Audiência Pública, faço aqui a minha saudação ao nosso Vice-Governador, representando o nosso Poder Executivo, também o Deputado Léo Moraes, o Deputado Maurão que não pode comparecer, mas o nosso Deputado Léo Moraes, que fez o pedido para esta Audiência Pública como representante aqui da Comissão de Direitos Humanos, mais uma vez agradeço a oportunidade e a palavra que me foi aberta agora. E aos senhores e senhoras que estão aqui presentes, todas as autoridades composta porque sem a essa sociedade nós não conseguíamos montar uma APAC, fazer uma APAC funcionar. Hoje os senhores irão ouvir aqui dos demais palestrantes o que realmente é uma APAC, a minha experiência durante mais de 12 anos à frente da Execução Penal não exclusivamente na Comarca de Ji-Paraná, então depois desse período de mais de 12 anos é bem frustrante você trabalhar e não ver resultados, infelizmente, a Lei de Execuções Penais ela é muito bonita no papel, só que na prática para nós que estamos lá no dia a dia, meus colegas aqui não me deixa mentir, o Coronel também que acabou de assumir a SEJUS esse ano, o que nós temos visto são os presos retornando para o sistema prisional e cada dia piores. Então crimes mais graves, violência exagerada por quê? O nosso Sistema Prisional hoje ele simplesmente ele faz com que a pessoa acabe com o resto de dignidade que ele tinha no momento que ele entrou para aquele sistema. Então, como o Deputado Léo Moraes, muito bem lembrou agora a pouco, a sociedade às vezes por conta dessa violência exacerbada quer uma justiça a qualquer preço isso, leia-se, apenas vingança, e a vingança, infelizmente não resolve os nossos problemas. Como o senhor mesmo falou nós temos que buscar métodos que ressocialize efetivamente. Então, a APAC surgiu como uma luz no fim do túnel, não é a solução de todos os nossos problemas, isso o Valdeci lembra, todas as vezes que ele apresenta a APAC para todos nós, ela é uma alternativa sim, mas não é a solução para os problemas. A solução seria nós conseguirmos adequar o nosso sistema prisional, isso ainda vai demandar muitos anos e muito tempo ainda para conseguirmos.

Aqui em Rondônia nós temos hoje cerca de dez mil presos, nossas vagas são... Nós temos vagas para quanto Coronel? Nosso sistema prisional hoje nós temos vagas para?

**O SR. CORONEL** – Hoje nós temos vaga para cinco mil.

**A SRA. EIKO DANIELI VIEIRA ARAKI** – Cinco mil presos, nós já estamos batendo a casa dos dez mil. Então, mais de 50% de excesso e isso é no país inteiro, não é apenas aqui em Rondônia, todas as Comarcas estão assim. Então, o surgimento da APAC ela vem como bem lembrado, como uma forma de nós tentarmos colocar nesse preso que nunca teve disciplina, nunca teve escolarização, nunca teve apoio, uma forma de voltar para nós à sociedade como uma pessoa melhor, uma pessoa realmente interessada e disposta a voltar e não delinquir novamente. Nossos números de reincidência hoje giram em torno de 70/80%. Então de cada dez presos que entram no sistema prisional, sete ou oito irão retornar e com crimes como eu disse cada vez mais grave. Com o método APAC sendo utilizada a metodologia desde o início a reincidência reduz drasticamente, pode chegar até 5% usando o método desde o início de forma adequada. Então, só pelos números nós já poderíamos sim abraçar essa ideia da APAC, mas, além disso, nós temos os custos, o custo de um preso, um recuperando como ele é chamado na APAC ele reduz cerca de quatro vezes do que o Estado hoje precisa manter o preso. Então, também é mais um incentivo para que o Executivo, o Legislativo e nós todos passemos a dar esse apoio para a implantação dessas APAC's e acima de tudo a participação de todos nós, a sociedade.

Aqui então, não é a Promotora de Justiça que fala aos senhores que essa oportunidade vai realmente melhorar a nossa sociedade. É uma pessoa integrante da sociedade, como todos vocês, e que pensa no futuro da minha família, dos meus filhos e de todos nós. Se nós continuarmos essa jornada sem buscar uma alternativa, nosso futuro, infelizmente, é negro. Então, hoje, você achar que o preso, indo para o presídio, ele vai morrer ou ele vai explodir ou ele nunca mais vai voltar, é um engano. Achar que a Lei de Talião, olho por olho, dente por dente, vai resolver? Não resolveu lá atrás, não vai resolver hoje. Então, senhoras e senhores, escutemos com bastante atenção a experiência que será trazida aqui pelo Valdeci, pelo Deputado Durval Ângelo, para que possamos, então, copiar isso aqui para o nosso Estado, que hoje junto com outros Estados e até internacionalmente já tem APAC funcionando fora do país, nós possamos agora melhorar a nossa sociedade, diminuir a criminalidade. Obrigada.

**O SR. LÉO MORAES (Presidente)**- Agradecemos a participação, contribuição valiosa, preciosa da Dra. Eiko Danieli Vieira Araki. E vamos chamar, na sequência, aliás, antes de chamar, convidar para fazer uso da palavra, gostaríamos de convidar a Dra. Ana Flávia Jordão, representante da Defensoria Pública do Estado a fazer parte da nossa Mesa. Por gentileza, doutora.

**A SRA. WAGNA VIEIRA DA SILVA (Mestre de Cerimônias)** - Registramos também as presenças dos excelentíssimos senhores vereadores Antônio Eguivando,



Presidente, Hilberto Pascoal, vice-Presidente, Celso Souza, Ibrain Coelho, da Câmara Municipal de Itapuã do Oeste. Também comunicamos a todos os presentes que a Audiência Pública está sendo transmitida ao vivo por meio da internet no endereço [www.al.ro.leg.br](http://www.al.ro.leg.br).

**O SR. LÉO MORAES (Presidente)** – Então, neste momento, vamos passar a palavra a Excelentíssima Senhora Dra. Andréa Waleska Nucini, que é Promotora de Justiça e neste ato representa o Ministério Público do Estado de Rondônia.

**A SRA. ANDRÉA WALESKA NUCINI** – Excelentíssimo senhor vice-Governador do Estado Daniel Pereira, excelentíssimo senhor Deputado, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Léo Moraes, excelentíssimo senhor deputado do Estado de Minas Gerais Durval Ângelo Andrade, excelentíssimo senhor Marcos Rocha, nosso Secretário de Estado de Justiça, excelentíssima senhora Eiko Danieli Vieira Araki, nossa Promotora de Justiça da Comarca de Ji-Paraná, excelentíssimo senhor Valdeci Antônio Ferreira, Presidente da Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados, excelentíssimo senhor Delegado Júlio Ugalde, representante da SESDEC, senhora Regineth Medeiros, Presidente da APAC. Boa tarde as senhoras e senhores. Primeiramente eu gostaria de agradecer ao Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Maurão de Carvalho e ao Deputado Léo Moraes, Presidente da Comissão de Direitos Humanos desta Casa, a oportunidade de discutirmos e apresentarmos o método APAC aos demais integrantes desta Casa Legislativa e à sociedade rondoniense, bem como agradeço também aos nossos convidados, deputado Estadual de Minas Gerais Durval Ângelo e ao Presidente da FBAC – Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados, que gentilmente aceitaram o nosso pedido para nos auxiliar na implantação do método em nosso Estado. O método APAC que é Associação de Proteção e Assistência aos Condenados se apresenta, como a doutora Eiko já disse anteriormente, como uma alternativa viável de cumprimento de pena, de uma forma mais eficaz e humanizada, sob o ponto de vista da finalidade que é colocada pela execução da pena que deve se pautar sempre na reinserção social do condenado é a sua reintegração à sociedade, para que tenha condições de ser reinserido no mercado de trabalho e na própria família. O Centro de Apoio Operacional de Políticas Penitenciárias e Execução Penal do Ministério Público capitaneou esse processo de criação da APAC no Estado de Rondônia. Nós fizemos uma primeira Audiência Pública que ocorreu nas dependências da nossa Instituição, no dia 13 de outubro de 2014, para apresentar esse método inovador e agora nós estamos empenhados na efetiva instalação das unidades nas Comarcas de Porto Velho, primeiramente, essas três Comarcas que nós achamos que há viabilidade e implantação que é Porto Velho, Ji-Paraná e Vilhena para depois, para que possamos depois posteriormente implantar também em outras comarcas. Indivíduo que o nosso sistema prisional brasileiro, é um dos piores do mundo, o nosso índice de recuperação é baixíssimo tornando-se quase uma faculdade do crime, porquanto, hoje concentra grandes partes de integrantes de organizações criminosas que conseguem mesmo dentro das unidades prisionais hoje orquestrar atividades criminosas por seus colaboradores e ainda cooptar aqueles

que estão dentro das unidades, além de exercerem fortes lideranças dentro dos nossos presídios, que acabam por desestabilizar não só o nosso sistema penitenciário, mas também comprometer toda a segurança pública do nosso Estado. A APAC evidentemente que exige um envolvimento da nossa comunidade na sua criação, na sua construção e também no desenvolvimento das atividades ofertadas nos centros de reintegração social que no caso das APACs, ela tem capacidade máxima de abrigo de duzentos recuperandos, e ela oferece os regimes fechado, semiaberto e aberto. A toda evidência que a criação de uma APAC, não exige o Estado da obrigação de construir, equipar e manter as prisões, em qualquer situação antes da APAC assumir administração dos centros a FBAC que é Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados, deverá ser consultada para verificar para ver se está em conformidade com diretrizes estabelecidas para implantação do método, no caso da segurança, capacitação dos voluntários e funcionários, manutenção dentre outros. Isso é bom que se diga por que no nosso Estado, nós tivemos algumas implementações de alternativas com o nome APAC, infelizmente elas não obedecem as regulamentações da APAC verdadeiramente. Nesse contexto as APACs, apresentam-se então como auxiliares do Estado nessa difícil tarefa de administração das unidades prisionais, devendo o Estado concorrer com recursos necessários a sua manutenção. Portanto, antes de assumir o encargo de administração do Centro de Reintegração Social há que se ter clareza na definição das obrigações com fornecimentos de alimentação, pagamento de funcionários, despesa com água, luz, telefone e outras decorrentes. As APACs, poderão ainda estabelecer parcerias contra instituições para atingir seus objetivos, e complementar os recursos repassados pelo Estado, para manutenção do Centro de Reintegração Social, e nisso é que nós precisamos da cooperação e da interação de toda a comunidade. Dessa forma as contribuições angariadas junto à comunidade e o município deverão ser destinados à ampliação da assistência aos apenados e seus familiares, bem como as vítimas ou seus familiares. O método APAC, ele é inovador porque trata os seus recuperandos como cidadãos, com direitos e deveres também, chamando-os pelos seus nomes, valorizando as suas potencialidades num verdadeiro resgate da autoestima perdida ou sequer conquistada. É o único estabelecimento que oferece como eu já disse os três, regime de cumprimento de pena com instalações evidentemente independência apropriadas às atividades que lá serão desenvolvidas. É bom que se diga que dentro da APAC, não há presença de policiais ou mesmo agentes penitenciários. Portanto, não há armas, as chaves dos presídios ficam sob a responsabilidade dos próprios recuperandos. E também a espiritualidade é tida como um fator essencial na recuperação e a valorização humana é a sua base, promovendo sempre o reencontro do recuperando com ele mesmo. Os recuperandos têm assistência espiritual, médica, psicológica e jurídica prestados pela comunidade, portanto, a comunidade local participa ativamente nesse processo de recuperação por meio do voluntariado. Nos Centros de Reintegração Social, os recuperandos frequentam cursos supletivos e profissionais, participam de trabalhos laboroterápicos no regime fechado, no semiaberto desenvolvem a mão de obra especializada com oficinas profissionalizantes

instalados dentro dos centros. E no regime aberto o trabalho tem um foco na reinserção social, pois o recuperando trabalha dos muros do centro, importante destaque também na assistência prestada a família dos recuperandos e a própria vítima e seus familiares. Os centros trabalham com número reduzido de recuperandos de modo a melhor desenvolver suas atividades e despertar o senso de responsabilização e administração do próprio local de cumprimento de pena. A escolta também é feita por voluntários da APAC. Com esse método os recuperandos são corresponsáveis por sua recuperação organizando-se por meio dos conselhos de sinceridade e de solidariedade, sendo um para cada regime e por coordenadores de cela. Esses conselhos cuidam da administração, limpeza, manutenção, disciplina e segurança. Os problemas de indisciplina também são resolvidos pelos próprios recuperandos, por esse conselho e também pela direção. O Método Apaqueano parte do pressuposto de que todo ser humano é recuperável desde que haja tratamento adequado e humanizado, para isso trabalha com 12 elementos fundamentais: 1. participação da comunidade, 2. recuperando ajudando recuperando, 3. trabalho, 4. religião, 5. assistência jurídica, 6. assistência a saúde, 7. valorização humana, 8. família, 9. o voluntário e sua formação, 10. centro de reintegração social com os três regimes, 11. mérito do recuperando, e 12. a jornada de libertação com Cristo. Indiscutível que a participação da comunidade é um desafio, pois como já disse a Dra. Eiko, romper com esse preconceito demanda preparo de toda equipe de trabalho, uma conscientização, discussão acerca da metodologia, e principalmente as suas vantagens para todo o nosso sistema prisional e principalmente para a nossa sociedade. Ressalte-se que a conjugação de esforços de todos os envolvidos na execução da pena, Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, município, Estado, comunidade e aí também podemos destacar que precisamos do auxílio dos empresários, das comunidades religiosas, dos voluntários, toda essa conjugação de esforços é fundamental para o projeto dar certo. O Método Apaqueano tem transformado os recuperandos em cidadãos, reduzindo a violência fora e dentro dos presídios e, por via de consequência, diminuindo a criminalidade e oferecendo à sociedade a tão sonhada paz. Os índices de reincidências, como já disse a Dra. Eiko, são baixíssimos assim como os atos de indisciplina dentro dos Centros de Reintegração Social. O que é muito importante porque quem trabalha aqui na execução penal sabe hoje que os índices de indisciplinas dentro das unidades prisionais estão exorbitantes, nós temos um número muito grande ainda de ingresso de celulares, nós temos ainda ingresso de substância entorpecente, então isso é um desafio que nós precisamos ainda melhorar. É bom que se saliente aqui que não se está querendo como muitos dizem 'passar a mão na cabeça de preso', não é isso que esse método traz, mas sim uma oportunidade de reconstrução da pessoa humana que habita em cada um de nós que tem os seus direitos e também tem obrigações. Cabe a todos nós sociedade lutar para que essas pessoas que infringiram o ordenamento jurídico retornem ao nosso convívio com uma perspectivas de futuro melhor e de acolhimento social sob pena de nos tornarmos reféns de nossa própria indiferença que não voltamos os olhos para aqueles que necessitam da nossa ajuda, e principalmente do nosso direcionamento. Sem dúvida é uma questão de

sobrevivência de toda nossa sociedade que já não aguenta mais tanta violência, e que infelizmente em alguns casos está promovendo a justiça pelas próprias mãos de forma cruel como se não estivesse também cometendo um crime. A Assembleia legislativa também tem o papel fundamental na criação da nossa lei estadual de execução penal e na disponibilização de verbas para criação e manutenção das atividades que serão desenvolvidas nesses Centros de Integração Social. Para finalizar nos colocamos a disposição, o Ministério Público e os nossos colegas no auxílio da elaboração de um projeto de lei e demais ações que se fizerem necessários para sempre tratar das melhorias, nas condições de cumprimento de pena em nosso Estado, e de conscientização da sociedade da importância da quebra de paradigma na área da Execução Penal com um Método inovador, que trata o indivíduo como cidadão de direitos e deveres, já que o encarceramento restringe tão somente seu direito de ir e vir. E enquanto encarcerado cabe ao Estado, então, a garantia dos demais direitos como assistência educacional, médica, religiosa, dentre outros. Mas a efetiva recuperação passa pela imposição de rotinas de trabalho e estudo, que dependem do senso de responsabilidade que todos nós temos no nosso cotidiano, e que infelizmente o Poder Público sozinho não está sendo capaz de promover. Esse olhar humanizado da sociedade para os infratores é essencial na recuperação daqueles que se dispõem em receber ajuda, e que poderão vir a colaborar para a manutenção deste programa tornando-o um círculo virtuoso. Obrigada.

**O SR. LÉO MORAES (Presidente)** – Antes de passar a palavra ao senhor Marcos Rocha, Secretário de Justiça, gostaríamos de agradecer a presença do Vereador Júnior Siqueira, da Capital. É um grande prazer tê-lo aqui conosco. É engajado, é militante nessas demandas, nós estamos realmente muito honrados; e agradecer a presença da Vereadora Cássia de Jarú que está aqui com toda a sua família, sua netinha, com a Duda. Sinta-se em casa e fique bem à vontade, Cássia.

Passar a palavra para excelentíssimo senhor Marcos Rocha, Secretário de Estado da Justiça. A palavra está com Vossa Excelência para o tempo que achar conveniente por conta da matéria.

**O SR. MARCOS ROCHA** – Boa tarde a todos. Excelentíssimo senhor Doutor Daniel Pereira, vice-Governador do Estado de Rondônia, excelentíssimo deputado Léo Moraes, que é o proponente dessa Audiência, excelentíssimo senhor Deputado Durval Ângelo Andrade da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Mais uma vez, seja bem vindo. Excelentíssima senhora deputada Rosângela Donadon, que estava aqui presente, se retirou neste momento, excelentíssima senhora Doutora Andréa Waleska, Promotora de Justiça, representante do Ministério Público do Estado de Rondônia. Excelentíssima senhora Eiko Danieli, Promotora de Justiça da Execução Penal de Ji-Paraná. Excelentíssimo senhor Valdeci Antônio Ferreira, Presidente da Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados; senhora Regineth Medeiros, Presidente da APAC. Senhora Rose Presidente da APAC de Ji-Paraná, não poderia esquecer, vi a senhora bastante atuante; Excelentíssimo senhor Marcos Amaral, meu digno Secretário Adjunto de Justiça, que

muito tem me honrado com a sua presença e ajudado tremendamente na Secretaria; Excelentíssima senhora Defensora Ana Flávia, Doutor Alonso, Presidente do Conselho Penitenciário que muito tem nos apoiado; a todos os presentes. Quero lembrar aqui também, da Doutora Alessandra, que muito tem contribuído, do Doutor Carlos Grott, que não se encontra, mas foi alguém que me iniciou nesse entendimento do que era a APAC, a necessidade da APAC para o Estado de Rondônia, e muito empolgado com tudo o que ele viu no Estado de Minas Gerais. E, até me levou ao Estado de Minas Gerais. E lá eu conheci primeiramente eu me assustei em ver vários detentos, eu que sou um Coronel da Polícia Militar, sou Professor, mas tenho o sangue de Militar, dentro de mim. E vi homens trabalhando com foices, facões, soltos dentro de uma Unidade. E para nós que somos Policiais Cíveis ou Militares a gente se assusta com isso daí, e, no entanto, eu vi homens que com sinceridade no olhar falavam o seguinte: 'eu matei o velho homem, hoje eu sou outra pessoa'. Então, nós que somos Militares ou Policiais ou Promotores de Justiça, Juizes, a gente aprende a conhecer os olhares. O olhar do verdadeiro e o olhar do falso, quem está falando a verdade, e eu me surpreendi quando vi verdade naqueles olhares, quando eu vi que aquilo era sincero. Então atuando como Secretário de Justiça, sendo um coronel e professor eu falei a chance de realmente fazer com que a ressocialização aconteça. E recentemente eu aprendi mais uma coisa, que muitos desses que a gente fala que serão ressocializados, nunca de verdade foram nem socializados, nunca tiveram um primeiro carinho do pai, um carinho da mãe, muitos foram abandonados, então a gente, é claro que a gente sabe o que é certo e errado, mas às vezes a indignação pode conduzir o ser humano que somos, e diferentes que somos a caminhos diferentes. Então, enquanto alguns em razão do abandono aprendem a lutar e a viver para uma sociedade mais digna para que nunca ninguém passe pelo que ele passou, muitos se amarrotam o coração e passam a agir de forma que venham a burlar ou contrariar o que a lei nos rege e passam a agir como criminosos. Então, quando eu vi pessoas que eram consideradas criminosas, alguns com quatrocentos, duzentos anos de cadeia, sabendo que trabalhavam fora, com autorização judicial, iam para fora, trabalhavam e retornavam, pessoas do regime fechado, em Minas Gerais, pra mim aquilo ali foi algo que eu nunca vi. Aquilo me empolgou e me fez fazer o seguinte: "eu tenho que fazer algo para que isso aconteça". E eu fui contido justamente aqui em Rondônia, por pessoas que conhecem mais de APAC do que eu, que é o caso do senhor Sidnei que é o esposo da Regineth, da dona Regineth e Dra. Eiko, que é claro, calma, passo a passo, porque se a gente passar por um passo além do que nós devemos dar, não vai funcionar, não vão ser atendidos os objetivos. Então eu aprendi que a gente tem que esperar, e foi bom ouvi-la mais uma vez falando do passo a passo. Passo a passo nós vamos caminhando. A gente tem alguns passos ainda a trilhar, nós precisamos encontrar áreas, a Secretaria de Planejamento já está trabalhando dentro do planejamento a respeito dos recursos necessários para que a APAC funcione aqui dentro do Estado e que vingue. A Secretaria de Justiça também já está estudando, estamos estudando como isso vai entrar e precisamos estar cada vez mais alinhados com as Presidências, com as senhoras Promotoras, Dra. Eiko, Dra. Andréa que tem

tanto nos apoiado e ao mesmo tempo a gente sabendo que nada é de uma hora para outra. Outro detalhe, se nós, para aqueles que não acreditam ainda, se nós conseguirmos trazer um apenado, se somente um apenado for recuperado de verdade, a gente já lucrou, é uma vida salva, é uma vida salva, eu acredito nisso, eu acredito piamente nisso e de todo coração. Então eu parabeno aqui ao Deputado Léo Moraes por trazer essa proposta aqui a esta Casa de Leis, a Assembleia Legislativa e estamos juntos, nós precisamos fazer com que funcione. Enquanto Policial Militar que sou, eu aprendi a aprender, a gente sabe prender, aprender a prender, eu aprendi também a aprender. Mas eu sempre trabalhei da seguinte forma: "a gente não precisa ser violento para prender ninguém". Então agora, enquanto Secretário de Justiça eu estive lá no Urso Branco, logo no início, e um dos presos olhou para mim e falou: "eu confio no senhor". Ai eu brinquei com ele e falei: "eu também confio no senhor". Ai ele falou: "não é sério, o senhor me prendeu, o senhor é o Major Marcos, não é?". Ai eu falei: "Poxa, eu fui Major há muito tempo, deve ter uns quinze, mais de quinze anos não é"? Então eu pensei, ele já está há quinze anos preso, então marcou aquele tratamento que eu dei para ele, de prender, botar na viatura, dialogar, ele falou isso para mim: "o senhor conversou comigo, o senhor falou comigo". Então aquilo ali pra mim foi muito bom que eu falei, tem resultado. É possível a gente fazer sim. Então, se deu resultado para um, está cumprindo a pena dele lá, então nós podemos fazer isso para muitos outros, tratando com dignidade e a ideia não é libertar nenhum preso não é isso, é, errou tem que cumprir a sua pena sim, mas existem formas novas de fazer. Hoje a gente está estudando inclusive, junto com o TJ, MP a criação das audiências de custódia, e outros assuntos mais que venham fazer com que o sistema ele se torne mais adequado, menos inchado porque realmente são calabouços em muitas unidades, nós temos unidades que estavam travadas há muito tempo, nós teremos a entrega da Unidade de Ariquemes, agora, já no mês de outubro, provavelmente em novembro, dezembro ela vai está funcionando a pleno vapor, unidade de 470 vagas que vai está pronta agora aqui em Porto Velho até outubro, novembro também funcionando. Vamos implantar, inclusive estamos fazendo uma reunião hoje a respeito da cogestão, que não é a privatização, mas é o trabalho em conjunto com entidades privadas sem tirar o emprego, o trabalho de quem quer que seja do sistema prisional, mas pelo contrário trazendo maiores condições, eu vi o funcionamento disso no Espírito Santo, serviu de aprendizagem para mim. Estamos trazendo sistema informatizado, são muitas ações comprando munições, armamentos, mas o que eu quero mesmo de verdade, além de tudo isso que vai fazer o sistema funcionar é que aqueles que saiam do sistema não voltem mais, que a gente possa aos poucos quem sabe, fazer como aconteceu em outro país na Suécia, onde quatro unidades foram desativadas, isso seria um sonho, quem sabe a gente não consegue fazer isso aqui em Rondônia, acontecer. Mas, para que isso aconteça primeiro a gente tem que acreditar de verdade, de coração, acreditar. E eu quero aqui já agradecer a todo o apoio que eu tenho recebido do Tribunal de Justiça, do Ministério Público, da Defensoria Pública, do Dr. Confúcio Moura que tem me atendido sempre, mandado mensagens via Whats App e cobrando, reunido pessoalmente e cobrando e

dando apoio, temos também, preciso falar o Dr. Daniel Pereira que ele tem a visão do que o preso ele pode estar trabalhando na rua sim, e nós vamos, estamos fazendo já uma fábrica de bloquetes, de bloco de cimento e manilhas para que a nossa cidade consiga então funcionar. Com o apoio do Alessandro, da inserção social nós fizemos e também do Secretário Valdo, nós fizemos então um barracão onde o DER está colocando máquinas, já está em licitação para que nós façamos todo esse trabalho. Então nós teremos até 400 apenados trabalhando ali dentro.

Então, isso é dignidade, é dar condições de um homem se recuperar, não só jogá-lo lá para aprender o que é errado. Nós temos uma fazenda de 303 hectares, ali nós temos agora, com apoio do meu Secretário Adjunto, nós teremos mais um tanque, nós já tínhamos um tanque disponível para criação de peixe e nós temos três poços cavados que vão ser recuperados agora. Então, assim, por mais que o trabalho seja pesado e eu não receba todo um salário de um Secretário, porque eu sou um Coronel da Polícia para estar ali, na verdade eu me sinto honrado e sinto que minha carreira está sendo coroada porque melhor do que prender é a gente recuperar. Então, eu me sinto honrado e agradeço a todos de antemão a Assembleia Legislativa também, o Deputado Maurão tem muito nos apoiado também, o Deputado Cleiton Roque, Deputado Léo Moraes. Então é isso, se eu for falar de todos eu vou esquecer de algum e isso não vai ficar legal. Então que Deus nos abençoe e muito obrigado e parabéns a todos.

**O SR. LÉO MORAES (Presidente)** – Agradecemos a manifestação, a fala do Secretário de Justiça, Sr. Marcos Rocha, que é importantíssima, é um dos atores, talvez os mais importante nesse processo e certamente os integrantes do Ministério Público, assim como da Defensoria Pública e todos que aqui se fazer presente contarão muito com a sua inequívoca colaboração capitaneando esses trabalhos que é isso que nós tanto precisamos, salta os olhos certamente a sua dedicação, o seu desprendimento, a sua boa vontade e nós ficaremos ainda mais felizes quando nós conseguirmos mudar drasticamente a realidade dos apenados e do Regime no Sistema Carcerário de Rondônia, eu sei, e acredito muito que o senhor dará cabo nessa missão que ninguém carrega o fardo que não possa suportar, não será o senhor um deles.

Passar a palavra, agora, representando a Defensoria Pública do Estado de Rondônia, que tanto tem contribuído nos processos decisórios e nas questões judicializadas, diga-se de passagem, foi muito importante junto com o Secretário de Justiça, em relação à convocação dos aprovados no último concurso. Eles tiveram um papel preponderante e, por conta disso, nós gostaríamos de passar o uso da palavra à Dra. Ana Flávia Jordão, Defensora Pública do Estado de Rondônia.

**A SRA. ANA FLÁVIA JORDÃO** – Boa tarde a todos. Primeiramente gostaria de cumprimentar a Mesa, na pessoa do Excelentíssimo Deputado Léo Moraes, que está de parabéns pela proposta. Gostaria também de saudar os demais participantes, o excelentíssimo Deputado Maurão de Carvalho, o Excelentíssimo Vice-Governador Daniel Pereira, o excelentíssimo Deputado Durval Ângelo Andrade; o Excelentíssimo Senhor Secretário Marcos Rocha. Posso falar

que já tenho o conhecimento desde a época em que eu atuava na Infância e na Juventude e um dos detalhes que mais me chamou a atenção, quando o senhor assumiu, foi o fato de o senhor ter entrado em contato conosco para tentar dialogar e ver quais seriam as demandas, o que é que poderia ser feito para implementar de forma eficiente as políticas públicas. Isso me chamou muito a atenção e eu gostaria também de já parabenizá-lo, de início, por isso. Também gostaria de cumprimentar a Excelentíssima Senhora Doutora Andréa Waleska, a excelentíssima Doutora Eiko Danieli Vieira, o excelentíssimo Dr. Valdeci Antônio, o excelentíssimo Dr. Delegado Júlio Ugalde e a Excelentíssima Senhora Regineth Medeiros. Também gostaria de agradecer a presença de toda a sociedade civil que aqui se encontra, aos demais representantes do Ministério Público, da Assembleia, da Câmara, do Governo. E gostaria também de agradecer a oportunidade de participar e poder falar neste importante debate. Estou aqui, hoje, representando a Defensoria Pública e em nome do Defensor Público Geral, que conhece o trabalho das APACs, tenho muito orgulho em dizer que Rondônia tem levado muito a sério a questão da reinserção dos apenados. Muito ainda há que se fazer. Confesso que quando cheguei em Rondônia, em 2013, como Defensora Pública, não faz tanto tempo assim, conheci, logo de cara, a realidade do Presídio Urso Branco. E ali muito me chocou o fato de existir, naquele local, tantos problemas estruturais. Mas ao mesmo tempo, pude conhecer, nesses dois anos, pessoas que estavam muito interessadas na melhoria daquele sistema. E muitas vezes, apesar da estrutura ainda ser insuficiente, verifiquei que o talento e a boa vontade têm sido preponderantes para a execução dessas políticas públicas de recuperação e reinserção. Considero que os apenados têm uma situação peculiar na sociedade porque eles são tratados, como diria Zygmunt Bauman, como invisíveis. São pessoas que nós não gostaríamos de ver junto conosco, são pessoas que nós não gostaríamos de ver na rua e são pessoas que têm sido ignoradas pelo sistema e pela sociedade há muito tempo. Quando trabalhei na Infância, vi repetidamente a mesma história. A história do menino e da menina que não têm uma estrutura familiar consolidada, que também não conseguem se inserir no sistema protetivo nas instituições de acolhimento estatais e que vivem na rua e que vivem à margem da criminalidade. E essas crianças que muitas vezes não têm acesso à moradia, à educação, o que dirá, o que será dessas crianças? Essas crianças acabam sendo uma falha do sistema e cometendo crimes. Não só as pessoas pobres cometem crimes, não é? Podemos falar assim, que na sociedade existem várias instituições que acabam não cumprindo com o objetivo de ressocializar e de integrar os indivíduos na sociedade. Não se sabe exatamente qual é a causa do crime, isso aí é estudado pela criminologia. Mas o que nós sabemos é que nós temos o resultado. E muitas vezes acabamos tratando esse resultado como algo que é indesejável. Pelo contrário, nós devemos hoje ver o apenado como sujeito de direito, que fazem parte da nossa realidade e que são visíveis e que um dia estará convivendo junto conosco. E aí está à grande indagação, qual o tipo de pessoa que nós pretendemos reabilitar? Como nós vamos reabilitar essas pessoas para que elas voltem ao convívio social? Diante disso, tem-se que a APAC propõem um método inovador que pretende trabalhar justamente com essas pessoas, e o que me chamou atenção foi o método que traz

como prioridades o trabalho que não é só um direito, como também um dever do apeando, a ressocialização, a valorização do ser humano e a integração do preso não só com a sociedade como também com sua família. Esse tipo de trabalho, por mais que comece pequeno, atendendo uma demanda menor, é muito importante porque é uma experiência que em outros Estados já mostrou bastante sucesso na recuperação desses indivíduos, e talvez, esse sucesso se deva pelo próprio pressuposto filosófico que é desenvolvimento da autonomia do ser humano. Saber que o preso, ele não é um estigma, ele não é um produto da sociedade, ele não é um bandido, e sim uma pessoa, e sim um membro da sociedade, acaba desenvolvendo nele a autonomia, pois ele deixa de ser um produto do meio, ele deixa de ser um cidadão estigmatizado para que ele seja tratado como um sujeito direito, esse fato, é capaz de mudar a visão que o próprio sujeito tem de si mesmo, como também, resultar na mudança da visão da sociedade em relação a ele. Infelizmente, hoje, no nosso sistema, não temos muitas oportunidades de trabalho até mesmo porque nós temos um número muito grande de presos e o sistema, infelizmente não consegue absorver a demanda de trabalho, então, muitos desses presos, eles não conseguem obter nem o trabalho interno, nem o trabalho externo. Entendemos que a APAC por mais que seja uma instituição de direito privado, possa trabalhar como representante da sociedade civil cumprindo o dever de integração entre os setores públicos e setor da sociedade civil. Entendemos que esse trabalho é muito importante porque vai de certa forma complementar o que já deve ser executado pelo Estado no tocante ao acesso ao trabalho, ao acesso a profissionalização, e o que é mais importante irá oportunizar que essas pessoas tenham acesso a uma nova forma, a uma nova experiência de convivência social, integrando com isso valores religiosos e valores relevantes para a sociedade. Por abranger todos os regimes, também entendemos que é muito interessante o método aplicado, porque não só aqueles indivíduos que estão em regime fechado poderão fazer parte desse projeto, como também os apenados que estão em outros regimes e que hoje, acredito eu que aqueles que estão no semiaberto, no aberto e em livramento até constitui um número superior àqueles que estão em regime fechado, então, a abrangência da APAC, ela é muito interessante também sobre esse aspecto. Portanto, devido a todos esses fatores a defensoria apoia a instalação das APACs e também suscita que todos aqueles que tenham o poder de fazer possam apoiar essa instituição e contribuir com o desenvolvimento dela. Nesse momento também, gostaria de dirigir minha palavra, principalmente aos representantes do Governo e do poder Legislativo no sentido de também tentar ver a ACUDA, que é uma entidade rondoniense com olhos também de aproximação e que possa também continuar ajudando a ACUDA que também desenvolve um trabalho que é diferente do trabalho da APAC, mas que é igualmente importante. Diante disso, encerro minha fala, trazendo para os senhores a ideia de que todos nós somos responsáveis pela ressocialização e que a sociedade civil também pode contribuir dando oportunidade e também apoiando esse tipo de instituição e esse tipo de iniciativa de forma que todos nós como sociedade civil devemos nos comprometer a combater a criminalidade, não só na sua prevenção, mas também na reintegração do apenado com a sociedade. Muito obrigada.

**O SR. LÉO MORAES (Presidente)** – Agradecemos a valorosa contribuição da Doutora Ana Flávia Jordão. E nesse momento, passamos a palavra para o Doutor Delegado de Júlio Ugalde, que nesse ato representa a Secretaria de Segurança Defesa e Cidadania.

**O SR. JÚLIO UGALDE** - – Boa tarde a todos. Quero cumprimentar o nosso Excelentíssimo Doutor Daniel, Vice Governador, representando nosso Governador; Excelentíssimo Senhor Deputado Léo Moraes, proponente desta Audiência, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, em nome dessas duas autoridades cumprimento os demais presentes que compõe a Mesa; Senhores e Senhoras. Primeiro de tudo quero dizer que é uma satisfação nesse momento representando o Dr. Antônio Carlos dos Reis, delegado e Secretário de Segurança, e vir aqui falar alguma coisa relacionado a esse brilhante trabalho que se iniciou no sentido de recuperar, no sentido de acompanhar e buscar, ressocializar aquela pessoa que agiu em conflito com aquela norma incriminadora, aquela pessoas que cometeu um crime. Eu vou emprestar essa frase que se encontra no panfleto da APAC que diz assim: 'todo homem é maior que seu erro'. Por quê? Porque eu vou também emprestar uma frase que muito me marcou do nosso Excelentíssimo Secretário da SEJUS, Coronel Marco Rocha, numa fala, até por que eu também a utilizo, e ele falou: 'eu acredito no ser humano'. E eu saí de casa acreditando no ser humano, ocupando esse cargo público de Delegado de Polícia apoiando nos interesses da Segurança Pública como Secretário de Segurança e também como docente do ensino superior, eu acredito no ser humano. Há alguns dias eu falava dessa importância, porque se nós acreditarmos, nós que estamos no Poder Público nós estaremos agindo de uma forma errada. Então, tem que começar conosco que temos a oportunidade de somar, e de buscar o bem comum da nossa sociedade. Em 2013 o nosso governador Confúcio Moura ele deu uma ordem muito interessante, na verdade na forma de convite, ele convidou todos os Secretários para de uma forma integrada trabalhar na integração, trabalhar na ressocialização e ai ele expediu um ofício falando, busquem parcerias com a SEJUS. Na ocasião a SEDESC buscou contatos com o Secretário da época e celebrou um convênio para trazer para dentro da Secretaria, para dentro da Polícia Civil, Polícia Militar pessoas que vão trabalhar, vão realizar atividades que são preparadas para isso, mas essas pessoas que estão cumprindo uma pena porque condenadas foram por infringir a lei, tenham a oportunidade de na ocasião, somando com a sociedade, perceber que agiu errado e que pode então dessa forma ter um abatimento da sua pena e conseqüentemente temos uma contribuição para a sua ressocialização. Essa palavra ressocialização ela é bonita de ser pronunciada quando nós acreditamos que é possível. E para ressaltar essa ideia que a pouco eu mencionei de acreditar no ser humano, eu vou me recordar há alguns anos quando trabalhava numa delegacia e contava com o apoio de uma pessoa, de um apenado, que já utilizando o ponto eletrônico ia três vezes por semana a delegacia cuidar da limpeza, e aquela pessoa tinha uma condenação, tinha homicídio nas costas e eu tive a oportunidade em diversas ocasiões de conversar olhando para ele e perceber como ele estava arrependido. E eu percebia isso ao olhar por

conta das situações que proporcionavam o atraso dele e nós controlávamos de uma forma rigorosa a presença dele. E ele ligava, eu falava: pode ligar a cobrar. Ele ligava, ele chegava e ia conversar, e falava: 'me desculpa, não estava bebendo, eu não estava em nenhuma festa, me atrasei por conta de uma bicicleta que quebrou ou por conta de uma chuva quando se deslocava de ônibus'. E eu percebia naquela ocasião como aquela pessoa estava mudando ou passou por um processo de mudança. Eu posso falar para vocês que ele tinha num jargão policial, tinha nas costas, pelo menos três homicídios e eu pude perceber a importância do trabalho de ressocialização. A SESDESC tem sempre procurado contribuir com a SEJUS, com as demais integrantes da Segurança Pública até por que a Segurança Pública não vai se limitar apenas a polícia, ao agente penitenciário, seja Polícia Civil, seja Polícia Militar ou Corpo de Bombeiros, é um mecanismo muito complexo da qual a SEJUS e a SESDESC são apenas engrenagens. E eu tenho percebido essa preocupação do Dr. Reis, também, Secretário, quando incentiva a participação da Secretaria no Conselho Penitenciário, é um exemplo que eu posso citar, em debates, sejam, debates acadêmicos, sejam audiências, só ressaltando a importância que se tem essa ideia de ressocialização para o trabalho policial, repito, é um mecanismo integrado chamado segurança pública. Então eu fico muito satisfeito e curioso de estar neste momento aqui, comentava com a Dra. Eiko que eu não conheço o Método APAC, o Sidnei teve oportunidade de no Conselho Penitenciário de comentar, inclusive fiquei sabendo desta Audiência Pública não ainda estando na Secretaria por outra fonte de informação e vim com muita satisfação atender ao pedido do Secretário para conhecer para que a gente possa difundir a importância de trabalhos alternativos que é o que a gente precisa, buscar alternativas para efetivarmos uma legislação que é bonita, já foi dita aqui, que é a Lei de Execuções Penais, mas que não seja com hipocrisia, seja com verdade porque nós precisamos dessas alternativas para termos de volta aquela pessoa que agiu em conflito com a lei, se não pudermos recuperar todos, mas nós temos que fazer a nossa parte ao sair de casa para contribuir com esse mecanismo de segurança pública e cada vez mais recuperar um maior número de pessoas que estão dentro dos presídios. Muito obrigado.

**O SR. LÉO MORAES (Presidente)** – Agradecemos o relato do Dr. Júlio Ugalde, e já passamos a palavra ao Sr. Valdeci Antônio Ferreira, que é Presidente da Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados.

**O SR. VALDECI ANTÔNIO FERREIRA** – Uma boa tarde. Nas pessoas do nosso querido Vice-Governador e do nosso Deputado Léo Moraes cumprimento as demais autoridades, senhoras e senhores aqui presentes. Para nós é uma alegria e certamente uma grande honra poder fazer parte de um momento tão importante na história deste Estado de Rondônia. Eu estou há 30 anos envolvido nesse projeto das APACs, eu não fiz outra coisa na minha vida senão cuidar da recuperação dos presos, tenho percorrido o nosso país de ponta a ponta e diversos outros países levando essa mensagem das APACs. Só para se ter uma ideia, eu saí de casa na última quarta-feira, às 5 horas da manhã e ainda não voltei a minha casa, porque naquele dia eu fui na APAC de Uberlândia, de Uberlândia eu fui para a APAC

de Frutal, da APAC de Frutal eu fui para a APAC de São João Del Rey e de São João Del Rey eu viajei aqui para o Estado de Rondônia, e essa tem sido a minha vida ao longo desses últimos 30 anos. Mas eu sei que não estou sozinho, o que nos consola é quando a gente encontra pessoas, como eu encontrei hoje a Dona Geni, que veio lá de Vilhena, parece que são 800 quilômetros, viajou a noite inteira, certamente vai viajar mais uma noite, então é isso que nos consola, que nos anima saber que nós não estamos sozinhos neste nosso afã diário de socorrer aqueles e aquelas que se encontram privados da liberdade. Certamente que nesses 30 anos chafurdando a lama dos presídios, tentando encontrar nesses espaços as vidas que certamente ali se encontram, eu fiz muitas experiências e muitas descobertas, mas com certeza a maior descoberta que nós fizemos foi depois de treze anos de um convívio cotidiano com os presos, depois de treze anos descobri que de presos nós não sabíamos nada, e embora passados trinta anos eu continuo afirmando que de preso eu não sei nada, eu sou um eterno aprendiz, eu sou um discípulo dessa matéria, eu entrei como um discípulo, sou um discípulo, quero morrer como um discípulo, de modo que tanto eu quanto o Deputado Durval Ângelo, nós não viemos ao Estado de Rondônia para vos ensinar nada, nós viemos para aprender com vocês e quem sabe partilhar um pouco da experiência que nós temos acumulado ao longo desses últimos anos. Certamente que a presença dos senhores e das senhoras aqui, de modo muito especial das autoridades que aqui representam instituições tão importantes para o êxito da nossa proposta é a certeza de que nem tudo está perdido, de que ainda existe esperança. Eu estou convencido e cada dia que passa eu fico ainda mais convencido de que não existem presos irrecuperáveis, o que existe é tão somente um tratamento inadequado. Eu não vou me ater falando do caos do sistema prisional, porque todos nós sabemos que o sistema tende ao caos da idade do nosso país, também não vou me ater sobre este tema em que o Brasil não é modelo para ninguém, e que o sistema prisional falido não é um luxo do nosso país, é um problema com o qual muitos países do mundo, cotidianamente, são obrigados a conviverem. Mas eu quero dizer que o Método APAC ele nasce exatamente neste contexto, não como uma resposta definitiva ao problema, mas como uma resposta a indiferença, sobretudo, de uma sociedade que muitas vezes faz como avestruz que para não ver o problema enfia a cabeça debaixo da terra. A APAC nasce neste contexto, objetivando a recuperação do preso, a proteção da sociedade, o socorro às vítimas e a promoção da Justiça. Eu dizia hoje e, tenho falado desde o momento que cheguei, que embora a APAC tendo nascido em São José dos Campos, no ano de 1972, sob a liderança do nosso querido Mário Ottoboni, que foi o fundador da APAC e idealizador do seu Método. E ainda que as APACs tenham se disseminado no Estado de Minas Gerais, hoje de modo bastante forte, a APAC não é do Mário Ottoboni, a APAC não é do Estado de São Paulo, ou a APAC não é do Estado de Minas Gerais, a APAC não é minha, a APAC é uma obra de Deus, que nasceu no coração de Jesus Cristo, um coração cheio de misericórdia pra com essas pessoas privadas da liberdade. De modo que tudo o que nós temos, que tudo aquilo que acumulamos ao longo desses quarenta e três anos, nós queremos oferecer aos demais estados da Federação e aos

demais países. Por que nós estamos convencidos, eu de modo particular, enquanto um preso estiver sofrendo em qualquer parte do mundo, isso é da minha responsabilidade. Então nós queremos colocar a disposição tudo aquilo que nós temos em termos de Metodologia APAC, para que essa experiência possa ser exitosa no Estado de Rondônia como uma resposta a esse grave problema social que é o problema do preso. A tarefa mais difícil, eu creio, é essa que vocês estão enfrentando aqui. É este momento em que você lançou a semente debaixo da terra e ela agora vive este tempo de maturação, podendo brotar num tempo menor, podendo levar mais tempo. Nós temos APACs, por exemplo, como a APAC de Pato Branco, no Estado do Paraná, que desde a primeira visita que fizeram à Itaúna, Minas Gerais, após aquela visita foram necessários treze anos para que só depois tivessem um Centro de Reintegração Social, para que só depois o Estado através do seu Poder Executivo decidisse firmar um convênio de custeio, só depois disso desse envolvimento do Ministério Público e de outras instituições é que aquela experiência pode se tornar realidade. Então nós temos que ter muita paciência, nós temos que, realmente, dar passos, e não saltos como já fizemos no passado em algumas comarcas aqui do Estado de Rondônia, pra que a gente não venha macular o nome APAC, que é uma experiência muito bonita, mas se nós não seguirmos o passo a passo e se as APACs não estiverem trabalhando com a FEBAC, certamente que, embora com muita esperança e com muito desejo que a coisa dê certo, acabe se tornando uma grande frustração. Esse momento é um momento difícil, é um momento de conscientizar a comunidade, que é o que nós já estamos fazendo há alguns meses, é o que nós estamos tentando fazer aqui, agora, esse trabalho de formiguinha. A sociedade precisa deixar de cometer aquele equívoco, aquele grave erro de que tão somente prender resolve o problema, se esquecendo de que ao final, cumprida a pena, aquela pessoa que foi abandonada atrás das grades vai voltar muito pior. Então esse trabalho de convencimento da sociedade quando a sociedade não assume o problema prisional ela também se prende. É preciso que as instituições, que o Poder Executivo, o Tribunal de Justiça, que o Ministério Público, que a Defensoria, tenham esta consciência, esta consciência de que quando se fala de Segurança Pública, não há que falar de Segurança Pública quando você não investir pesado na recuperação do preso. Por que por detrás dos grandes crimes que hoje nós temos no dia a dia, nós vamos sempre encontrar a figura de um, dois, três ou mais ex-presidiários que cumpriram pena nas nossas prisões e ao final saem piores do que entraram. Dizer para a sociedade de que nós não podemos continuar com este preconceito em relação à figura do preso, aquela ideia de que o preso tem que sofrer, de que o preso tem que morrer, de que bandido bom é bandido morto. Agora, nós não vamos fazer isso da noite para o dia, nós não vamos mudar em cinco anos ou em cinco meses, aquilo que não se fez em quinhentos anos de Brasil, porque este preconceito em relação ao preso, ele está arraigado na nossa cultura e cultura você não muda da noite para o dia, serão necessárias décadas, serão muitas vezes necessários séculos. Mas certamente que este século ficará marcado pela experiência das APACs, porque não temos dúvidas de que aquilo que nós estamos fazendo, é uma verdadeira revolução do sistema prisional do mundo inteiro. Prisões sem guardas, prisões sem armas, prisões sem

violência, prisões sem corrupção, prisões sem maus tratos, sem suicídios, sem atos de violência, prisões onde os próprios presos ficam com as chaves do presídio. Certamente que por isso e efetivamente pelos resultados que são produzidos, seja a redução do índice de reincidência, seja a redução do per capita, é que tem feito com que tantas pessoas do Brasil e de diversos outros países tem visitado as experiências das APACs e tentado de copiá-las na medida do possível. Não quero me estender mais porque a hora já é avançada, fica o nosso convite para que cada vez mais possam conhecer in loco as experiências das APACs, acessem o site da FEBAC. Nós temos no canal do You Tube, uma série de vídeos de diferentes APACs no Brasil e fora do Brasil, utilizem o máximo esse material, nas escolas, nas associações dos moradores, nos sindicatos, nas empresas para que as pessoas possam cada vez mais, conhecerem a nossa experiência. Nós temos uma frase escrita em letras garrafais escritas nas entradas de todas as APACs: "as coisas só tem significados, quando nós as conhecemos". Quem é contra as APACs, ou porque não conhece ou porque tem interesses contrariados. E certamente que a experiências das APACs irá contrariar muitos interesses, sobretudo daquelas pessoas e daquelas corporações que há séculos viveram e ainda continuam vivendo à custa da miséria dos presos. Fica aqui um pedido, fica aqui um clamor, hoje eu me senti até com vergonha, porque já me chamaram até de doutor, eu já fui chamado de excelentíssimo, eu não sou nada mais do que um voluntário nas APACs, eu tento ser um pequeno apóstolo de Cristo nas prisões, mas fica aqui um pedido, sobretudo as autoridades, eu penso que um passo efetivo que precisa ser dado, é encontrar um dispositivo legal e o Deputado Durval Ângelo vai falar um pouco mais a cerca disso, para que as APACs que porventura nasçam nesse Estado, elas encontrem uma sustentação jurídica, e uma sustentação que permita ao Poder Executivo firmar convênios de custeio para a manutenção das APACs. E um segundo pedido, é que nos ajudem a encontrar os espaços para que efetivemos os Centros de Reintegração Social. Por que o espaço, o Centro de Reintegração Social seja construído, seja um prédio que esteja ai abandonado e que possa ser reformado ou até alugado, ele é um dos doze elementos fundamentais do método, se nós não tivermos o espaço e se nós não tivermos um convênio, as APACs no Estado de Rondônia, elas continuaram eternamente no campo das ideias. E vocês, desculpem, esqueci o nome da Presidente, a Regineth, Regineth eu até anotei para não esquecer, você com toda a sua equipe, a Rose com a equipe lá, nossa Presidente lá de Ji-Paraná, a Rose trabalhou na APAC de São José dos Campos durante um tempo, a Rose trabalho na APAC de Itaúna durante um tempo, depois ela veio para esse Estado, abraçou a causa indígena, mas nós que acreditamos na recuperação, nós estamos recuperando agora a Rose para esse nosso trabalho com as APACs novamente e a nossa querida irmã, lá de Vilhena, cabe a vocês essa tarefa, de formiguinhas, de continuar disseminando as ideias da APAC para que cada vez mais essa experiência possa ser uma esperança, e uma luz na vida de tantas pessoas que cumprem pena, para o bem de toda a sociedade que precisa urgentemente de um ambiente de paz para que possamos criar os nossos filhos com segurança. Muito obrigado.

**O SR. LÉO MORAES (Presidente)** – Muito obrigado ao excelentíssimo, mais uma vez eu vou falar porque você trabalha com excelência, o senhor Valdeci Antônio Ferreira, Presidente da Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados, muito importante o seu relato, certamente acrescentou muito a todos nós que queremos fazer a diferença nessa temática. Gostaria de agradecer a presença do pastor Jacob Machado, da Igreja Assembleia, Madureira que está aqui na nossa galeria e um agradecimento muito especial ao Luiz Marques que é Coordenador do Projeto ACUDA, Projeto este genuinamente rondoniense e que certamente pode contribuir muito com a sua participação aqui na tribuna, inclusive, digo isso de cunho pessoal, haja vista que eu não conheço o Projeto ACUDA e seria muito interessante o seu breve relato também aqui, por gentileza, o Sr. Luiz Marques, fique a vontade.

E logo na sequência, após o Sr. Luiz Marques, nós iremos ouvir a palestra do Deputado Durval Ângelo Andrade.

**O SR. LUIZ MARQUES** – Senhoras, senhores, 20 anos de ACUDA, 20 anos de causa em nome de Jesus também. Eu conheci APAC há anos e fui eu que levei todo mundo para conhecer APAC, eu creio na APAC, mas também creio na ACUDA também. Fui lá na APAC, vi coisas maravilhosas, que interessante, aqui também tem coisas maravilhosas parecia que era uma irmandade já conhecida, eu achei estranho porque não conhecia APAC, fui conhecer, e deparei com coisas muito parecidas, parece que Deus tem vários canais na terra e eu vi muito as suas causas, você é um guerreiro muito interessante. E eu gostaria que ACUDA também merecesse uma Audiência Pública que há muito tempo estou mendigando isso, com os mesmos direitos da APAC e aprender muitas experiências. Eu tenho até um sonho de um dia mesclar APAC com ACUDA o que nós fazemos hoje em termo de detentos é mexer com a alma deles profundamente para entender porque é que se entra para o crime, se eu sei como entra, eu sei como sair, e toda a minha equipe é ex-detenta. Eu não conheço o mundo do crime, desconheço até como é que isso funciona, mas eles se conhecem, eles se respeitam e eles fazem a corrente do bem. Eu gostaria que APAC viesse não só a Porto Velho, para toda Rondônia, que onde tivesse uma APAC tivesse também uma ACUDA porque são coisas parece que são distintas, mas são parecidas, até o nome é diferente, as propostas é uma proposta também inovadora. Eu vou agora a Roma, em novembro para um Encontro Mundial de Terapias, e a ACUDA vai ser colocada em pauta. Tiveram aqui os italianos, os alemães, os franceses, e interessante que já veio a Rondônia, o New York Times, a Folha de São Paulo, o Fantástico e hoje me contactou a Ana Maria Braga, o que estamos fazendo na ACUDA é algo inovador em termo de alma humana e o método APAC é uma coisa muito antiga. Eu nunca fui contra APAC, os boatos que correm são mentirosas, eu só quero que nós tenhamos em Rondônia uma causa também da ACUDA só isso, que venha APAC, outras APACs do mundo à fora, porque tem muitos presos no Brasil, é muita gente presa, é muito encarcerado, é muita miséria humana e poucas pessoas tem uma APAC no mundo e como ACUDA no mundo também. APAC é bem-vinda, conte comigo e que Deus abençoe a todos.

**O SR. LÉO MORAES (Presidente)** – Dizer ao Sr. Luiz Marques que é uma honra tê-lo aqui, nós nunca na verdade conversamos mesmo na condição de Presidente da Comissão de Direitos Humanos, que o senhor esteja inteiramente à vontade a apresentar o seu Projeto na Comissão e, por conseguinte, quem sabe uma Audiência Pública, será um grande prazer nós conhecermos, até mesmo fazer uma visita in loco, haja vista, que outros Deputados também devem ter esse interesse.

Agora, vamos enfim, ouvir as palavras do Exm<sup>o</sup>. Sr. Deputado Durval Ângelo Andrade, que é Deputado Estadual na Assembleia Legislativa no Estado de Minas Gerais e se dispõe a fazer as peregrinações a fim de apresentar esse Projeto em todo o país.

**O SR. DURVAL ÂNGELO ANDRADE** – Boa tarde a todos. É uma alegria enorme estar aqui ontem e hoje juntamente com o Valdeci. Eu vou fazer questão de citar a todos e logo na primeira parte da minha intervenção eu vou justificar porque essa citação. Não é uma mera questão protocolar não, é uma manifestação clara da importância dessa reunião, inicialmente nosso Presidente da Comissão que foi o autor do requerimento, Deputado Léo Moraes, é bom a gente vê um Deputado jovem, no início do mandato, com esse entusiasmo na causa dos direitos, a gente que já tem aí numa caminhada mais longa, já estou exercendo o 8º mandato, é bom que venha gente nova nessa caminhada e através do Léo, o Léo leve o nosso abraço ao Presidente o Maurão de Carvalho que nos recebeu tão bem, e mais ainda, colocou à Assembleia, hoje à disposição, inclusive na discussão da Lei Orçamentária, agora. Disse para nós, o Ministério Público estava lá também, a direção da APAC que esta Casa vai fazer uma ação direta. E disse mais, que o Governador do Estado disse para ele que a prioridade nos próximos três anos é a questão da segurança pública e da defesa dos direitos. Acho que isso é muito importante. E estenda também, Deputado Léo, o nosso agradecimento ao Deputado Ribamar Araújo, ao Deputado Lazinho da Fetagro, que nos receberam juntamente com Vossa Excelência, e também à Deputada Rosângela Donadon que esteve conosco aqui no início da Sessão. Ao nosso Vice-Governador Daniel Pereira, tantas coisas em comum, nosso Vice-Governador, eu, quando estive, no ano passado, assessorando para a Diocese de Ji-Paraná, um curso, no período das eleições, em Ji-Paraná, estive lá 4 dias e lá fiquei sabendo que o Governador tinha colocado no seu programa de governo a questão das APACs. Só para vocês verem a importância que tem para uma eleição de governo, em Minas Gerais, que os Governadores todos falaram de APAC nos seus debates, todos, para vocês verem a presença da APAC. Então, para nós é muito importante aqui a presença do Poder Executivo, muitas as ações dessa parceria sociedade civil passa pela questão do Executivo, então eu fiz questão, na dedicatória do livro que deixei ao Governador Confúcio, lembrar e mostrar a minha admiração por ele ter assumido na campanha de candidato a Governador, a questão das APACs, do método APAC como uma de suas metas de governo. Nossa alegria também de estar aqui com representantes do Ministério Público, a Eiko Araki, a Andréa Waleska e demais representantes do Ministério Público e hoje nós estivemos com o Procurador Geral Airton Pedro Marin Filho. Eu já vim para cá rezado, bem rezado por alguns amigos dele,



de Minas Gerais, que falaram do grande sujeito que era e ele se apresentou para nós hoje como um 'apaquiano' há mais de 20 anos e que o Ministério Público vai estar junto. Então, tanto a Eiko como a Andréa, levem ao nosso Procurador Geral o sentimento, a alegria que eu tive no contato que nós tivemos lá hoje. Gostaria aqui também de registrar a presença do Secretário de Justiça, Coronel Marcos Rocha. Eu acho que as palavras dele dizem tudo, o que é que tem que ser um Secretário de Justiça, e a sensibilidade que ele demonstrou aqui. Hoje o Deputado Léo está presidindo a Comissão de Direitos Humanos, eu presidi durante 16 anos, em Minas Gerais, a Comissão. Hoje, este ano eu sou Vice-Presidente, porque como líder de governo eu não tenho como eu estar presidindo uma Comissão que absorve tanto. E, Deputado Léo, quero deixar bem claro que essa posição, nós temos uma grande parceria lá com a Polícia Militar em Minas Gerais, tanto na defesa dos direitos humanos, direitos humanos é uma matéria destacada como fundamental na formação de qualquer policial, seja um praça, ou seja, oficial, isso está presente na formação e a questão da APAC, muitos e muitos coronéis e também no Curso de Formação de Oficiais intermediário ou mesmo oficiais subalternos, eles visitam a APAC. A gente recebe sempre visita nas APACs de representantes da Polícia Militar. E hoje o Comando da Polícia Militar tem claro, em Minas Gerais, um compromisso com a questão das APACs. A presença do irmão e companheiro de caminhada, o Valdeci Antônio Ferreira; a presença aqui também da Polícia Civil, do Delegado Júlio Ugalde, aqui representando a Secretaria de Segurança e Cidadania; a Secretaria de Defesa Social e mesmo a chefia da Polícia Civil, o Dr. Wanderson que é o chefe de Polícia Civil em Minas Gerais, é alguém oriundo de formação dos direitos humanos, que conhece também, Dr. Júlio, o método APAC, tem sido parceiro nosso, a Polícia Civil como um todo na questão da APAC em Minas Gerais. Quero destacar aqui, já foi embora, mas esteve conosco, ontem nós estivemos com ele, esse homem de Deus que é o Dom Antônio Possamai, que é um símbolo da igreja que caminha com os pobres no Brasil. Ele é um símbolo, conhecido no Brasil inteiro, respeitado. Eu mesmo já tive a oportunidade de estar com ele na CNBB, que eu assessoro o Centro Nacional de Fé e Política Dom Hélder Câmara, sou professor no curso regular, já recebemos muitos alunos e alunas de Ji-Paraná, Esperamos que de outras Dioceses possamos ter. Eu mesmo já dei curso na Escola de Fé e Política em Ji-Paraná, que tem o nome do Dom Antônio, então isso para nós é muito importante, a presença aqui também do Pastor Jacó Machado da Assembleia de Deus, eu acho que essa caminhada das APACs, é uma caminhada que tem que está presente a sociedade civil com toda certeza. Nós lá em Minas, a nossa Defensora Pública Ana Flávia Jordão, nós temos também lá uma parceria grande com a questão da Defensoria Pública, a Defensoria Pública tem em Minas Gerais no seu ordenamento e no planejamento institucional o apoio as APACs. Nós temos trinta e seis APACs em funcionamento em Minas sem polícia, cinquenta sendo criadas e a meta da Defensoria como também do Tribunal de Justiça, do Ministério Público e nossa, é criar uma APAC nas cento e oitenta cidades de Minas Gerais, uma meta ousada, mas a nossa ideia é que o método APAC seja dominante. E a gente tem lá a presença da Defensoria Pública como parceira, apesar de hoje no Brasil, talvez aqui em

Rondônia não seja, eu sempre digo que a Defensoria Pública é a prima pobre da justiça e dos órgãos auxiliares da atividade judicante, mas aqui, talvez esteja diferente, a autonomia muitas vezes administrativa e financeira ela não saiu da lei em muitos lugares, em Minas, ainda não, a gente espera que aqui tenha saído da lei. Registrar aqui a nossa Presidente da APAC de Porto Velho, a Regineth Medeiros, é uma alegria tê-la conhecido, tivemos ontem reunidos com a diretoria; o Sidney Rivero Tavernard, que permitiu a nossa vinda aqui; muito obrigado Sidney, seu compromisso missionário. Registrar aqui a presença do Alonso Joaquim da Silva, da OAB, Presidente do Conselho Penitenciário, o Conselho Penitenciário regularmente visita nossas APACs, principalmente quando toma posse um novo Conselho Penitenciário, eles não vão conhecer só o mundo cão da vida das cadeias não e dos estabelecimentos penais, eles vão visitar as APACs, é de praxe no Conselho Penitenciário há mais de quinze anos em Minas Gerais, então, isso é muito importante. Registrar aqui a presença da Presidente da APAC de Ji-Paraná, a Rose, que já vem com know-how de São José de Itaúna, está aqui, é muito importante sua presença Rose; e também destacar aqui a presença da APAC de Vilhena, através de um membro da direção a Geni, que andou tanto para aqui chegar, isso mostra que a causa da APAC já chegou no coração, não está só na cabeça, na mente. Registrar a presença do Luiz Márcio do Projeto ACUDA, mesmo rapidinho, nós fomos lá hoje conhecer o Projeto ACUDA, na corrida na hora do almoço estivemos lá, causou em todos nós uma boa impressão, isso é muito importante; registrar aqui a presença também dos vereadores que foram nominados. E lamentar a ausência do Tribunal de Justiça, a gente espera que numa próxima reunião que nós estivermos aqui o Tribunal de Justiça, esteja presente, porque o CNJ, nós temos vários Juizes e Desembargadores auxiliares do CNJ que são defensores da APACs, temos lá juizes auxiliares apaqueano. E semana passada, o Valdeci, nos disse hoje de manhã, teve uma reunião de todos os coordenadores das escolas do Brasil todo, das escolas do judiciário, e na convocação final, na carta dos representantes das vinte e sete escolas judiciais do Brasil, olha bem: eles tiraram lá como na carta final uma resolução e tem dois parágrafos que falam da questão da APAC. Que as escolas judiciais do Brasil, vão colocar nos seus programas de trabalho com jovens juizes a questão da metodologia APAC, e vão trabalhar para criar APAC nos seus Estados, foi o compromisso dos vinte e sete coordenadores de escolas judiciais, lá na maioria representado por desembargadores em alguns casos por juizes auxiliares nas escolas judiciais. Então, a gente espera que numa próxima vez, a gente tenha nessa caminhada também a questão do Poder Judiciário. E por que eu citei todo mundo? Tem uma linda passagem num livro de um autor que mais do que ninguém compreendeu a alma do mineiro, que é Guimarães Rosa. Em Grandes Sertões Veredas, Guimarães Rosa, diz o seguinte: Quando estava passando com a jagunçada e através da boca do jagunço, filósofo Riobaldo, passando em Andrequicé, numa bela igreja que tem Andrequicé que fica próximo, ao lago de Três Marias, Riobaldo ao olhar a igreja ele diz assim: 'a gente caminhou, encontrou tanta coisa ruim no sertão, tanta fome, tanto abandono, tanta dor, o que quê nós deveríamos fazer? Trazer todos os homens de bem do sertão e fechar nessa igreja, e só abriremos as portas quando os homens e mulheres de

bem, descobrirem a solução para tanta dor, tanto sofrimento no sertão'. Então quase que eu ia sugerir ao Presidente Léo que a gente fizesse algo semelhante aqui; fechássemos as portas da Assembleia, lacrássemos tudo. Como na igreja era o lugar sagrado, que Guimarães Rosa dizia que lá ninguém podia dizer mentira, lá ninguém podia pensar nada mal, que também na sede do Poder Legislativo de Rondônia a gente só saísse daqui quando descobrisse uma solução para esse problema prisional do Brasil. E por que isso? Eu digo para vocês com certeza, de alguém que já está na estrada há mais de 40 anos, na caminhada de pastorais sociais, na caminhada dos direitos humanos, na caminhada na questão prisional. Seja pela pastoral carcerária ou pelo movimento dos direitos humanos ou nos últimos vinte anos pelas APAC. Olha nós temos um grave problema que aflige a comunidade, semana passada eu estava em Corumbá, hoje eu estou aqui, estou discutindo a APAC com o Valdecir, em setembro no Ceará e por aí vai, aliás, Rio Grande do Norte, nós estamos também no Rio Grande do Norte, mas vamos também ao Ceará, e eu em todos os lugares as pessoas dizem que o grande medo da sociedade é o aumento da violência, que tem levantar muros de casas, colocar parênteses de segurança, câmaras e por aí vai. Em toda a cidade pequena ou grande tem uma hora da noite que é proibido você sair, e as pessoas muitas vezes quando podem viajar para outros países, ele vê que a cultura não é assim, vê que as casas tem jardim e muitas vezes não tem muro, no máximo uma cerquinha viva, baixinha, e a pessoa vê aquilo fala: olha, por que a gente não tem isso no Brasil? Então, hoje e é tão grave isso hoje que muitas vezes as pessoas até exageram em relação a violência, porque fica tão subjetivo que as pessoas colocam a violência além do que ela está. Eu me lembro que a 15, 16 anos atrás os padres combonianos me procuraram de Nova Contagem, todos três eram amigos do Valdecir, um já passou por aqui e ele dizia assim: Durval por cada final de semana está morrendo 20 a 25 pessoas assassinadas num bairro de Contagem de trinta mil habitantes, chamada Nova Contagem, e nós temos que resolver isso. Ai, eu, nós tínhamos lá um tenente Coronel de mentalidade muito aberta, temos ainda, mas está na reserva, tenente Coronel Fiúza, eu falei: olha, vamos lá conversar com o Fiúza e vamos discutir com o Fiúza. E ele veio com a comunidade, umas dez pessoas da comunidade. Ai o Fiúza falou: a primeira coisa nós vamos desmentir esse dado de vocês, a violência está assustadora em Nova Contagem, mas não está morrendo uma dezena e meia, ou duas dezenas de pessoas. Estão morrendo quatro, cinco pessoas em Nova Contagem. Ai uma pessoa era assassinada ela aparecia com apelido, três ou quatro apelidos e as pessoas contavam aquilo e ele provou que tinha uma violência grave em Nova Contagem, mas era infinitamente menor o que as pessoas registravam, infinitamente menor. Houve uma parceria com o Poder Público, houve investimento em educação, houve investimento sério de uma Prefeita de Contagem que tratou a questão com seriedade e num período dela, nos oito anos a violência foi lá embaixo, mas a primeira coisa que o Coronel Fiúza derrubou foi essa percepção subjetiva da violência. A violência era muito menor do que realmente era. Agora eu digo para vocês uma coisa das mais comprovadas, pela observação empírica de qualquer um, e por estudo de sociologia, a questão prisional hoje, é o grande motor da violência urbana, é o grande motor. Por que na realidade as

cadeias e as penitenciárias servem para aperfeiçoar, aprimorar e especializar o crime. Não é a toa que tem um velho ditado popular que "a cadeia é a graduação do crime, a penitenciária é a pós-graduação", isso tem estudos que provam, enquanto que nós estamos tendo a reincidência no sistema normal de 80%, e é interessante, e é interessante que 75% dos crimes de réus primários são pequenos e médios delitos e hoje tem estudo que mostra que o segundo crime do cidadão reincidente é mais grave e violento que o primeiro, o terceiro, o quarto, assim sucessivamente, então a pessoa entra, um batedor de carteira numa penitenciária e sai de lá assaltante de banco, um usuário de droga ou aviãozinho do tráfico sai de lá traficante, ele sai mais brutalizado, ele sai mais violento. Eu trabalho no Seminário Católico chama Instituto Santo Tomás de Aquino, sou professor na filosofia e na teologia e as minhas disciplinas de filosofia são para licenciatura, então trabalho com didática, eu assusto os jovens seminaristas de 18, de 19 anos na primeira aula de didática, sabe o que eu passo na primeira aula de didática? Um vídeo do Globo Rural, é um vídeo de uma norte americana que trabalha com doma de cavalo, e aí ela vai mostrando que a forma correta de você domar cavalo não é como antigamente nossos pais faziam ou meu pai fazia, você pôr o areio no cavalo, em cima dele de espora, bater, bater e esporar até o cavalo cansar, faz isso umas três ou quatro vezes que ele acostuma. É interessante que a doma de cavalo dela ela vai chegando devagarzinho para o potro selvagem, vai fazendo carinho nele, põe música clássica, depois põe só a corda no pescoço e põe ele para correr com a corda solta no pescoço até chegar no cabresto e pôr ele para correr, coisa e tal, ela doma o cavalo em duas, três horas sem usar nenhuma violência. Ai eu digo assim: 'vem cá, com um cavalo, com um burro chucro se faz assim, com jovens e crianças a gente não pode fazer também da mesma forma?' Porque que a gente não pensa que a escola que tem problema de violência, que tem problema de rebeldia do adolescente, do pré-adolescente ou de um jovem usuário de drogas que está naquela escola pública de periferia que a gente vai trabalhar, por que com cavalo dá certo, com gente não pode dar? E essa senhora norte americana, inclusive fala da experiência pessoal dela, que ela foi violentada pelo padrasto, o padrasto dela era um domador de cavalo e ela foi violentada sexualmente e ela diz que a partir daí ela passou a ter uma nova visão e uma relação com a domesticação de animais. Depois o Globo Rural mostrou outras experiências semelhantes, mostrando que o caminho do amor com o animal é a alternativa. Vai para um treinador de cachorros da Polícia Militar, bater num cachorro para vocês ver, você apanha. Você sabe o que aconteceu lá em Minas Gerais? É que o cachorro, da Polícia ficando velho. Eles pegavam e doavam, Coronel, o cachorro para o treinador que é o amigo dele, aí a Polícia descobriu que não podia doar o cachorro, que tinham que fazer leilão e vender, você precisa ver que dor. Eu por exemplo que ando com escolta permanente já há 16 anos, em Minas Gerais de Policiais do GATE que é uma força muito especializada, alguns foram domadores de cachorro, há revolta, eles pediram que eu fizesse um pronunciamento na Assembleia para brigar com o Comando da Polícia Militar que aquele cachorro que ficou velho, que depois de 10, 12 anos, o tempo de vida não é muito longo porque o esforço é grande, o treinamento do cachorro é exaustivo, que ele fosse

doado ao seu treinador que pegou uma relação amorosa e afetiva, mas pega na Polícia Militar um treinador de coração de cachorro e bata num cachorro dele, está arriscado que ele vai levar o cachorro para o psicólogo para fazer análise, com toda certeza. Então, gente, eu acho que o caminho é esse caminho, é o caminho do amor. E a questão da APAC é evidente, se você pegar em Minas Gerais as trinta e seis cidades que adotaram a APAC. Eu fui durante doze anos do colegiado das corregedorias do Sistema de Defesa Social que envolve Polícia Militar, Civil, Corpo de Bombeiro e Agente Penitenciário, eu representei a Assembleia porque a ideia do colegiado das Corregedorias surgiu de uma reunião nossa da Comissão de Direitos Humanos. E é interessante que a gente recebia os dados da violência trimestralmente eram sigilosos, que tem muitos dados que não é bom que divulgue, até para não preocupar a comunidade; outros precisam ser divulgados para sensibilizar a comunidade e as cidades que tinham APACs senhor delegado, a violência reduzia em oposição a outra cidade. Por exemplo, Divinópolis não tinha APAC, uma cidade universitária, a violência crescia; Itaúna, que tem uma das maiores universidades privadas fundacionais do interior de Minas Gerais, a universidade de Itaúna, é uma universidade privada, a violência caía. Então, não é a população universitária, não é essa artificialidade de ser uma cidade universitária e aí a identificação é evidente, a APAC reduz a violência. Vocês vão visitar e hoje eu provoquei dizendo o seguinte: não escolham uma APAC para visitar, coloque lá em Minas as 36, que são 2.464 presos que são recuperandos da APAC em Minas Gerais, coloquem numa cumbuca e escolham qual você quiser ir, não precisa avisar; aí o Valdeci falou: tudo bem pode ir sem avisar, só que pode não achar o pão de queijo quente. Esse que é o problema. Mas, coloquem numa cumbuca e vá lá que você vai ver, vai ver o mesmo trabalho em todas as APACs. Eu já visitei todas, visitei como apaqueano, como membro da FEBAC, visitei como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, já estive em todas e nós temos 50 em construção. Então, a APAC tem sido um fator de redução da violência, porque ela cessa esse círculo vicioso da criminalidade, ela põe um ponto final no círculo vicioso. Então, isso para nós é fundamental, é fundamental e é aquela velha história, já que nós estamos numa região e a gente ouviu aquele belo hino onde a questão indígena é muito forte aqui. Diz que certa vez uma criança índia, um curumim estudava numa escola de branco e aí ele começou a sofrer bullying, os alunos começaram a gozar e fazer brincadeiras negativas, pejorativa com o jovem índio. Aí diziam para ele: olha, você é selvagem, nós somos civilizados, índio, é tudo como se fosse animal; nós é que somos raça humana. E esse indiozinho começou a ficar triste, muito triste, não queria ir para escola. Um dia o avô dele na aldeia chega para ele e fala: porque você não quer ir para escola? Qual é o motivo? Aí ele contou o caso, falou: olha vô, lá eles dizem que eu sou selvagem, que eu sou animal, que eu não tenho inteligência, eles dizem que são eles brancos que é tudo diferente. Aí o avô contou uma história, falou: olha, dentro de cada ser humano, seja índio, branco, negro, amarelo, qualquer raça; moram dois cães numa luta permanente, um cão é bondoso, o outro cão é mau; um cão é solidário, o outro é egoísta; um cão é perverso, o outro é magnânimo; um cão pensa o bem, o outro cão pensa o mau. Aí o jovenzinho índio pergunta: mas, vô, qual o cão que

vence essa luta dentro de nós? Sejamos índio, negro, branco ou qualquer raça? Ele diz assim: vence essa luta dentro de nós aquele cão que nós mais alimentamos. Então, gente é a mesma coisa. Hoje nós fomos visitar um presídio e eles nos informaram que nesse presídio têm jovens, são pessoas que estão lá um pouco no seguro, cometeram crimes de natureza, de violências sexuais, coisa e tal. E eu disse: nós temos um psiquiatra em Minas Gerais, o Madruga, que estudou 67 casos de estupradores, e ele chegou numa conclusão estarrecedora, que mais de 70% dos casos, as pessoas que estupravam, que estavam condenadas por isso, tinham sido, sofrido violência sexual na infância. E outra parcela tinha distúrbio mental. Então, ele pegou, concluiu no estudo dele que a gente reproduz na sociedade o cão que a gente mais alimenta. E aí eu pergunto o seguinte, daí que é importante uma educação que reencante a nossa juventude, porque é estarrecedor. Em Minas quando você vai analisar, você vai visitar um centro de ressocialização de adolescente infrator, você pergunta o seguinte: 'quem de vocês está na escola ou veio da escola para aqui, para uma internação no Centro?'. Mais da metade não estavam na escola, mais da metade não estavam na escola e os que estavam quase todos com rendimento atrasado, com 4, 5, 6 repetências. E daí que a gente entende, quando o censo penitenciário analisa a situação dos seiscentos mil presos no Brasil, conclui que 70% são analfabetos ou semianalfabetos. Então, na realidade a gente reproduz um pouco esta questão, então nós temos que pensar na educação, nós temos que pensar na saúde. Tem um dado aqui nesse livro que vocês vão estarrecer, são dados oficiais da Secretaria de Defesa Social e estão em um relatório muito sério que se chama Comissão Especial de Execução da Pena, eu fui o relator e fiz o relatório, onde a Secretaria de Defesa Social diz o seguinte: 82% dos 70 mil presos de Minas Gerais são 69 mil e uns quebradinhos, 82% tem causa direta da internação a questão das drogas, ou a causa indireta questão das drogas. Matou embriagado, roubou, furtou ou sequestrou para pagar uma dívida com um traficante ou fez um crime violento, uma violência sexual sob o efeito da cocaína, da heroína e eu pergunto: "nós não temos que pensar a saúde pública? A questão das drogas como um problema de saúde pública ou nós vamos tapar o sol com a peneira"? E ainda tem gente que diz que faz essa distinção de drogas lícitas e não lícitas, e se vocês soubessem que o álcool causa muito mais problemas das chamadas não lícitas, a gente ficaria estarrecida, então nós temos que tratar as questões das drogas com uma visão de saúde pública, daí que é importante, que a Secretaria de Educação esteja nessa caminhada da APAC, que a Secretaria de Saúde esteja nessa caminhada da APAC. E além do mais, nós tivemos a preocupação em Minas Gerais, é com a questão legal, daí que numa parceria com vários companheiros, nós criamos uma lei, que é a lei 15.299, de 09/08/2004, que nós conseguimos legalizar a experiência das APACs. Lá nós temos a **LEP?** estadual, criamos um capítulo novo na **LEP?**, quando fala dos órgãos auxiliares da execução da pena, e aí nós colocamos o seguinte título: "Das entidades civis de direito privado sem fins lucrativos" que aí envolve um projeto como o que nós visitamos hoje, a ACUDA, envolve a APAC ou outros projetos criativos e aqui coloca normas para o repasse, para incluir no orçamento, coloca as obrigações do poder público com a entidade, porque olha, nós começamos em Minas há

vinte e cinco anos, com as APACs 100% voluntariado, hoje não se sustenta assim, você não pode prescindir do trabalho voluntariado, é um dos doze passos da APAC, a APAC sem o trabalho voluntariado ela se transforma no Estado, aí você não precisa de APAC, mas a APAC só com o trabalho voluntariado, ela não responsabiliza o Estado com a política pública, então tem ter uma simbiose, e eu vou dizer para vocês, a parceria público/privada que nós temos em Minas, gasta de 3.200 a 3.600 com cada preso, sabe qual que é o convênio da APAC? Novecentos reais por preso e a APAC faz muito melhor, com muito mais eficiência e no sistema normal varia, mas nunca é menor do que três mil reais, o custo de preso no sistema normal, no sistema regular do Estado. Então eu acho que é importante a gente ter claro, que a Assembleia e o Governo do Estado mesmo que não tenham uma lei de execução penal estadual, apresentar uma lei dessas, copiando o nosso modelo. Paraná já criou uma lei como essa, o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, passamos agora para o Ceará e o Rio Grande do Norte, então os Estados por quê? Isso resolve o problema do Governo com o Tribunal de Contas, não precisa ficar uma pedição todas às vezes para incluir no orçamento, e ao mesmo tempo obriga o Estado de fazer o repasse. É importante que você tenha uma legislação. No caso de Minas, o Ministério Público colocou oficialmente no seu planejamento, coloca todo ano a questão das APACs, a Defensoria Pública também no seu planejamento estratégico coloca, e o Tribunal de Justiça soltou uma resolução criando o projeto lá da APAC, chama: Projeto Novos Rumos para a Execução da Pena. Então tem uma resolução, com juízes responsáveis, com desembargadores responsáveis, com funcionários responsáveis, então é importante essa legalização. Então eu acho que a Assembleia e lá para vocês terem uma ideia o montante do Convênio de Minas Gerais envolve por mês, mês, com as APACs, só de manutenção dos convênios por volta de vinte e cinco milhões de reais, se você incluir construção chega praticamente a trinta milhões.

Então, nesse sentido este ano vamos abrir mais quinhentas vagas nas APACs e mais mil no ano que vem se a gente conseguir concluir as construções, praticamente, 10% dos internos do Sistema Carcerário de Minas Gerais serão recuperados da APAC, 10%. Se você perguntar o seguinte: pode chegar a 20, pode chegar a 30? Pode. Se a comunidade quiser. Porque APAC não pode surgir da cabeça do Deputado nem da cabeça do padre nem do pastor, nem do bispo, não pode surgir da cabeça do governador, do vice-governador, aquele ditado popular tem que ser colocado em prática: "quem pariu Mateus que o embale". O criminoso é fruto de um desajuste da sociedade e aqui nesse livro vocês vão vê que eu faço uma provocação como filósofo, eu cito um diálogo de 2.400 anos atrás, que é um diálogo de Platão atribuído a Sócrates, uma conversa de Sócrates com Platão o de Górgias, é interessante esse debate que Platão diz na palavra de Sócrates: "que o criminoso quando comete um crime, primeiro ele prejudica alguém, que ele rouba, que ele sequestra, que ele furta ou que ele mata". Então, ele prejudicou alguém e prejudica a família dessa pessoa que vai sentir, mas ele prejudica a si mesmo. É interessante que Sócrates nesse diálogo derruba aquela tese que o crime compensa. Ele vai dizer o seguinte: "o crime descompensa o cidadão". Então, por quê? Aquele ser humano perdeu a sua identidade como ser humano, ele foi menos

humano, então, ele prejudicou a si mesmo e ao mesmo tempo há um triplice prejuízo, a pólis fica prejudicada, aquele crime prejudica a sociedade como um todo e ele diz que a necessidade da punição é fundamental. Ele conclui o diálogo assim: "será sempre mais infeliz o autor da injustiça do que a vítima e mais ainda aquele que permanece impune e não paga por seus crimes, e não paga por seus crimes".

Então, eu acho que é importante a gente ter claro, que o crime desarranja a sociedade e para terminar, para vocês poderem fazer alguma pergunta na hora das perguntas o Valdeci que responde, o Valdeci é mais tarimbado, tem um pouquinho mais de estrada do que eu.

Tem uma história que a gente entende muito o objetivo das APAC quando eu vejo essa história, é uma história da tradição judaica, da tradição talmúdica que diz o seguinte: "diz que um anjo certa vez cometeu uma falta grave no céu, ele ia ser punido pela falta que ele cometeu, só que ele apelou para o Altíssimo, deve ter pedido lá a Associação dos Anjos para intervir, ou Sindicato dos Anjos, e pediu uma intervenção, aí Deus ao chamou até a sua morada e disse assim – olha, você vai ter que trazer para ser perdoado aquilo de mais sublime, de maior que você encontrar na natureza humana. Aí o Anjo imaginou assim, porque ele estava ainda com poderes, angélicos dele, ele imaginou, vai ser fácil, e ele veio para a terra, aí ele chegou numa guerra, numa guerra atroz que as pessoas morriam banalmente, as pessoas se matavam, uma guerra fratricida e nesse momento que ele percebeu numa trincheira, o inimigo chegou e iria matar um soldado, já estava com a arma em punho para atirar no seu adversário que tinha que ser exterminado. Um companheiro que estava perto mais do que de pressa saltou na frente e recebeu as balas no peito para salvar o seu amigo e aí o Anjo ficou muito impressionado com aquilo pegou uma gota do sangue que saía daquela ferida e levou até o céu e disse e relatou para Deus como que ele tinha encontrado aquela gota de sangue, Deus falou: "Ó, isso é subleme, é muito subleme, dar a vida pelo seu irmão, mas ainda não é isso que eu quero". Aí diz que o anjo, era 50, 70 anos atrás, veio aqui para a região Amazônica. Chegou aqui, deu de cara no antigo leprosário, que ainda não chamava como nós conhecemos hoje, como doença hanseníase. E aí, nesse leprosário, ele chegou num momento muito triste no leprosário. E naquela época não tinham as formas de tratamento que nós temos hoje e uma enfermeira que tinha vivido mais de 30 anos naquele leprosário, tinha contraído doença naquele convívio, ela estava morrendo. E, ao redor, o anjo viu a lepra deformando muita gente e todos os amigos dela, ao redor, chorando e rezando. E o anjo pegou o último suspiro que a enfermeira deu, falou: 'olha, que coisa linda, uma vida toda dedicada ao próximo, com tanto sofrimento, com tanta abnegação e acabou morrendo porque contraiu a doença dos seus irmãos'. E o anjo levou aquele suspiro até Deus. Deus olhou e falou: 'pôxa, isso é muito importante, mas não é isso que eu queria'. E o anjo então veio pela terceira vez na terra. Já desanimado de tudo, achando, 'eu não vou encontrar o que Deus quer, vou acabar sendo punido'. E diz que ele estava andando numa floresta, invisível, e ele viu passar um homem fortemente armado. E com seus poderes angelicais, ele entrou na consciência daquele homem e pôde ler os pensamentos daquele homem. E ele descobriu o que aquele homem ia fazer.

Aquele homem ia matar o inimigo, alguém que tinha feito muito mal e humilhação a ele. E esse anjo foi caminhando atrás daquele homem fortemente armado e ele foi avançando no meio da floresta, avançando, e lá na frente tinha uma casinha iluminada. E o anjo, mais do que depressa, do lado, e o homem chegou e viu o seu adversário, aquele que ele queria se vingar, estava sentado, assistindo televisão. E ele mirou e falou: 'vai ser fácil daqui, eu não erro um tiro daqui; vai dar um barulho enorme porque vou estourar a vidraça, mas agora minha vingança vai ser feita'. Só que ele queria ter certeza na hora que fosse fugir, e foi contornando a casa. E ele viu, numa janela baixinha, que tinha uma mulher com uma criança no colo, um bebezinho. E essa mulher cantava cantigas de ninar para fazer seu filho adormecer. Mais do que depressa ele foi se lembrando da sua mãe. Foi se lembrando que eram as mesmas músicas que sua mãe cantava e com isso ele foi se emocionando, foi se emocionando. Na hora que a mulher beijou aquela criança e a colocou no berço, as lágrimas começaram a cair do rosto daquele homem que queria vingança. E na hora que ele começou a chorar, o perdão veio e ele decidiu não matar o seu adversário. E o anjo pegou uma lágrima desse homem e levou até Deus. Na hora que ele chegou diante de Deus, que tudo já sabia, disse assim, 'você encontrou o que de maior pode ter na natureza humana, é o perdão, é o arrependimento, porque Eu, a minha identidade de Deus é a identidade da misericórdia'. E diz que a partir daquele momento o anjo foi perdoado, porque ele descobriu que o que tem de mais fundamental no ser humano é a misericórdia, é o perdão. E isso que é a APAC. Obrigado.

**O SR. LÉO MORAES (Presidente)** – Gostaríamos de parabenizar, agradecer extremamente a participação do Deputado Durval. Realmente é engrandecedor ouvir as suas palavras e, certamente, por mais que não seja a intenção, nós naturalmente acabamos aprendendo, doutora. E a gente fica muito feliz com isso, porque desperta o nosso senso de humanidade, o nosso senso de dignidade, de gratidão por termos uma vida com qualidade, que não são todas as pessoas que têm acesso ao que nós temos. Lembrando a todos que aqui estão, que podem participar, o Cerimonial está à disposição, levantem a mão que certamente serão inscritos e falarão aqui na tribuna, a fim de contribuir conosco neste debate.

Passar a palavra agora, para o excelentíssimo Senhor Vice-Governador do Estado de Rondônia Dr. Daniel Pereira.

**O SR. DANIEL PEREIRA** – Quero, neste momento, agradecer a Deus pela oportunidade e, desde já, Deputado Léo Moraes, confessar o meu arrependimento. O Deputado pediu para que eu falasse antes do Deputado Durval e com certeza fica muito difícil de você falar algo depois de uma fala tão maravilhosa quanto a que ele fez. Quero saudar o Deputado Léo Moraes, filho do meu amigo Deputado Paulo Moraes, com que eu tive o prazer de conviver nesta Casa Legislativa por oito anos, e como é que às vezes as pessoas, embora da mesma família tenha aptidões diferentes, o Deputado Paulo Moraes, um delegado de carreira da Polícia Civil, um gauchão duro na sua essência, mas, talvez seja a suavidade da sua mãe a nossa vereadora Sandra Moraes, que faz o Deputado Léo Moraes, ser essa pessoa fantástica e que nos brinda hoje com essa iniciativa

maravilhosa de promover uma Audiência Pública, para discutir um assunto que é tão caro a nossa sociedade. Parabéns ao Deputado Léo Moraes e a todos os integrantes dessa Casa Legislativa. Deputado, na sua fala inicial, duas expressões que o senhor utilizou que me deixou muito feliz, entre outras. O fato do senhor se afirmar rondoniense para uns, rondoniano para outros e acima de tudo amazônida, é chegada à hora daqueles que nasceram no Estado de Rondônia, tomar suas próprias mãos o destino desse Estado, com certeza meu caro Professor Marcos Rocha, estará melhor do que nas mãos daqueles que vieram de outras terras como nós, mas é já, já que isso vai acontecer. Agradecer a presença do Deputado Durval Ângelo, e que bom tê-lo aqui, o senhor que poderia estar comodamente no seu Estado de Minas Gerais, porque fazer uma viagem de aproximadamente três mil quilômetros para transmitir o seu conhecimento, a sua preocupação em dividir as suas experiências, feliz é o homem e mulher que podem fazer isso, e nós só temos a agradecer e não temos como pagar. Lembrando que hoje de manhã, outro mineiro foi lembrado aqui nessa tribuna que afirmava alguns anos atrás, que naquela conjuntura política que o país passava, enquanto existisse um homem sem pão, sem teto e sem letras, todo progresso seria nulo. Essa frase, talvez não exatamente com essas palavras, uma paráfrase talvez, mas trata-se de Tancredo Almeida Neves, e hoje na parte da manhã, nós utilizamos, lembramos desta expressão para lembrar daqueles que não tem um pedaço de terra e estão lutando pelo direito de plantar, de colher e de sobreviver. E agora nessa tarde, nós estamos aqui discutindo e procurando alternativa para resolver a situação dos apenados, sem não resolver, pelo menos amenizar o seu sofrimento, tanto para eles como para a sociedade como um Todos. Saudar o Secretário Marcos Rocha, Doutor Marcos Amaral e em nome deles todos os serventuários do sistema penitenciário e sócioeducativo que fazem um trabalho de primeira grandeza no nosso Estado. A Doutora Andréa Waleska, Promotora de Justiça, aqui representando o Ministério Público do Estado, peço a Vossa Excelência que transmita o Doutor Ailton Marin e ao Doutor Carlos Grott, a nossa manifestação de apreço, ao Doutor Ailton, como nome maior nesse momento do Ministério Público no Estado de Rondônia e Doutor Carlos Grott, pela paixão que ele tem pela discussão do Projeto das APACs. Saudar a Doutora Eiko Danieli, Promotora de Justiça de Execução Penal, em Ji-Paraná, como é bom a gente ver uma pessoa apaixonada por aquilo que faz e nas suas palavras ficou muito claro isso para a gente. Saudar o Excelentíssimo no sentido da excelência copiando aqui o Deputado Léo Moraes, do senhor Valdeci Antônio Ferreira, muito obrigado pela sua presença e pela sua aula de humanidade dado aqui nesta tarde. Saudar o Delegado Júlio Ugalde, representado aqui o nosso Secretário Antônio Carlos Reis, Coronel Adilson e também meu Professor Pedro Mancebo, Diretor Geral de Polícia e o Coronel Kisner, nosso Comandante Geral da Polícia Militar. Saudar a minha amiga Regineth Medeiros, Presidente da APAC, em nome dela saudar os representantes da APAC Ji-Paraná e Vilhena. Do ponto de vista geográfico meu caro Deputado Durval Ângelo Andrade, a APAC, está pelo menos na cabeça das pessoas inseridas em Porto Velho, Ji-Paraná e Vilhena isso significa que em mais 80% do nosso território, a ideia da APAC já está presente, as sementes já estão lá, acredito que ela encontrará

solo fértil para que possa germinar e gerar bons frutos. Saudar a Doutora Ana Flávia, aqui representando a Defensoria Pública do Estado de Rondônia, e em nome da senhora transmitir os nossos agradecimentos ao Douro Marcos, Doutor Antônio Fontoura, pelo brilhante trabalho que faz na Defensoria Pública do Estado de Rondônia. E não posso deixar de citar um evento que para nós é extremamente importante, a presença de duas grandes figuras que estiveram hoje nesta Casa Legislativa deputado Léo Moraes, pela parte da manhã Dom Moacyr Grechi e agora na parte na tarde, Dom Antônio Possamai, esses homens são referências do que há de melhor para nossa geração e para gerações futuras. Eu tive o prazer de conhecer o Dom Antônio Possamai, com 20 Anos de idade, em 1986, ele não sabe, mas ele exerce sobre mim uma influência muito grande, embora não tenha convívio pessoal com ele. Então fiz questão de registrar isso pela presença dele aqui. Nós acompanhamos as falas de cada pessoa que aqui estava e não tenho muito a acrescentar, mas logo no início no mandado estivemos em Brasília, visitando o Departamento Penitenciário Nacional, e mesmo diante de uma situação difícil no sistema penitenciário de Rondônia e de todo o Brasil, palavras de elogio foram ditas pela conduta e pela impressão que o nosso então, recém assumido, Secretário de Justiça, nosso Coronel e professor, muitas das vezes esquece de ressaltar essa qualidade, professor Marcos Rocha, deixou nos dirigentes nacionais do Sistema Penitenciário. Logo em seguida com a visita da nossa querida doutora Valdirene fazendo uma inspeção nos nossos presídios, eu tive a oportunidade de acompanhar a doutora Valdirene, o Secretário Marcos Rocha e a doutora Andréa numa visita lá no Urso Branco. E uma das expressões dita por um dos apenados, acho que, acredito que jamais sairá da minha cabeça como ele disse o seguinte: 'isso daqui é uma fábrica de doidos'. Talvez a expressão mais feliz para traduzir o que significa o sistema penitenciário do sistema tradicional, nada mais é do que uma fábrica de doidos por que você não tem esperança, não tem expectativa, você tira da pessoa o que ela tem de humanidade. Recentemente acompanhamos um debate sobre o caso da justiça ter determinado o fim das chamadas revistas no caso dos familiares, principalmente esposas e namoradas, principalmente do que diz as visitas íntimas, ou seja, a sociedade punindo uma pessoa que praticou um crime tira a sua liberdade, e depois quando constrange a sua esposa, a sua namorada ou a sua companheira tira dele toda a dignidade. E como é que você quer esperar de um cidadão desse que quando ele volte para a sociedade, ele volte com sentimento de amor, de amizade e volte com uma flor na mão? É obvio que ele vai voltar com muito mais vontade de se vingar da sociedade. É a sociedade querendo se vingar dele e ele querendo se vingar da sociedade, num ciclo vicioso que a gente não sabe onde vai parar. Mas na mesma fábrica de doidos eu percebi que naquela manhã o Urso Branco tem uma construção alta e não sei a quantidade, mas pelo barulho parecia que eram muitos, pequenos pássaros se alojam ali e enquanto aquelas pessoas sofrem nos seus cárceres aqueles pássaros cantam ali, talvez seja esse anjo aqui tratado pelo deputado Durval, esteja presente ali cantando para amenizar o sofrimento daquelas pessoas ou talvez, seja, para mostrar para gente que existe esperança e que basta a gente acreditar e trabalhar que a oportunidade de mudar esse estado de coisa está chegando.

Logo em seguida aquilo ali, eu fui surpreendido por um programa da Rede Globo, que trouxe em rede nacional o projeto maravilhoso, chamado Projeto ACUDA, que o Luiz está presente aqui. E aquele programa foi tão bom que eu mesmo sendo Vice-Governador do Estado, naquele momento sequer tinha ideia de que um projeto tão importante existia no meu Estado. No dia seguinte fiz questão de ir lá, visitar o projeto porque é claro a Rede Globo, ela deu o foco, principalmente no fato de usar algumas terapias extremamente novas e tudo aquilo que é novo, infelizmente é assustador para o ser humano, é algo próprio do ser humano. Mas eles perderam uma bela oportunidade de dizer que naquela unidade da ACUDA, tem 25 pessoas que receberam medidas de segurança ou um pouco mais, talvez que nenhum familiar, hoje aparece mais para buscar esse pessoal e para levar, para tirar de dentro do sistema penitenciário e que essas pessoas são recebidas e são tratadas, são cuidadas pelos apenados que dão banho neles, cortam o cabelo deles, cuidam deles, dão dignidade a eles. Então pessoas que agem assim são pessoas que fazem a gente acreditar que é possível mudar as coisas no sistema penitenciário. Perderam uma bela oportunidade de falar sobre a oficina de veículos que tem lá, a oficina de moto, a oficina de movelaria, a oficina de tapeçaria, o projeto de cerâmica, ou seja, foram entrevistar familiares dos apenados e perguntar o que eles achavam disso. Não precisa fazer isso, todos nós sabemos que o senso comum que nós temos na sociedade e principalmente para as famílias que sofreram algum tipo de violência de alguém que está apenado, é senso comum isso, ele quer mesma é vingança, agora o Estado não pode se transformar num instrumento de vingança, não é o papel do Estado fazer isso, é até normal que as pessoas que foram vítimas tenham esse sentimento, agora o poder público jamais, jamais. Então acredito que os pássaros estavam cantando porque a gente ia conhecer o Projeto ACUDA, e acredito que os pássaros estavam cantando porque a ideia de implementar uma APAC que já estava na cabeça do nosso governador, como muito bem dito aqui pelo Deputado Durval, era uma outra expectativa que os pássaros estavam anunciando. Mas aqui no Estado de Rondônia a gente tem algumas experiências extremamente inovadoras, extremamente importantes, por exemplo o Projeto Bizarrus e o Topo do Mundo que utiliza a linguagem teatral, o Marcelo acredito que ainda está presente aqui com a gente, é o coordenador desse projeto. Como que esse projeto é maravilhoso, como esse projeto é inovador. Também os pássaros anunciando uma oportunidade para que esse projeto seja melhor apresentado, talvez aqui para nós, porque na fala do Luiz, as vezes a gente tem que ficar envergonhado porque um projeto que o New York Times já deu divulgação, um projeto que a mídia, inclusive o dia que eu fui lá, tinha rede francesa fazendo uma matéria e nós aqui, os portovelhenses, os rondonienses e rondonianos sequer sabemos da existência. Aqui em Rondônia, meu querido Deputado Durval, senhores e senhoras que aqui estão, nós temos uma iniciativa muito importante na cidade de Pimenta Bueno, trabalhada inicialmente por um juiz da Execução Penal daquela Comarca que hoje é Desembargador Dr. Daniel Lagos, que é um projeto em que a Cairu que é o terceiro ou quatro maior fabricante de bicicleta do país tem uma unidade de produção dentro do presídio, do sistema penitenciário lá em

Pimenta Bueno, e nós depois que tomamos conhecimento dessa iniciativa procuramos o Presidente da Federação das Indústrias aqui de Rondônia Dr. Marcelo Tomé, e fomos informados ontem, Secretário Marcos Rocha, que a FIERO está pronta para pegar as suas unidades de educação que visa a profissionalização com área de mecânica, com área de produção de pães e outras estão prontos para pegar as suas unidades móveis e levar para dentro do sistema penitenciário de Rondônia para fazer um trabalho em parceria conosco. Então eu acredito que o conjunto dessas ações vão nos levar, como muito bem nos alertou aqui o nosso querido Deputado Durval, que se nós fizermos a coisa certa e principalmente se nós não relegarmos a questão penitenciária simplesmente transformando as residências de cada um de nós num pequeno sistema penitenciário, que pelo menos os muros se assemelham aos muros lá das penitenciárias e aí a gente vai ampliando muro, subindo a cerca, eu não sei onde é que nós vamos parar, talvez o céu seja o limite. Mas a gente conversava ali com a Dra. Andréa, que no próprio Brasil a gente tem realidade diferente disso, boa parte do Paraná, por exemplo, não precisa de muros altos nas residências, as pessoas podem ir e vir tranquilamente sem se preocupar, pode deixar a porta aberta sem ter medo de sofrer violência; o Estado de Santa Catarina vive essa situação, o Estado do Rio Grande do Sul, pelo menos na parte que eu conheci tem essa tranquilidade, um padrão totalmente diferente do nosso aqui. Ora, se eles conseguem lá, nós também temos condição de fazê-lo aqui, basta que a gente acredite nisso e que a gente trabalhe para isso. E o mais importante, Deputado Léo Moraes, é que nós descobrimos muitas coisas juntos aqui, por exemplo, V.Ex<sup>a</sup> descobriu a oportunidade da Assembleia ir lá visitar o projeto ACUDA, vamos fazê-lo juntos, que a Comissão de Direitos Humanos, que a gente pegue dois empresários que são os donos da Cairu, os irmãos Euflávio, e eles estão dispostos a ir com a gente, senão em todos os municípios, pelo menos os municípios maiores, para falar para os empresários da experiência pessoal deles, da relação que eles tem de produção com o sistema penitenciário para que outros empresários possam pegar e assimilar isso como uma ideia possível, porque eles vão ter vantagens financeiras para fazer isso, o apenado vai ter vantagens do ponto de vista da redução da sua pena, mas a maior vantagem não é essa, a maior vantagem é ter a oportunidade de ser tratado como ser humano e a gente romper com esse sistema muito bem demonstrado aqui de que a pessoa comete um pequeno delito e sai de lá praticando crimes muito maiores. A gente tem que interromper isso, mas não posso deixar de abordar rapidamente aqui que existe outra preocupação nossa, que nós estamos falando já do produto final, nós temos também que ter presente a preocupação com a prevenção. Em Rondônia a gente tem duas realidades sociais e educacionais, nós temos duas Rondônia, uma de Ariquemes para baixo e outra de Ariquemes para cá, e infelizmente aqui em Porto Velho, as vezes eu sou criticado por ter esse posicionamento, mas ele é baseado em dados reais, os piores índices educacionais do Estado estão na capital, talvez, nós sejamos o único Estado da Federação que a Educação na capital tem qualidade final diferenciada e inferior aquilo que é produzido no interior do Estado, por exemplo, uma pequena escola da área rural do município de Cerejeiras, onde o então Soldado

Ramiro, hoje, orgulhoso Major da PM, filho do meu amigo José Natal, está aqui representando a corporação, uma escola lá da nossa comunidade rural, tem a oportunidade de ser a segunda melhor escola do Estado, que a escola Floriano Peixoto, de Cerejeiras, no que diz respeito da alfabetização até o 5º ano tem a oportunidade de ter, de ser a terceira melhor escola, e aqui na capital, exceto a escola Tiradentes e a escola Marcelo Cândia, que é administrado pelas Irmãs, ou pela Polícia Militar, dentre as 30 melhores escolas do Estado, não tem nenhuma de Porto Velho, não tem nenhuma de Candeias, não tem nenhuma de Itapuã, e isso tem que ser modificado, não que a gente quer pura e simplesmente, por capricho, fazer com que a capital tenha uma educação de melhor qualidade, é porque aqui nós temos problemas sociais muito sérios e aí a gente já tem um Projeto elaborado por uma equipe de voluntários para pegar trinta das nossas escolas e tentar mudar essa realidade, mas como mudar isso? O objetivo é aumentar o IDEB, mas como nós vamos fazer isso? Através de atividades esportivas, através de atividades culturais, dando enfoque a questão do meio ambiente, a questão do trânsito, a questão do combate ao uso de drogas. O uso da música a gente tem que ressaltar aqui um Projeto maravilhoso que a Polícia Militar nesse momento está fazendo, iniciando com 40 alunos, mas eu, já tem 600 alunos querendo participar desse Projeto. E a PM não tem condições de fazê-lo Deputado Léo Moraes, porque não temos instrumentos musicais para todas as crianças. Nós não podemos aceitar isso. Temos que tomar isso como desafio, e quantos instrumentos musicais sejam necessários, nós temos que providenciar para que os 600 sejam atendidos. E que se tiver mais 1.200 que sejam atendidos também. Por que cada criança que estiver fazendo atividade musical em potencial é uma criança a menos que nós teremos que tratar lá no futuro com relação as Unidades Penitenciárias. Termino aqui dizendo o seguinte: Em 1995, deputado Durval, quando o senhor assumiu o seu mandato na Assembleia Legislativa, de Minas Gerais, eu assumi aqui. O primeiro mandato a impressão que eu tive é a de que nós não tínhamos presídios aqui em Rondônia. Nós nunca tivemos problemas, pelo menos que se chamasse atenção. Mas no segundo mandato, como diz na linguagem dos presídios: a casa caiu. Literalmente o Urso Branco foi destruído e o produto final disso foi aquela chacina que aconteceu lá no Urso Branco, que é conhecida do mundo todo, que envergonha Rondônia, que envergonha o Brasil, que nos levou a sermos representados na Corte Interamericana de Direitos Humanos. Agora, eventos como esses nos cria a oportunidade de acreditar que algo é possível fazer de forma diferente, que essa realidade pode ser mudada, principalmente depois que o senhor segredou para mim, me permita externar, que no mesmo momento que nós estávamos enfrentando uma rebelião que morreu onze aqui, lá no Estado de Minas Gerais morreram mais de trinta. Só que a divulgação aqui foi maior, porque o controle da mídia lá no Estado de Minas era maior do que no Estado de Rondônia. Agora se vocês conseguiram fazer esse trabalho lá, nós aqui também haveremos de ter condições. Então, esperamos que a gente encontre aqui a inspiração necessária para fazer tudo aquilo que necessário for para mudar a realidade do Sistema Penitenciário aqui do Estado de Rondônia. Termino com um dado estatístico dos piores. O Estado de Rondônia hoje é proporcionalmente o Estado que

tem o maior número de apenados do país. Isso é fruto de uma boa Polícia Militar que faz a prisão, de uma boa Polícia Civil que conduz de forma adequada os inquéritos. É um trabalho de boa qualidade do nosso Ministério Público que apresenta denúncias muito bem fundamentadas, e de um Poder Judiciário que julga com celeridade. Agora, palavra do nosso Governador: "somente o sistema penitenciário da maneira tradicional, pode quebrar o Estado de Rondônia". Então fica aqui o dilema ou a gente muda ou então o sistema penitenciário quebra o Estado de Rondônia, e nós não viemos para cá para assistir passivamente a quebra de um Estado tão maravilhoso como é o Estado de Rondônia, que os jovens aqui nele nascidos, têm o orgulho de dizer que nasceram nessa terra. Portanto, vamos ao desafio. Obrigado Deputado Léo.

**O SR. LÉO MORAES** – Agradecer as palavras do nosso vice-governador Daniel Pereira, sempre muito bem, muito eloquente, persuasivo e nós ficamos felizes porque o Governo é sempre bem representado nas solenidades com a sua presença. E lembrar que a palavra será franqueada a quem tiver interesse, e por conta disso, nós passaremos imediatamente a palavra ao senhor Ruslan Magalhães, que é do Conselho de Segurança do Setor 16, da Zona Leste. Cadê o senhor Ruslan?

**O SR. RUSLAN MAGALHÃES** – Através do nosso vice-governador Daniel Pereira, e do Deputado Léo Moraes que promoveu essa magnífica Audiência, eu saúdo toda a Mesa, aos demais presentes, nós já estamos aqui desde as nove horas, aqui com o nosso vice-governador, o qual eu participei da audiência sobre a situação de umas terras aqui do Militão, diz que é do Militão, mas é do povo chacareiro, e se Deus quiser, nós já somos vencedores. É muito importante essa Audiência, vindo umas pessoas de tão alto conhecimento e preocupadas com a segurança de outros Estados, chegar até aqui e se dispor do seu tempo. A gente que participa do Conselho de Segurança, principalmente da Zona Leste aonde nós temos um índice de violência muito grande, a gente preocupa, onde se devem abrir mais os Conselhos Comunitários que são dezesseis e hoje nós só temos dois, três no máximo, para trazer as políticas públicas. Temos aqui na pessoa do nosso Coronel Rocha, pessoa que além de ser uma pessoa amada tanto na área educacional que tem um grande curriculum, eu tenho certeza de que dentro dessa área onde nós estamos plantando essa semente, nós vamos vencer. Estamos aqui à disposição de tudo o que for possível. Alegro-me aqui através do vice-governador e do Deputado Durval em que eu participei do PPA mês passado, e tinha três opções que eu poderia participar nas Comissões, era infraestrutura, agricultura do qual eu participo do Conselho de Agricultura Municipal e também de Segurança. Eu optei pela Segurança e para minha surpresa nessa sala, de civil só tinha eu, os demais componentes dessa Comissão eram militares e da polícia civil e também do sistema penitenciário e uma das propostas do qual a gente tinha que colocar dentro de vinte, escolher três, eu digo para você Osnei, que foram as APACs, dentro do orçamento do PPA. A outra foi também do efetivo da Polícia Militar, porque nós sabemos que o efetivo hoje ele está defasado e a gente como cidadão que precisa da política pública não é só o policial que está a frente, mas também todos os seguimentos que compõe a segurança, que é educação e saúde

e demais órgãos, eles tem que participar. Hoje a gente até lamenta aqui, eu gostaria que esta Casa estivesse cheia aqui, dos Presidentes das Associações, porque é através deles, que tem um convívio com todas as suas comunidades, é que a gente vai começar a mudar a nossa cultura. Mas a gente vê aqui a sala vazia. Outro poder que também poderia estar aqui, que é o principal, é o município, e ele não está presente. Então eu fico triste não termos os nossos representantes municipais aqui, porque tudo parte do município, o Estado é um complemento e o Governo Federal é outro que não está na base e a base é o município. Então, eu fico muito feliz, e conte comigo no que for possível para que a gente possa desenvolver tanto as APACs como a ACUDA e a gente trazer todos esses processos para os cinquenta e dois municípios. Muito obrigado.

**O SR. LÉO MORAES (Presidente)** – Agradecemos a participação do Sr. Ruslan, concordo integralmente com o senhor, afinal nós vivemos em uma cidade, nós vivemos num município fisicamente, nós não vivemos no Estado, e constantemente fazemos Audiências Públicas aqui, até mesmo na Câmara de Vereadores que até o ano passado lá estava e me parece que é muito claro que o município de Porto Velho está representado por pessoas que, infelizmente deram as costas aos reclames e aos interesses da população, haja vista que nunca participam dessas tratativas e dessas audiências que tem o cunho deliberativo e nós temos por obrigação encaminhar as matérias a partir dessas Audiências Públicas. Deixo aqui o meu registro que é lamentável a administração municipal.

Gostaria de passar a palavra para o senhor Rogério, que é Coordenador Geral da ACUDA. Seu Rogério, por gentileza.

**O SR. ROGÉRIO ARAÚJO** – Boa tarde a todos. Cumprimentar a Mesa em nome do nosso Deputado Léo Moraes; do nosso Vice-Governador Daniel Pereira, as demais autoridades, o nosso Secretário de Justiça Dr. Marcos Rocha e as demais autoridades. Dizer que, usaram uma fala aqui que agora a pouco o nosso amigo Valdeci falou, ele disse que: "ele não é doutor, ele não é excelentíssimo, não é nada disso, apenas um discípulo de Deus". Dizer a você Valdeci e aos demais presentes, as autoridades que algum tempo atrás, nós fomos chamados lá na Câmara de Vereadores para receber uma homenagem e eu também escutei essa fala, assim como o nosso Deputado anunciou a minha vinda aqui, apenas falando o meu nome, mas disse o seguinte lá na Câmara dos Vereadores: "gostaria que neste momento fizesse o uso da palavra o Exm<sup>o</sup>. Sr. Rogério Araújo, Coordenador da ONG ACUDA", e eu me assustei muito com aquele nome "excelentíssimo" eu me assustei porque até a algum tempo eu era chamado de imprestável, de irrecuperável, de insociável, como que de repente aquele nome "excelentíssimo" coube a mim? Até então, ninguém sabia quem era eu; eu era um traficante que fui preso aqui no Estado de Rondônia, uma quantia bastante grande de droga, fui condenado a 15 anos de prisão, a 15 anos e 11 meses, no ano de 96, eu fiquei três anos e meio no regime fechado, ainda quando não existia o Urso Branco, o Panda e outras unidades ali, apenas o Presídio Ênio Pinheiro e estava chegando em 97 o Urso Branco, fui tido com muito problema dentro do Sistema Prisional, uma pessoa



que jamais teria condições de voltar ao convívio social e aí de repente a minha vida teve uma virada muito grande, foi onde eu encontrei o Projeto, o Projeto ACUDA, onde eu fui tratado como pessoa, foi dado a minha dignidade, foi dado a mim nome, foi dado a mim a oportunidade de vê o que eu estava fazendo da minha vida porque como foi dito aqui na tribuna, quando você conhece o crime você não atinge somente a vítima você também se atinge, mas a minha consciência naquela época, naquele momento não tinha essa expansão. Então eu tive essa oportunidade de ser tratado com o Projeto e aqui eu pego a fala do nosso Deputado Durval quando ele trás o exemplo da reportagem que mostra o tratamento dado ao animal, porque eu era considerado um animal, naquela época eu era considerado um animal. E lá o animal foi tratado com que? Com cabresto, devagar, e eu fui tratado com massagem Deputado, com reiki, com meditação que me assustou muito, porque dentro do Sistema Prisional nós fomos de uma cultura machista, masculina que um homem não pode tocar o outro e uma mulher não pode tocar a outra, imagina isso dentro do Sistema Prisional, onde eu acreditava que a minha arma falava mais alto, o meu comando falava mais alto. Se eu desse a ordem ela tinha que ser cumprida, o tráfico de droga no mundo do crime é assim. Então, naquele momento, quando eu encontrei o Projeto isso me assustou muito porque eu tinha que perder a minha arma, o meu poder, a minha arma de fogo eu tinha que perder. E aí essa questão de você ser tratado com massagem, com reiki, com meditação, com yoga com tantas coisas isso me assustou muito que era um mundo desconhecido para mim.

Então eu acho que APAC está no caminho certo, a ACUDA está Daniel no caminho certo, você esteve junto conosco como você mesmo colocou aqui, no dia seguinte, após a reportagem, ele esteve lá e você viu, o senhor viu, Vice-Governador com seus olhos, o senhor e sua equipe que a nós nos orgulhou muito de estar lá, dando banho naqueles loucos, naqueles doidos. Doidos que estão com 25 anos, 27 anos, 23 anos, 18 anos, jogados lá, esquecidos por parte do poder público, tem muita gente aqui que quer muito o resgate daquelas pessoas. A Dra. Andréa que está aí ao lado do senhor, uma lutadora, é Promotora, mas uma lutadora. A Dra. Alessandra, que está aqui a minha frente, é uma pessoa que está sempre batendo na tecla daquelas pessoas ali, representando o Ministério Público. Então eu, Valdeci, quero dizer a você e aos demais que a palavra Excelentíssimo me assustou muito. Nós, quando estávamos no espetáculo Bizarros, nós sentávamos com a plateia para falar com os alunos, mais de 300 alunos, nós fazíamos 04 espetáculos por dia. O trabalho era de prevenção. Hoje eu sei que as pessoas pensam muito na questão, como foi citado aqui pelo nosso Vice-Governador, qualquer pessoa que tiver num ato de ser atingido pela violência da forma como tem sido colocado na parte prática e anunciado pela mídia, vai ficar revoltada sim, como ficaram aquelas famílias lá. Mas nós não pensamos naqueles, não só pensamos naqueles que foram atingidos naquele momento. Nós estamos pensando nos que não vão ser atingidos mais. Isso, como disse o senhor disse aqui, o Fantástico perdeu não ter colocado isso. Mas como a edição não somos nós que fazemos... Eles tinham, pelo menos, de 15 a 18 horas de gravação nossa e foi feita uma matéria de aproximadamente de três minutos. Nós não mandamos na

edição, a edição é por conta deles, mas o nosso recado foi dado. E aqui fica, para finalizar a minha fala, o convite aos que não conhecem, ao nosso Deputado, que eu acredito que num curto espaço de tempo, vai estar visitando lá. Lamento muito, Valdeci, você ter chegado hoje e não ter visto nenhuma das nossas atividades, como o Deputado, porque, para quem não sabe, estão paradas, as nossas atividades estão paradas por falta de escolta. Eu espero que, se não amanhã, sexta-feira, que nós estamos finalizando a semana, mas no mínimo segunda-feira nós tenhamos uma resposta disso, para que nós voltemos acontecer as nossas atividades. São 114 presos que estão lá na ACUDA, mais aquelas medidas de segurança que o senhor viu lá. São três unidades do sistema fechado, são presos do fechado. E ali têm pessoas que têm como disse o Valdeci aqui, todos, sem exceção, a condição suficiente, que eu tive e que muitos que passaram na APAC e muitos que passaram na ACUDA, a condição plena de estar no seu convívio social, no seu seio familiar e quem sabe, um dia, podendo estar aqui também nesta tribuna. Muito obrigado.

**O SR. LÉO MORAES (Presidente)** – Agradecer ao Excelentíssimo Senhor Rogério. Mais uma vez, Rogério, parabéns. E parabéns por ter sido ressocializado e mais do que isso, agora querer contribuir para que outros tenham essa mesma oportunidade. De pronto, na verdade, semana que vem eu estarei ausente por conta de um Mestrado, que estou realizando. Mas na outra estou em prontidão, só aguardando o convite para visitar, será um prazer muito grande. O Secretário logo, logo, também já dará notícias em relação a essa questão da escolta, que já me alertou aqui. Então, ficamos felizes com a sua contribuição.

**O SR. MARCOS ROCHA** – Bem, em relação à escolta houve uma reforma administrativa no Estado e a SEJUS passou por essa reforma. Então, nós não tínhamos engenheiros e foi trabalhado no sentido de se colocar engenheiros. Então, algumas gratificações que eram oferecidas às pessoas não servidoras, foram transformadas em FGs, que são funções específicas dos servidores. E, segunda-feira, essa parte da escolta da ACUDA já vai estar resolvida. Já até fiz contato com o Major Góes que aqui está, juntamente com o Gerente do Sistema, o Tenente Davi e já ficou acertado que segunda-feira o problema da escolta está solucionado. Então as atividades retornam normalmente lá na ACUDA.

**O SR. LÉO MORAES (Presidente)** – Obrigado, Secretário Marcos Rocha pela sensibilidade em atender tão belo projeto como é bem mencionado por todos.

Gostaria de passar a palavra, para utilizar por três minutos, até pelo avançado do horário, a senhora Rosemary que é da APAC de Ji-Paraná. Por gentileza, senhora, fique à vontade na tribuna.

**A SRA. ROSEMARY** – Boa tarde a todos, cumprimento a todos os presentes na Mesa, através da nossa queridíssima Promotora Dra. Eiko. E o que eu tenho a dizer para vocês é muito rápido. É impossível, neste dia, neste momento eu não estar muito emocionada, porque eu relembrei do início dos anos 90, quando iniciei a minha caminhada na APAC em São

José dos Campos. E o que eu posso dizer hoje, nesta tarde, Valdeci, é que estava escrito, porque há dez anos, quando eu estava na APAC de Itaúna, iniciando um trabalho com as mulheres, e ali que eu gostaria de continuar, o Valdeci disse: 'tenho uma proposta para você ir acompanhar os povos indígenas em Rondônia'. Naquele momento eu fiquei um pouco pensando e aqui estou, estava inscrito porque era necessário eu estar aqui para está contribuindo na implantação da APAC no Estado de Rondônia, na Comarca de Ji-Paraná como estamos fazendo. Então a importância do primeiro passo, muitas vezes, nós não sabemos a que somos chamados é quando vai acontecendo e que vamos nos dando conta. O que eu posso dizer para vocês, que conheço a APAC de todo este tempo e sei o quanto ela pode contribuir com esse sistema já tão falido que dispensa comentários. Então é com muita alegria que nós estamos aqui, hoje, nesta Audiência Pública e gostaríamos muito, como sociedade civil, está dando a nossa parcela de contribuição, mas também contando imensamente com o Executivo, o Legislativo para que ela possa tornar realidade. Nós bem sabemos que temos muito a caminhar, mas pelo que eu acompanhei a APAC nesses vinte anos, podemos dizer um tempo mais próximo, um tempo mais afastado, eu só posso afirmar para vocês a APAC é um sinal de vida e esperança para homens e mulheres que estão cumprindo pena. A APAC, não é uma empresa, a APAC não é uma franquia, a APAC não tem dono, a APAC é um sinal de esperança na perspectiva daqueles homens e mulheres que estão cumprindo pena, que eles tenham condições de se reintegrarem a sociedade com dignidade, pois é isso que todos nós queremos, que todos tenham vida, e vida com dignidade, esse é o desejo e o maior desafio do trabalho da APAC e por isso estamos aqui e contamos com toda a sociedade de Rondônia para que a APAC seja, verdadeiramente de fato uma realidade no nosso Estado.

**O SR. LÉO MORAES (Presidente)** – Obrigado Senhora Rosemary, muito engrandeceu essa Audiência Pública pela bela fala. Passar a palavra agora para o senhor vereador Roberto, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Ji-Paraná, e agradecemos a visita viu vereador, desculpa, de Chupinguaia, erraram aqui no Cerimonial, mas é vereador não é? Fique a vontade vereador.

**O SR. ROBERTO** – Cumprimentar o Vice-Governador Daniel, Deputado Léo Moraes, demais da Mesa, autoridades presente. Eu para quem não sabe, eu também faço parte dessa história aí que eu também fiquei preso um período, é o segundo mandato meu lá em Chupinguaia, 2008 à 2012. 2012, eu fui acusado numa invasão de terra lá, como sendo o líder, mentor da invasão. Dia 05 de março saiu à ordem de prisão para mim, eu fui preso lá em Vilhena e sempre achando que rapidinho eu ia sair, esse negócio todo e acabei ficando duzentos e cinquenta dias preso. Aí sai candidato novamente mesmo preso, assinei tudo ali e graças a Deus fui eleito novamente preso. Eu quando estava preso pedi para a esposa que eu não queria que, mandei uma cartinha, inclusive tem uma senhora lá de Vilhena, que é um pessoal que sempre ia toda segunda-feira, pessoal da igreja fazia visita, vocês não imaginam como é importante à visita deles, seja de quem for, um pouquinho que faz quando você está preso, e elas faziam esse trabalho gratificante lá, eu sempre achei que eu ia sair e fiquei esse tempo todo. Posso falar em relação, cumprimentar o coronel, parabenizar porque eu senti do senhor essa vontade de vencer mais uma prova da vida da gente e como o Deputado lá de Minas também falou, a pessoa tem que gostar do que vai fazer e acreditar porque não é fácil não. Em reelação lá aos agentes na penitenciária, lá tinha uns

soldados antigos, eu até falei para um coronel e agora tiraram esses PM antigos que davam serviços lá, eles eram aposentados e voltaram o senhor sabe do que se trata. A postura deles é completamente diferente dos agentes, o senhor precisa ver como que é a postura que eles agiam para mexer com os presos, com tudo, já uma grande maioria desses agentes mais novos, rapaz sempre tinha tumulto, problema, tiro, é um absurdo como que acontece. Para reforçar o que o senhor falou que é o tratamento, o policial antigo andava sem arma, sem nada, o tratamento, o respeito que tinham os presos, totalmente diferente sabe, para reforçar aquela ideia. Agora outra coisa não funciona, assistente social não funciona, médico não funciona, aquilo tudo é ilusão, não funciona nada disso. A sociedade julga o cara, acaba com a gente, acaba a sociedade, ela que julga você, mas não existe nada, as pessoas que estão aqui fora não tem médico, não tem nada disso. Eles têm o Ministério Público, tem uma infinidade de coisas para procurar para poder ajudar, infelizmente não funciona, não temos, não sei baseado em que eles acham que um cara que está preso lá vai ter. Não funciona. Outra coisa que eles distorcem também, acham que o preso ganha um salário, não sei o que, ganha quem contribuiu, que tem o direito, que é a mesma coisa, uma falta de conhecimento tremenda. O jornal coloca de mim aqui no ano passado, quando eu fui sair dia 15 de novembro de 2012, fui eleito novamente, depois me elegeram Presidente da Câmara, aqui um rapaz que trabalhou aqui nessa Casa que era apresentador de uma televisão em Vilhena, quando chegou aqui eu conheci ele, não vou citar o nome, e lá na minha cela eu tinha uma televisão, falava tanta coisa, falou de mim, quando eu cheguei aqui eu perguntei para ele: você foi algum vez no meu município saber quem sou eu? Cara, não sabe nada, acaba com você, segue o que um fala. E até mesmo nos papéis da polícia que você via lá, um absurdo as coisas, e eu não me conformo até hoje. Eu continuo, ainda estou envolvido nessa situação, só fui sair com Brasília, de Brasília aqui não adiantava nada, continua mesmo parecer da juíza de Vilhena. Foi pedida até uma moção aqui pedindo que soltasse, mas enfim. Nunca fui preso, nunca tive nada, moro desde 84 em Chupinguaia, minha família mora tudo, sou vereador, participo de tudo no município, fiquei 250 dias preso, são 18 nesse processo, são 18 pessoas, tem o pessoal do PT junto, tudo bem, eles tinham o advogado deles junto eu nunca envolvi nada com eles, a minha parte foi sempre e sempre agi nos meios legais, e até hoje, eu estou preso, nos depoimentos todos não tem nada envolvendo o meu nome, a única coisa que estou preso é escuta telefônica. Ainda ontem estive visitando o meu advogado que é aqui de Porto Velho, eu falei: não, eu quero é sair fora do processo, cancela, não quero nada, eu só vou estar na hora que esse processo, eu provar que não tem envolvimento meu. Por que a sociedade julga a gente, acaba, quem me falou da revista que o senhor falou que não tem mais. Meu pai tem 78 anos ia lá me visitar, a humilhação que é, a esposa. E agora no final ainda chegaram ao ponto que só podia entrar ou o pai ou a esposa, que é isso? Você não vai deixar a esposa ou a mãe do cara entrar? Eu achei um absurdo! Procurei a Vilma do Governo, isso depois que eu sai para tentar fazer alguma coisa, várias vezes tentei entrar nos direitos humanos, tudo eu ia tentei para poder ajudar, nunca consegui fazer nada para ajudar ninguém. E um pouco agora não consigo falar, mas se uma hora que quiser tem muita coisa para falar, muita coisa aqui engasgada aqui, sabe? Eu acho um absurdo! Mas estou à disposição de qualquer um que quiser me procurar. Foram duzentos e cinquenta dias e não passa, é uma eternidade. E aquilo a gente não esquece fácil não. Muito obrigado.

**O SR. LÉO MORAES (Presidente)** – Agradecer ao vereador Roberto pela sua contribuição, relato de vida e dignidade a nossa moral, caráter, é quando acontece algo dessa natureza é irreparável e o prejuízo emocional é muito grande, isso é para o resto da vida. Eu não imagino que o senhor esteja passando porque é só quem passa exatamente sabe dessa dor. Então eu compartilho aqui das suas palavras, deixo aqui a disposição a Comissão de Direitos Humanos que nós não fomos ainda provocados para essa matéria, que caso o senhor tenha interesse só emitir, fazer, produzir um ofício e nos deixar lá, que com certeza iremos averiguar como a gente faz com todas as matérias que lá chegam, está bom vereador? O Vereador que veio a 700 quilômetros mais ou menos, Chupinguaia, então certamente o desespero é muito grande. Parabéns e obrigado pela sua presença. Acho que agora nós encerramos, não tem mais ninguém a falar e por derradeiro eu gostaria de alertar a todos os senhores que aqui estão que desde que eu adentrei nesta Casa Legislativa, eu não me permito promover uma Audiência Pública, que não tem um encaminhamento deputado, que não tenha a deliberação. Eu posso citar aqui alguns exemplos das audiências que nós fizemos, nós fizemos audiência dos concursados, aprovados e que não foram convocados pelo Governo do Estado. Nós tanto que debatemos, tanto que nós procuramos o governo e o governo teve a humildade e também a sensibilidade a fim de convocar uma boa parte desses concursados, ainda falta! Ainda falta a SEDAM, ainda falta o DETRAN, porém, Polícia Civil, agora iam 144, já vai começar na Academia de Polícia, agentes penitenciários aqui o Secretário Marcos Rocha, dia 10 já vai iniciar também, Polícia Militar, 480 também, Bombeiros, 20 também, isso começou através da nossa audiência pública; da mesma forma audiência para tratar segurança pública com um todo, o deputado bem disse que hoje o clamor é muito grande, se fizer uma pesquisa de consumo que seja interno, por incrível que pareça, dentro do tripé de governabilidade das políticas públicas de saúde, educação e segurança aqui em Rondônia nós teremos segurança pública em primeiro lugar como clamor, reivindicação e carência do poder público estadual. Então isso é muito claro, isso chama a atenção, porque a mola propulsora certamente é a educação e a gente tem que trabalhar sempre a educação, quem sabe não estaríamos aqui para discutir a questão do sistema prisional, mas o desespero é tão grande de nós termos aí constantemente assaltos, comerciantes que já foram assaltados só este ano 20 vezes que logicamente a população de bem fica encastelada, muitas vezes quem tem poder aquisitivo fica aquartelado dentro de suas casas, residências e a marginalidade imperando no município de Porto Velho como no Estado de Rondônia. Questão do esporte foi do mesmo jeito, então solicitei para o nosso Departamento Legislativo que elabore um termo de compromisso que nós iremos discutir com o Presidente da Assembleia Legislativa, deputado Maurão de Carvalho, primeiro fazermos uma viagem, que seja se fizer necessário para conhecer, uma viagem para ir lá in loco conhecer a realidade das APACs de Minas Gerais a fim de sensibilizar a todos, e depois elaborar uma lei que nós consigamos abranger essas entidades sem fins lucrativos que atendam e ressocializam os nossos apenados, os nossos condenados, vamos discutir isso com a ACUDA, vamos discutir isso com a APAC e com tantas outras que tenham o interesse, e nós vamos agora solicitar a assinatura de todos nesse termo de compromisso para que fique consignada a participação de todos. Por que a gente sempre discute que audiência pública

não pode ser uma conversa de comadre, aqui não é o programa da Hebe, a gente tem que sair daqui com encaminhamento, então assim nós faremos, desta feita todos aqui eu peço que aguardem mais um pouco, eu não sei se o Departamento Legislativo já produziu o documento, eu vou ler aqui para todos, deputado, por gentileza nosso Governador que é uma peça importantíssima nesse processo.

“Termo de Compromisso. Exm<sup>os</sup> Srs. Deputados Maurão de Carvalho, Leo Moraes, Jesuíno Boabaid, Rosângela Donadon; Exm<sup>o</sup> Sr. Daniel Pereira, Vice-Governador do Estado de Rondônia; Exm<sup>o</sup> Sr. Deputado Durval Ângelo Andrade, Assembleia Legislativa de Minas Gerais; Exm<sup>o</sup> Sr. Marcos Rocha, Secretário da SEJUS; Exm<sup>a</sup> Sra. Andréa Waleska Nucini, Promotora de Justiça representando o Ministério Público do Estado de Rondônia; Exm<sup>a</sup> Sra. Eiko Danieli Vieira Araki, Promotora de Justiça de Execução Penal em Ji-Paraná; Exm<sup>o</sup> Sr. Valdeci Antônio Ferreira, Presidente da Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados; Exm<sup>o</sup> Sr. Júlio Ugalde, representante da SESDEC, e Sra. Regineth Medeiros, deliberaram e firmaram compromisso em audiência pública, realizada no dia 06 de agosto de 2015, com objetivo de discutir sobre a Associação de Proteção de Amparo aos Condenados no sentido de realizarem viagem para conhecer o núcleo APAC in loco, bem como elaborar um projeto de lei para tratar de entidade como APAC e ACUDA no âmbito do Estado de Rondônia. Plenário das Deliberações, 06 de agosto de 2015.”

E Dra. Ana Flávia, faltou o nome dela, por gentileza, mas podemos fazer só uma errata nesta folha e já assinam o que foi lido nesta outra folha. Pode ser? Todos de acordo? Então vou solicitar aqui que, por gentileza, comecem da ponta direita com o nosso cidadão do mundo, o excelentíssimo, por gentileza. Senhores para deixar registrado, devidamente assinado pelas autoridades, pelos atores deste grande debate; tenho certeza que alcançou o resultado de ter um cunho propositivo, pode ser uma discussão ainda incipiente porque vamos ter que ouvir diversos setores, seguimentos, mas o pontapé foi dado a fim de atender hoje os cidadãos invisíveis da sociedade rondoniense. Gostaria, para finalizar, agradecer imensamente a participação de todas as pessoas que aqui estiveram, mais uma vez, quero falar dessa conotação impopular que tem uma matéria dessa envergadura que é discutir a questão dos nossos apenados, deputados. É difícil até para os próprios parlamentares, e aqui não estou a criticar, mas que eles se envolvam nessa matéria, então a gente pode pelear muitas vezes, e é difícil que participem, porque como eu falei em outra oportunidade 93% da população é a favor da diminuição da maioridade penal. Porém é por isso que se tem o Congresso, é por isso que nós não vivemos no regime de plebiscito de democracia direto. É para que possamos filtrar as demandas coletivas e mais uma vez aqui está muito claro, que o desafio é enorme, mas ele não é intangível, ele não é inalcançável, os obstáculos existem para nós superarmos. Então eu agradeço enormemente a todos.

Invocando a proteção de Deus, e agradecendo a dedicação e o voto de confiança da população rondoniense, nós encerramos essa Audiência Pública, já convidando a todos para que participe de um coffee break que não é mais tão cedo assim, mas que se façam presentes aqui na nossa galeria que será um extremo prazer conversar com todos. Muito obrigado e fiquem com Deus.

**(Encerra-se esta Audiência Pública às 18h16min)**

## SEC. DE PLAN. E MOD. DA GESTÃO

## PORTARIA Nº 013 SPMG-ALE/2015

Porto Velho, 04 de setembro de 2015.

Ajusta o Quadro de Detalhamento da  
Assembléia Legislativa do Estado de  
Rondônia

O Secretário de Planejamento e Modernização da Gestão da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe confere o Ato nº 001/2014-MD/ALE e conforme autorização contida na Lei nº 3.497, de 29 de dezembro de 2014, § 1º, do Artigo 8º, Lei Orçamentária Anual.

## RESOLVE:

Art. 1º Promover Ajuste necessário ao Quadro de Detalhamento da Despesa, para atender as necessidades, conforme abaixo:

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
<b>AJUSTE NEGATIVO</b>				
	<b>ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDONIA</b>			
01.001.01.122.1227.2687	IMPLEMENTAR E MANTER A ESCOLA DO LEGISLATIVO	3.3.90.30	100	50.000,00
01.001.01.122.1227.2687	IMPLEMENTAR E MANTER A ESCOLA DO LEGISLATIVO	3.3.90.39	100	50.000,00
	<b>TOTAL</b>			<b>100.000,00</b>

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor
<b>AJUSTE POSITIVO</b>				
	<b>ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDONIA</b>			
01.001.01.122.1227.2687	IMPLEMENTAR E MANTER A ESCOLA DO LEGISLATIVO	3.3.90.14	100	100.000,00
	<b>TOTAL</b>			<b>100.000,00</b>

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**Luciano dos Santos Guimarães**  
Secretário de Planejamento e Modernização da Gestão